



UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVÍDIO NUNES DE BARROS
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM HISTÓRIA

JACKSON DANTAS DE MACÊDO

UM TIRO NO PÉ OU CONSCIÊNCIA?: O Estado Novo no Piauí e as eleições de 1945.

PICOS-PI

2017

JACKSON DANTAS DE MACÊDO

UM TIRO NO PÉ OU CONSCIÊNCIA?: O Estado Novo no Piauí e as eleições de 1945.

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Como requisito parcial para obtenção do grau de Licenciada em História.

Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos.

JACKSON DANTAS DE MACÊDO

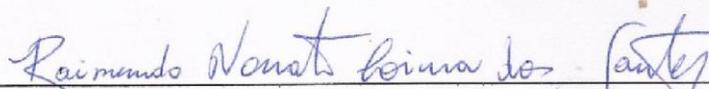
UM TIRO NO PÉ OU CONSCIÊNCIA?: O Estado Novo no Piauí e as eleições de 1945.

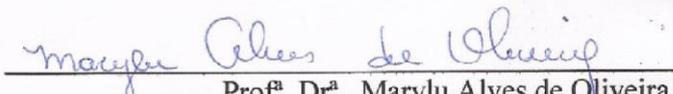
Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em História, da Universidade Federal do Piauí, Campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Como requisito parcial para obtenção do de Licenciada em História.

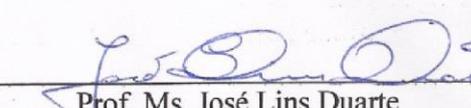
Orientador: Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos.

Aprovado em 05 / 07 / 2017

BANCA EXAMINADORA


Prof. Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos – Orientador
Universidade Federal do Piauí – UFPI


Prof.ª Dr.ª Marylu Alves de Oliveira
Universidade Federal de Piauí
Examinada interna – UFPI


Prof. Ms. José Lins Duarte
Universidade Federal do Piauí – UFPI
Examinador Interno

PICOS-PI

2017

À minha mãe, Auzenir Dos Anjos Dantas, mulher forte e fonte de vida, que soube estar comigo nos momentos mais difíceis dessa caminhada. A ela, devo a coragem e determinação de lutar pela realização de meus sonhos, que também são dela. A meu pai, José Araújo (in memoriam).

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, a Deus, por ter me permitido estar vivo e, a partir do meu esforço e empenho, poder concluir mais uma etapa do meu curso com sucesso. Agradeço a minha mãe por sempre ter estado comigo durante toda a minha vida, sempre me orientando, me dando força e carinho nos momentos mais difíceis que enfrentei na vida, sem ela nada disso seria possível. Agradeço ao meu pai (in memoriam), que sempre acreditou em mim, me ensinou grande parte do que eu sei hoje, esteve também presente nos momentos difíceis, e me proporcionou alegrias em dias memoráveis, nunca o esquecerei.

Agradeço ao professor Dr. Raimundo Nonato Lima dos Santos pelas orientações e disponibilidade em ajudar nas atividades realizadas na disciplina de monografia I, e monografia II, como também sua flexibilidade e compreensão, me possibilitando assim, transpor alguns obstáculos que se apresentaram no decorrer da vida acadêmica. Posso dizer sem dúvidas, que além de um grande professor e orientador, tive a oportunidade de conhecer uma ótima pessoa.

Não posso deixar de agradecer a professora Dr. Marylu Oliveira, por ter me proporcionado a partir das suas aulas na disciplina de Brasil República II, no curso de História da Universidade Federal do Piauí, um alargamento do meu entendimento em relação ao tema que nos propomos a debater. Além disso, a professora Marylu contribuiu para a construção deste trabalho a partir da indicação de leituras. Posso dizer sem dúvidas, que além de uma grande professora, tive a oportunidade de conhecer uma ótima pessoa.

Agradeço aos meus companheiros de curso, Lucas David, Gesivaldo Viana, Marta Ferro e, em especial, Paulo Estácio, por ter me ajudado na formatação do trabalho e se prontificado a me ajudar no que eu precisasse, inclusive com internet nos momentos em que eu não tive acesso a mesma. Agradeço a eles pelo companheirismo nos momentos difíceis que a jornada pelo mundo acadêmico oferece, mas também nos momentos difíceis na vida pessoal. Não posso deixar de mencionar o meu amigo Cristiano Santos, que em inúmeras vezes dialogou comigo questões referentes a este trabalho, mas também outras questões que contribuíram para um maior refinamento da minha perspectiva em relação a leitura e interpretação de conjunturas políticas e de movimentos sociais. Nossas conversas foram de grande valor para a constituição deste trabalho.

“A esperança fortalecida é um stimulans à vida muito maior que qualquer outro tipo de felicidade que possa, efetivamente, ser” (Nietzsche).

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar a conjuntura política brasileira durante o período do primeiro governo presidencial de Getúlio Vargas, tendo por base o recorte temporal compreendido entre 1940 e 1945, portanto, os anos finais do Estado Novo. Para além disso, ele também analisa as influências que o sistema governamental deste período exerceu sobre as eleições de 1945 no Piauí, como os políticos e os trabalhadores se organizavam em relação à política e qual a importância deles dentro de um sistema governamental que se propunha a ser democrático. Nossas reflexões teóricas têm por base os estudos de René Rémond (2003), Pierre Bourdieu (2005), Michel de Certeau (1998) e Roger Chartier (2002).

Palavras chave: História e política. Estado Novo. Piauí. Relações de poder.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the Brazilian political conjuncture during the period of Getúlio Vargas' first presidential government, based on the temporal cut between 1937 and 1945, hence the Estado Novo. In addition, he also analyzes the influences that the government system of this period exerted on the 1945 Piauí elections, how politicians and workers organized themselves in relation to politics and how important they were within a governmental system that aimed to be democratic. Our theoretical reflections are based on the studies of René Rémond (2003), Pierre Bourdieu (2005), Michel de Certeau (1998) and Roger Chartier (2002).

Keywords: History and politics. New state. Piauí. Power relations.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: A construção da imagem positiva de Getúlio Vargas em cartilhas escolares, c. década de 1930.	43
--	----

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 “OS PRIMEIROS DEGRAUS”: O BRASIL E O PIAUÍ NO CONTEXTO POLÍTICO DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO VARGAS (1930-1945).....	18
3 “O JOGO”: O ESTADO NOVO NA FILHA DO SOL DO EQUADOR (1940-1945)..	50
3.1 Organização populacional e do trabalho no governo Leônidas de Castro Melo (1940-1945)	53
3.2 As eleições de 1945 e os reflexos da política estado novista	68
4 LEÔNIDAS DE CASTRO MELO E OS RESULTADOS DA POLÍTICA GOVERNAMENTAL NO PIAUÍ EM 1945	73
4.1 Três vias: objetivos em comum.....	78
4.2 “Entre práticas e representações”: a atuação político-social no estado novo em meio a imprensa	84
4.3 Os jornais no estado do Piauí durante o estado novo.....	91
4.4 “Um tiro no pé ou consciência?”: o cenário pré-eleições de 1945	98
4.5 As eleições de 1945 e seu desfecho	106
5 CONCLUSÃO.....	112
REFERÊNCIAS	115
ANEXOS	117

1 INTRODUÇÃO

Na história política brasileira, o período compreendido entre 1937 e 1945, resultado de políticas e medidas tomadas pelo governo presidencial de Getúlio Vargas¹, a partir de sua ascensão à presidência em 1930, constitui-se como um momento peculiar da política brasileira. O Estado Novo nasce a partir das várias mudanças de conjuntura política no primeiro governo desse presidente, que durou de 1930 a 1945, empreendendo várias transformações na vida cotidiana de todos os âmbitos sociais, todas visando estabelecer o controle absoluto do Executivo Federal sobre o estado; e neste sentido, não apenas dos aparelhos governamentais, mas, de toda e qualquer manifestação político-ideológica, social e cultural. O “pai dos pobres”, o “amigo do trabalhador” como ficou conhecido Getúlio, chegou à presidência da República em 1930 a partir de uma “revolução” anunciada por instabilidades políticas e econômicas no Brasil, e durante o seu “mandato”, segundo Ângela de Castro Gomes (2005), buscou tecer, em certo grau, ligações afetivas entre o governo e o povo, para que pudesse exercer, paradoxalmente, “controle” sobre o mesmo, e em especial, os trabalhadores.

O surgimento de tensões políticas por conflitos de interesses geram efeitos que vão além do material. A política se estende as micro relações ao mesmo passo que retorna ao macro, e com isso estabelece inclusões, que a partir de um conjunto de representações, acaba por constituir conceitos. Neste sentido, a política também é dotada de representações que compõe um cenário no qual atores interagem, e podem sentir, ver, entender e reproduzir dentro deste intercâmbio. O carisma e sorriso benevolente, junto à figura de um homem de bons princípios e sério, aliados a habilidade política, iria transformar Vargas em poucos anos na “cura” para as necessidades do país, que segundo Jorge Ferreira (2007), após a criação das leis trabalhistas, Getúlio conseguia ir além de qualquer propaganda, pois havia tocado no íntimo do trabalhador. Influenciado pela experiência Alemã, no que diz respeito à criação da imagem de um líder forte e capaz de conduzir o país de encontro ao sucesso, ao crescimento

¹ Foi um advogado e político brasileiro. Um dos líderes civis da Revolução de 1930, que pôs fim à República Velha, depondo seu 13º e último presidente, Washington Luís, e, impedindo a posse do presidente eleito em 1 de março de 1930, Júlio Prestes. Foi presidente do Brasil em dois períodos. O primeiro período foi de 15 anos ininterruptos, de 1930 até 1945, e dividiu-se em 3 fases: de 1930 a 1934, como chefe do "Governo Provisório"; de 1934 até 1937 como presidente da República do Governo Constitucional, tendo sido eleito presidente da república pela Assembleia Nacional Constituinte de 1934; e, de 1937 a 1945, como presidente-ditador, durante o Estado Novo implantado após um golpe de estado. Fonte: *Dicionário Histórico Biográfico Brasileiro pós 1930*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001. http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas2/biografias/getulio_vargas. Acesso em 20/04/2017.

econômico e social, a utilização da exploração de imagens, sobretudo da propaganda e do doutrinamento ideológico-social, tornou-se o trunfo de Vargas no jogo ao qual ele se dispunha a jogar.

O trabalhador do final da década de 1920, esquecido pelos governos anteriores, tanto em inclusão social, como em políticas de regulamentação do trabalho, apresentava-se na necessidade de alguém e, sobretudo, de medidas governamentais que os beneficiasse, mostrasse compaixão e entendimento das mazelas que pouco tinham sido notadas e atendidas na Primeira República². Neste sentido, trabalhadores urbanos orientados pelos sindicatos e pelo florescente Partido Comunista Brasileiro, passaram a se articular desde o início da década de 1920, frente a classe empresarial, gerando constantes instabilidades políticas. Vargas e seu bloco apoiador viram nessa efervescência a grande oportunidade de ingressar no jogo político em esfera nacional, que até 1930 estava circunscrito ao eixo São Paulo/Minas Gerais. Partir do projeto de apaziguamento da classe operária com os empresários, estabelecer a figura de um chefe de estado forte com propostas de desenvolvimento econômico e social, e com isso, um conciliador, é a perspectiva de política que irá ser trabalhada, tendo em Vargas seu grande símbolo.

O trabalhador após 1930 adquiriu importância representativa no contexto político. O homem de bem, como era definido o trabalhador, tinha representação para o governo, pois a montagem de um bloco eleitoral que dividiria espaço entre os já consolidados dois blocos políticos da elite brasileira, remanescentes do Império, poderia agora interferir e decidir uma disputa de poderes, além de a partir do trabalho, proporcionar um incremento econômico e de poder, tanto aos empresários, ao país e a seus gestores. Assim, a propaganda governamental, a promoção do chefe de estado, foi um instrumento utilizado e, intensificado durante o Estado Novo, período ditatorial do governo Vargas, que vai de 1937 a 1945.

Durante o Estado Novo, a criação de órgãos censores delineou explicitamente o projeto de governo de Getúlio. Direcionada a todos os veículos de comunicação, cultura e arte, a censura, que tinha como foco central silenciar oposições ao governo, se misturava a um projeto de doutrinação, de formação do que Bourdieu (2005) chama de *habitus*. Segundo este autor, *habitus* é uma maneira de pensar e de agir, apreendidos ao longo de uma trajetória social, que se estabelece e se torna automático, sem que o indivíduo tome consciência da existência de um padrão definido. Ou seja, faz o indivíduo agir sem ter que pensar para isso,

² Primeira República é uma denominação dada ao período inicial da república brasileira. Este período é compreendido entre 1889 e 1930. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/dicionario-primeira-republica>. Acesso em 20/04/2017.

ou reproduzir o que se é indicado sem antes estabelecer críticas. No que se refere à política, este *habitus*, aponta à classe “dominada” as regras do jogo, e desta forma espera que esta desempenhe sua “função” de maneira previsível, com uma relativa facilidade de controle. No fim do regime ditatorial várias críticas puderam ser expostas sem o crivo da censura, a partir da “abertura” do regime nos seus últimos anos, até 1945, fim do Estado Novo e ano das eleições que elegeriam o general Eurico Gaspar Dutra³.

Porém, nas eleições de 1945, o candidato apoiado por Getúlio, após a sua retirada da presidência da república, não obteve o resultado esperado pelo seu grupo apoiador nos seguintes estados: Piauí, Ceará, Pernambuco e Distrito Federal. Os eleitores destes estados não deram uma votação vitoriosa ao candidato do PSD (Partido Social Democrático) apoiado pelo PTB (Partido Trabalhista Brasileiro) e por Vargas. O general Eurico Gaspar Dutra, ex-ministro da guerra no Governo de Getúlio, perdeu a eleição nestes quatro estados para o candidato da oposição. O brigadeiro da Aeronáutica, Eduardo Gomes, venceu nos quatro estados. Yêdo Fiuza, candidato do PCB obteve baixa votação nestes colegiados, e o candidato Rolin Teles, do PAN (Partido Agrário Nacional) venceu apenas no estado de Roraima.

Este resultado aparentemente pode não apresentar em primeira impressão tanta estranheza, afinal, em tese numa democracia há de haver discordâncias, e como consequência derrotas. No entanto, o que nos chamou atenção são os contrastes que os resultados eleitorais destes estados promoveram entre si, e, entre a federação. Dentro destes contrastes, em esferas reduzidas ao micro, é possível perceber elementos que podem lançar luz a um pretense todo, a um macro, justamente observando as relações políticas, culturais e sociais. Não trabalhamos com a ideia de que todas as relações estão conectadas entre si, ou seja, que uma explica a outra, de forma simplista; ao contrário, reconhecemos esta fragmentação. No entanto, acreditamos que existe um ponto em comum entre estas relações, que de certa forma vão deixando marcas em cada conjuntura histórica. Estas marcas podem apresentar-se como pontos que vão sendo apanhados no decorrer dos processos históricos a fim de, darem origem a peculiaridades circunscritas a determinados contextos, e que tendem a nos revelar questões não antes interrogadas. É observando entre as frestas e arestas que o historiador tende a

3 Foi um militar brasileiro, décimo sexto Presidente do Brasil de 1946 a 1951 e o único presidente oriundo do atual estado do Mato Grosso. Dutra candidatou-se pelo Partido Social Democrático (PSD), em coligação com o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), partido fundado por Getúlio Vargas, quem também externou seu apoio pessoal ao candidato. Dutra venceu as eleições de 2 de dezembro de 1945 (Ver em anexos), com 3.351.507 votos, superando Eduardo Gomes da União Democrática Nacional e Yêdo Fiuza do Partido Comunista do Brasil. FONTE: *Almanaque Abril* (1975, 1976 e 1982); ALMEIDA, A. *Dic.*; ARAGÃO, J. *Intentona*; ARAÚJO, M. *Cronologia. 1943*; ARQ. MIN. EXÉRC.; BARATA, A. <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/dutra-eurico-gaspar>. Acessado em: 21/04/2017.

encontrar elementos que possam, pretensamente, propiciar um entendimento dos contextos e as suas influências no âmbito social.

Este trabalho analisa a conjuntura política e as relações de poderes, como também os acontecimentos que podem ter contribuído para o fracasso do candidato do PSD no Piauí (ver dados em anexo A), além das causas e consequências que as relações políticas, culturais e sociais, advogaram, promoveram e ofereceram. Os políticos que estavam no poder no estado do Piauí, mantiveram-se alinhados ativamente ao projeto de governo Varguista, compartilhando da censura imposta aos veículos de comunicação, promoção do chefe de estado, do seu interventor, lideranças políticas regionais, e medidas governamentais destinadas aos trabalhadores. De fato, o Piauí oscilou entre tensões e distensões no âmbito político e social, mas, buscou estabelecer alianças, ora tácitas, ora oportunas, entre governo, empresariado, políticos e trabalhadores, o que teoricamente poderia dar margem a uma vitória do candidato apoiado pelo então “pai dos pobres”, Getúlio Vargas, que tinha no interventor estadual seu representante direto. Nestas condições, tendo em vista todo um aparato governamental criado a fim de, tecer e manter ligações de apoio ao governo, nos cabe perguntar o que ocorreu no Piauí após o Estado Novo, após a execução de medidas governamentais, alianças forjadas ao longo deste período governamental. Assim, o porquê de uma derrota nas eleições de 1945 torna-se um ponto a ser debatido. O que ocorreu no Piauí, foi um tiro no pé⁴ ou consciência? .

Neste sentido, foi fundamental observar os discursos jornalísticos no Piauí acerca do governo Vargas durante o Estado Novo, como as informações eram veiculadas, como a imprensa se relacionava com a estrutura política, qual a relação de poder entre governo e jornalistas, proprietários de jornais, seus atores, a forma como os políticos do Piauí estavam organizados com o governo federal, e, a relação da população com o interventor do estado. Ou seja, o representante de Getúlio Vargas, apoiador do candidato do PSD e presidente deste partido no estado, mas que não conseguiu evitar a derrota de Dutra nas eleições presidenciais, e dentro desta conjuntura, acabou por influenciar em uma reorganização política no Estado.

Além dos discursos jornalísticos buscamos outras fontes, entre elas: dados da votação para presidente no estado do Piauí, adquiridos no TRE (Tribunal Regional Eleitoral); censos do IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística Geral), e imagens que apontam características doutrinárias empreendidas pelo governo. A partir da coleta destas informações, buscamos estabelecer um diálogo com pesquisadores tais como: Francisco Alcides do

⁴ Ditado popular utilizado para conceituar algo que foi feito ou planejado errado por uma pessoa ou grupo que o executou, pensando que ia se dar bem, mas acabou prejudicando a si próprio.

Nascimento⁵, Rosângela Assunção⁶, Thamyres Sousa de Oliveira⁷ e Marylu Alves de Oliveira⁸, além de outros pesquisadores do período em questão.

A nossa pesquisa busca analisar como a imprensa do Piauí se articulava com o governo Vargas, com o interventor estadual, com as classes menos favorecidas, com o DIP, com relação à divulgação da propaganda governista, denúncias oposicionistas contra o governo e críticas ao mesmo. Compreender como os sindicatos e como os seus membros estavam organizados, e de que forma estes podem ter influenciado no resultado das eleições. Refletir e levantar hipóteses plausíveis de como os incêndios criminosos ocorridos durante o governo de Leônidas de Castro Melo⁹, interventor do estado do Piauí no período em questão, contribuíram na formação de uma oposição ao governo, qual a real intenção destes, de onde partiu as ordens para tal ação, qual grupo político de fato as executou, e suas consequências para as eleições do ano de 1945.

O governo Vargas buscou trabalhar a doutrinação através da promoção do chefe de estado, utilizando-se de veículos de comunicação, e dos mais variados aparelhos estatais como seu mais forte aliado na empreitada governamental que durou quinze anos. Mas, as alianças políticas e a forma como políticos e eleitores estabeleciam suas relações e, em maior ou menor escala manifestavam suas pretensões, merecem atenção. Getúlio através de várias

⁵ Professor Titular da Universidade Federal do Piauí -UFPI. Realizou estágio de pós-doutorado na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo- PUC/SP. A pós-graduação (mestrado e doutorado) foi realizado na Universidade Federal de Pernambuco/UFPE. cursou uma especialização em História Moderna e Contemporânea na Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais/PUC/MG. Gradou-se em História na Universidade Federal do Piauí/UFPI. É líder do grupo Cidade, Tempo e Espaço do CNPq. Publicou artigos em revistas especializadas, livros e capítulos de livro, além de resumos em anais de ventos nacionais e internacionais. Suas publicações abarcam os seguintes temas: história, memória, cidade, Teresina, rádio e escrita de si. Fonte: <https://www.escavador.com/sobre/1292173/francisco-alcides-do-nascimento>. Acesso em: 20/04/2017.

⁶ Doutoranda no Programa de Pós-graduação em História social da Universidade Federal Fluminense. Bolsista da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado Piauí- FAPEPI. Possui graduação em Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (2001) e mestrado em Políticas Públicas pela Universidade Federal do Piauí (2005). Atualmente é vice-diretora do Campus Clóvis Moura da Universidade Estadual do Piauí e professor assistente nível IV- da Universidade Estadual do Piauí. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil República, tem priorizado pesquisa na área de sindicalismo docente. Fonte: <https://www.escavador.com/sobre/5037095/rosangela-assuncao>. Acesso em: 07/05/2017.

⁷ Possui graduação em Comunicação Social -Hab. Jornalismo pela Universidade Federal do Piauí (2013) é mestre em Comunicação pelo Programa de Pós Graduação em Comunicação da UFPI e membro do Núcleo de Pesquisa em Jornalismo e Comunicação (NUJOC). Atua, principalmente, nos seguintes temas: estado novo, memória, imprensa, censura e história. Fonte: <https://www.escavador.com/sobre/8413507/thamyres-sousa-de-oliveira>. Acesso em: 20/04/2017.

⁸ Possui graduação em História pela Universidade Federal do Piauí (2005) e mestrado em História do Brasil pela Universidade Federal do Piauí (2008). Pesquisa as seguintes temáticas: Cultura Política, Anticomunismo, Partidos Políticos, PTB, Trabalho e Trabalho. Doutora em História Social na Universidade Federal do Ceará (UFC). Professora efetiva da Universidade Federal do Piauí, campus Senador Helvídio Nunes de Barros, Picos, desde 2009. Fonte: <https://www.escavador.com/sobre/7577689/marylu-alves-de-oliveira>. Acesso em: 20/04/2017.

⁹ Foi um professor, médico e político brasileiro. Governou o Piauí por dez anos, durante o governo Getúlio Vargas. Assumiu a cadeira de governador do Piauí em 3 de maio de 1935, após eleição pela Assembleia Legislativa, sendo nomeado interventor pelo presidente Getúlio Vargas em 23 de novembro de 1937, permanecendo no poder até 9 de novembro de 1945. Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leonidas-de-castro-melo>. Acesso em 10/01/2017.

estratégias políticas conseguiu cristalizar no imaginário de uma grande parcela da população, a imagem de um homem do povo, que trabalhava pela nação e, contando com o apoio de políticos nomeados para representá-lo nos estados, que seria uma extensão direta dos seus programas de governo, garantir apoio político. No entanto, isso não foi uma unanimidade. Este trabalho busca percorrer este caminho, entender as rejeições de apoio político ao candidato apoiado por Getúlio, ao interventor do estado do Piauí, Leônidas de Castro Melo, a forma como as relações políticas estavam estabelecidas neste estado, e as relações da população com a política. Ele não analisa as relações políticas somente enquanto fruto de um mecanismo institucional burocrático, mas também como parte de um espaço de relações que ultrapassam estes mecanismos e, atingem as particularidades, influenciando o cotidiano e a formação de uma cultura política. Para Serge Bernstein, a cultura política, assim como a própria cultura, “se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro” (BERSTEIN, 1998. P. 353).

Este trabalho analisa a figura de Getúlio Vargas e os reflexos da sua política no estado do Piauí, em uma perspectiva que, se distancia do macro, da política a nível de Brasil, para nos voltarmos ao estado Piauí e aos políticos que aqui atuaram durante o período compreendido entre 1940 e 1945, ou seja, os anos finais do Estado Novo. Vale reiterar que não negamos influências ideológicas exteriores ao Piauí, porém, não trabalhamos com a ideia de que todas as relações de influência estão conectadas entre si, ou seja, que uma explica a outra, de forma subsequente; ao contrário, reconhecemos uma fragmentação. No entanto, acreditamos que existem pontos em comum entre estas relações, ocasionados por influências ideológicas, políticas, culturais e sociais.

Vargas divide espaço na pretensa análise com outros sujeitos, mas é com base na influência do seu modelo de atuação política, e a maneira como este jogo político adquire formas e se conecta à particularidades circunscritas ao lugar social, e as formas de relações que, políticos e trabalhadores ocupam dentro da esfera estadual, que neste caso é o Piauí, que iremos tecer nossos argumentos, para buscarmos elementos que possam lançar luz no contexto político piauiense, e buscar nas frestas e arestas dados que possam contribuir, tanto para a história política piauiense, quanto para a história política brasileira.

Contudo, não ambicionamos esgotar as possibilidades de pesquisa ou dar uma definição final aos fatos ocorridos durante o Estado Novo e as eleições de 1945 no Piauí. Segundo Napolitano, “o historiador não é bombeiro nem juiz. Não resgata e não condena. Tenta compreender, criticar, apontar contradições e estabelecer conexões plausíveis a partir de

uma argumentação baseada em indícios deixados pelas fontes” (NAPOLITANO, 2014, p.19). Assim, este trabalho tem o propósito de produzir um conhecimento histórico, que é uma tarefa complexa e que requer um distanciamento de convicções apaixonadas, pois exige rigor científico, mas também espírito crítico e responsabilidade social, fugindo de persuasões apaixonadas pré-concebidas, a final, a história ainda é uma ciência.

2 “OS PRIMEIROS DEGRAUS”: O BRASIL E O PIAUÍ NO CONTEXTO POLÍTICO DURANTE O PRIMEIRO GOVERNO VARGAS (1930-1945)

É reconhecível que o governo Vargas foi uma construção edificada em alicerces fortes, com uma engenharia pensada e calculada meticulosamente, digno de comparações com as mais firmes construções políticas e ideológicas dos governos europeus da primeira metade do século XX. Vargas certamente merece atenção especial por parte dos historiadores, podendo o seu período governamental ser analisado, segundo historiadores como Jorge Ferreira (1998; 2005; 2007) e, Ângela de Castro Gomes (2005), por etapas.

A primeira tendo início em 1930, que mostra um governo em construção, buscando uma mudança nos aparelhos estatais, e para com uma sociedade que se encontrava desgastada pelas políticas da Primeira República, sobretudo, os trabalhadores.

A segunda, segundo estes citados historiadores, como sendo o ponto auge do seu período governamental, marcada pelo endurecimento realçado por um golpe que deu origem ao Estado Novo, e a um regime ditatorial e mais opressor a partir de 1937. Mas, paradoxalmente, com movimentação cultural, artística e propagandista a fim de mascará-lo, além de uma relativa aproximação com um pretense eleitorado, sobretudo os das classes humildes.

A terceira é a distensão e a mudança de postura de um ditador, que ciente de suas contradições e das diversas ligações que havia estabelecido para se manter no poder, encontra-se sujeito aos seus próprios meandros, ocorrida a partir de 1942, e que buscava se travestir, para colher os frutos do seu “trabalho”, mas que encontrara alguns deles espinhosos.

O Brasil do final dos anos de 1920, em seu contexto político e social, encontrava-se mergulhado nas tradições políticas imperiais excludentes, deixando em evidência o quanto o processo de instauração de uma República brasileira havia sido muito mais uma espécie de disputa por hegemonia de poder, do que de fato uma ruptura de modelos políticos-governamentais que, aliás, é um dos pontos que serão discutidos ao longo deste trabalho. Neste sentido, no que se refere a organização governamental, política e social brasileira, a instabilidade política continuava a ser algo recorrente, uma vez que as relações de força e poder representativo permaneceram, dentro do que teoricamente seria um sistema político democrático. Mudaram-se os mecanismos, a forma de atuação, mas o “jogo” permaneceu o mesmo, tendo por troféu a hegemonia de poderes.

Os sistemas políticos devem ser entendidos como parte das relações que são estabelecidas entre indivíduos, e não apenas como produções destes. Ou seja, a condição de político não se limita apenas a condição de ser um agente de uma instituição burocratizada onde são estabelecidos conjuntos de normas, objetivos, planos de execução, horários, compromisso e todos os clichês que acabam por conceituar e deslocar erroneamente, a política e seus agentes a um espaço restrito, no qual apenas um grupo selecionado pode ocupar. Para além das figuras que se tornam icônicas – representantes de um propenso pensamento político dentro das instituições, e que como consequência acabam por em muitas vezes enxergar uma homogeneidade de pensamentos e objetivos, onde não há – existe toda uma constelação de interesses oriundos de uma aglomeração de indivíduos que buscam objetivos em comum, mas que necessariamente não está ligado ao coletivo.

“É evidente que no interior de uma nação existe uma pluralidade de culturas políticas, mas com zonas de abrangência que correspondem a área dos valores partilhados” (BERSTEIN, 1998. p. 355.), esses valores comuns levam o grupo a moldar um regime de forças, e, “forças políticas são tendências constituídas no interior dos grupos que participam ou aspiram ao poder” (RÉMOND, 2003. p. 62). E, neste sentido, estes grupos dão origem a facções, partidos, e, “um partido é antes de tudo uma reunião de homens em torno de um objetivo comum” (BERSTEIN, 2003. p.72.), que capacita qualquer membro destes grupos a manifestar o seu posicionamento e interesse em participar, de alguma forma, em alguma decisão de um grupo ao qual ele está inserido como agente político.

O que estamos nos propondo a dizer é que: a proclamação da República não operou um corte entre o sistema monárquico e o republicano, o suficiente para que um novo modelo político/social fosse instaurado no Brasil, que no caso seria uma República, pois as relações de poderes e divisão de classes baseadas nos preceitos imperiais foram mantidas, pois segundo Berstein (1998) as mudanças ocorridas dentro do campo político, são fruto das experiências partilhadas por grupos inteiros, “que se reclamam dos mesmos postulados e viveram as mesmas experiências” (BERSTEIN, 1998. p. 361.). A exemplo podemos citar: a supressão por parte do governo a movimentações ideológicas contrárias a um padrão de sociedade imposto, a qualificação de determinados setores da sociedade em detrimento de outros, o voto por cabresto, e os favorecimentos políticos baseados em ligações pessoais, enfim, não modificando a estrutura das relações de poder, mas sim o espaço onde elas iriam operar, e, os operadores.

A democracia no Brasil foi sempre um lamentável mal-entendido. Uma aristocracia rural e semifeudal importou-a e tratou de acomodá-la, onde fosse possível, aos seus

direitos ou privilégios, os mesmos privilégios que tinham sido, no Velho Mundo, o alvo da luta da burguesia contra os aristocratas. E assim puderam incorporar à situação tradicional, ao menos como fachada ou decoração externa, alguns lemas que pareciam os mais acertados para a época e eram exaltados nos livros e discursos. (HOLANDA, 1995. P. 160)

O que ocorre neste momento é uma divisão acentuada entre grupos de elite—que não são compostos politicamente apenas por políticos institucionalizados—a partir da rebeldia de um sobre o outro, em um movimento de supressão de direitos, poderes e benefícios, um em detrimento do outro. Para Nietzsche (2012), quando os “fracos” ressentidos com o jugo dos “fortes”, que suprimiam o poder deles, passaram a chamar de “bom”, o que era “mau”, e de “mau” o que era “bom”, houve uma inversão de valores, e esta inversão de valores opera de acordo com o interesse de quem a empreende, sob o signo de uma revolução que irá modificar as estruturas. Segundo Sergio Buarque de Holanda, no Brasil, os princípios que fomentaram a instituição da república, “coincidiram com a negação pura e simples de uma autoridade incômoda, confirmando nosso instintivo horror às hierarquias e permitindo tratar com familiaridade os governantes” (HOLANDA, 1995. P. 160). No entanto, para entendermos como tal conjuntura se forma, é necessário fazer um breve recuo para entender os processos que deram origem a ela e alcançaram o governo Vargas.

Os políticos e, homens de elite, que idealizaram a República no final do século XIX, fortaleceram seus ideais a partir de ideais de bons costumes e uma suposta “moralidade” que teoricamente estava presente apenas nas classes superiores, afirmando uma pretensa superioridade e empreendendo um corte entre quem seriam os comandados e comandantes. Desta forma, o povo, as massas trabalhadoras, não representariam força política, e nem de decisão nos rumos do país, pois em sua maioria era composta por ex escravos, trabalhadores rurais e trabalhadores urbanos não sindicalizados, além de apresentarem um alto índice de analfabetismo. José Murilo de Carvalho (1999) apresentou a forma como este “novo” sistema político foi gestado e aplicado com o nome de República – se pensarmos o sentido literal da palavra – que diz que ele é uma forma de governo em que um ou vários indivíduos eleitos pelo povo exercem o poder supremo por tempo determinado¹⁰, podendo ser encontrado em qualquer dicionário de língua portuguesa.

Sendo função social antes de direito, o voto era concedido àqueles que a sociedade julgava poder confiar sua preservação. [...], na República foram excluídos os pobres (seja pela renda, seja pela alfabetização), os mendigos, as mulheres, os menores de

¹⁰ O conceito acima foi retirado do: miniAurélio Século XXI Escolar: O mini dicionário da língua portuguesa/Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, Rio de Janeiro: Nova fronteira, 2001.

idade, os praças das forças armadas, e os membros de ordens religiosas. Ficava fora da sociedade política a grande maioria da população. (CARVALHO, 1999, p. 44).

É a partir da instituição desta República, neste momento confuso para alguns e, glorioso para outros, que surge a ideia de vencidos e vencedores políticos, os “gloriosos” homens que por amor à pátria a libertaram e a conduziram rumo ao progresso. Porém, é neste ponto que os ideais republicanos e as propostas de seus líderes, tomam um rumo estranho ao verdadeiro sentido de uma República. República vem do latim, (*res publica*, "coisa pública"). É uma estrutura política de Estado ou forma de Governo em que, segundo Cícero¹¹, são necessárias três condições fundamentais para caracterizá-la: um número razoável de pessoas (multitude); uma comunidade de interesses e de fins (*communio*); e um consenso do direito (*consensus iuris*). No entanto, quanto ao número razoável de pessoas, ele se restringia a cerca de 20% da população brasileira, o que restringia a República a uma minoria. A minoria elitizada da sociedade.

As alterações quantitativas são inescapáveis. A primeira delas foi de natureza demográfica. Alterou-se a população da capital, em termos de número de habitantes, de composição étnica, de estrutura ocupacional. A abolição lançou o restante da mão-de-obra escrava no mercado de trabalho livre, e engrossou o contingente de subempregados e empregados. (CARVALHO, 1999, p.16).

Os ideais republicanos trouxeram como benefício, tardiamente, diga-se de passagem, a abolição da escravatura, que embora tenha acontecido ainda no período imperial, foi uma ação baseada em preceitos de relações, delimitados por ideais europeus, que tinham como principal objetivo anexar estes indivíduos escravizados a sociedade, que segundo Carvalho (2002), partiam principalmente da Inglaterra, além dos intelectuais brasileiros. “É curioso notar-se que os movimentos aparentemente reformadores, no Brasil, partiram quase sempre de cima para baixo: foram de inspiração intelectual, se assim se pode dizer, tanto quanto sentimental” (HOLANDA, 1995. P. 160). Mas, os interesses ingleses já estavam pré-definidos, e consistiam na inclusão destes indivíduos no mercado como propensos consumidores, para alavancar o crescente sistema econômico capitalista. Com isso, um aumento populacional nos

¹¹ Marco Túlio Cícero (107 a.C. - 43 a.C.) foi um importante filósofo, escritor, advogado e político romano. Foi considerado um dos maiores oradores da Roma antiga. Atingiu importantes cargos na Magistratura e nas Instituições Políticas Romanas. Em 78 a.C., após a morte do ditador Sila, foi eleito questor (encarregado da administração do dinheiro público) na Sicília. Em 69 a.C., foi eleito Edil (encarregado da conservação pública, do policiamento e abastecimento da cidade). Em 63 a.C. foi eleito Consul (mandato exercido por um ano, com a responsabilidade de exercer o poder Executivo). Fonte: https://www.ebiografia.com/marco_tulio_cicero/. Acesso em: 20/04/2017.

centros urbanos de todas as cidades de grande e médio porte no Brasil, transformou-se em um problema no final do século XIX e início do XX.

Várias pesquisas apontam os efeitos causados por este inchaço populacional nas cidades, e a ausência de propostas que buscassem prestar uma assistência que incluísse estes indivíduos a um modelo social compatível com o proposto. Carvalho (2002) nos diz que: “após a abolição foram pouquíssimas as vozes que insistiram na necessidade de assistir os libertos, dando-lhes educação e emprego, como foi feito nos Estados Unidos” (CARVALHO, 2002. P. 52). O interesse era basicamente continuar a impetrar os distanciamentos sociais, típicos do Império, e não buscar uma integração social. O resultado deste inchaço populacional nas cidades foi epidemias, insalubridade e mendicância, além de uma indisciplina social, altos índices de furtos, prostituição e, “entraves” para o desenvolvimento da jovem República e o “brilho” das capitais da mesma.

No Piauí, medidas contra este inchaço populacional já vinham sendo tomadas desde os últimos anos do império, como parte de um projeto de desenvolvimento urbano, melhoramento das condições de salubridade, embelezamento das cidades e divisão social. Na cidade de Teresina, por exemplo, Araújo (2001) nos diz que:

Nessa condição, buscaram ordenar a vida cidadina através de medidas policiais, leis que disciplinassem a cidade – como os códigos de posturas: intervenção no saneamento e higiene pública, apoio as instituições assistenciais – Colégio dos Educandos, Santa Casa da Misericórdia e Asilo dos Alienados, que tinham a finalidade de afastar os loucos, coibir a mendicância das ruas, disciplinar o processo migratório, regulamentar o trabalho, prevenir a “ociosidade” e a “vagabundagem”. (ARAÚJO, 2001, p. 236.)

Neste sentido, percebemos que um projeto que visava separar as elites das classes humildes, tanto no Piauí como na capital federal, Rio de Janeiro, observado mesmo após a Proclamação da República, em 1889, mantém traços do sistema governamental imperial. Este tipo de política era pensado apenas para a aparência do estado brasileiro e capitais de seus estados, atendendo exigências da classe dominante, e não para a governabilidade do mesmo e a satisfação da sociedade, de forma que existisse um governo para uma nação como um todo. Mesmo após a instauração de uma república, o governo continuava voltado aos interesses de grupos, e, os que se alinhava a ele de acordo com uma cultura política de poder.

Não é outro, aliás, o motivo da ânsia pelos meios de vida definitivos, que dão segurança e estabilidade, exigindo, ao mesmo tempo, um mínimo de esforço pessoal, de aplicação e sujeição da personalidade, como sucede tão frequentemente com certos empregos públicos (HOLANDA, 1995. P. 157)

Este alinhamento com os grupos políticos que partilhavam de uma cultura política de experiências similares, dá margem para a formação de poderosas oligarquias estaduais. “A aliança das oligarquias dos grandes estados, sobretudo de São Paulo e Minas Gerais, permitiu que mantivessem o controle da política nacional até 1930” (CARVALHO, 2002. P. 41).

Assim, o país e seus estados, ficam reféns de governantes que nitidamente demonstram para quem estão governando, ou seja, para seus interesses e os de seus apoiadores, em uma corrida pela manutenção de poder. Não há espaço significativo para as classes subalternas, o jogo ocorre em outra instância de relações e poderes, que tem pré-estabelecidas as suas normas.

Assim, neste ponto, é necessário que entendamos os aspectos que compõe este jogo político. Para Bourdieu (2005), as relações políticas são compostas por um poder simbólico, e este “é um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem *gnoseológica*” (BOURDIEU, 2005. P. 09), designando funções sociais através de símbolos, dentro do campo político, indo além dos poderes institucionalizados. Neste sentido, este poder é baseado em construções de realidades que tendem a estabelecer uma ordem, onde “o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)” (BOURDIEU, 200, p. 9), designam a função social dos indivíduos na política. Assim, há uma construção simbólica de poder, para além de uma estrutura.

Ou seja, são determinados discursos e representações que justificam o poder de alguém ou grupo, pois segundo Nietzsche (2012. P. 46), a legitimidade dos discursos e das representações não são exatamente fundamentais em sua gestação, ou seja, eles não precisam conter verdades, porém, ao encontrar alguém ou um grupo que os tenham como verdade, eles adquirem representação e passam a exercer influência sob os membros deste grupo. Porém, este poder encontra-se dividido em campos, que ao serem definidos constituem uma área de atuação a cada ator envolvido.

Nesta perspectiva, podemos entender a política enquanto um campo de relações, e que necessariamente para o bom funcionamento destas, são indispensáveis determinadas regras/alianças, que se encontram divididas em múltiplos campos de atuação. Para Bourdieu, campo é um “espaço social de relações objetivas” (BOURDIEU, 2005. P. 64), podendo ser estendido a diversos setores da sociedade, basta haver algum tipo de relação objetiva, que tenha por propósito a aquisição de troféus¹². Neste sentido, a aquisição destas “recompensas”

¹² A expressão troféu é utilizada no texto com o significado de recompensa aos jogadores de diferentes campos. Ou seja, dentro do campo político, os troféus podem ser identificados como cargos importantes na política, apoio de setores da sociedade ou políticos, adquiridos a partir de prestígio ou medidas tomadas por um indivíduo.

parte da vontade que os indivíduos expressão de chegar a um determinado objetivo, que não deixa de ser subjetivo, “ser vivo necessita e deseja antes de mais nada e acima de todas as coisas dar liberdade de ação à sua força, ao seu potencial. A própria vida é vontade de potência” (NIETZSCHE, 2005. P. 23). O indivíduo ao reconhecer-se enquanto indivíduo, tende a agir em primeira instância, de acordo com o reconhecimento da sua localização dentro do campo ao qual ele está inserido, tendo em vista a sua auto preservação. Há a existência de múltiplos micro campos dentro do campo social, e estes micro campos são o que definem as relações de poder, sendo que, todo campo tem seus critérios de ingresso ao jogo que ocorre dentro destes espaços. Mas, isso não significa que exista um ambiente pré-definido, este campo encontra-se em um espaço abstrato, porém, as “fichas” que cada jogador apresenta para jogar, encontram-se dentro de um espaço real.

Então, dentro deste jogo existe uma interseção entre o real e o abstrato, que qualifica seus jogadores. No caso do campo político, são os indivíduos que estão mais próximos dos troféus, ou seja, os que possuem fichas para estarem dentro do campo político, possuem diferentes níveis de capital, apoio e que, conseqüentemente os coloca mais próximos dos troféus. Estes indivíduos são em sua maioria políticos institucionalizados, que, nesse caso, utilizam as instituições como justifica a exclusão de uma parcela de indivíduos que não possuam essas fichas. No entanto, não são os únicos.

Ou seja, há desta forma, o estabelecimento de regras, critérios que definem o perfil de um propenso jogador, e, estas regras se traduzem em qualificações, que por sua vez definem o lugar, tempo e espaço que cada ator deve se posicionar, para estabelecerem as relações que modulam a política e as relações sociais. Para Bourdieu (2005), dentro de um campo, nem todos os jogadores tem condições iguais de chegar a estes troféus, existindo os dominantes e os dominados, sendo que, os dominantes buscam conservar as estruturas de forma que os beneficiem, mantenham-nos no jogo, conservando um status de distinção. “[...] a vontade não é apenas um conjunto de sensações e pensamentos, mas também e antes de tudo um estado afetivo, a emoção derivada do mando, do poderio” (NIETZSCHE, 2005. P. 27).

Ora, desta forma podemos vislumbrar a intenção de restrição e permanência de um jogo circunscrito apenas à facções de elite política, empresarial, latifundiária, intelectual, em outras palavras, a quem dispõe de capital. Mas, vale ressaltar que o capital mencionado não está restrito ao capital econômico, ao contrário, ele está distribuído em vários níveis, à depender do campo e a instância em que o jogador se proponha a jogar. Nem sempre no

Quem possui mais troféus, possui mais poder simbólico. Esta definição vale para outros campos sociais. Ver in: Pierre Bourdieu/O poder simbólico. 2005. 8ª ed.

campo político o capital econômico consegue fazer com que o jogador alcance os seus objetivos. No campo político o capital de influência e o capital intelectual podem ser mais determinantes que o capital financeiro.

Durante o período da Primeira República, vários protestos em relação a esta organização governamental e à políticas sociais insurgiram no país, advindos das classes humildes e de grupos políticos excluídos do poder, criando um clima de instabilidade constante. Em 1929, com o *crash* da economia mundial e uma crescente efervescência política, tanto entre as elites de estados brasileiros, como também do jovem movimento operário, que encontrava no perspicaz Partido Comunista Brasileiro, o PCB¹³, um canal por onde os excluídos desta República poderiam se manifestar, e começar também à fazer pressão frente ao governo.

O jogo político estava ameaçado, e dentro deste campo de regras de ingresso pré-definidas, há também medidas de proteção que podem ser entendidas a partir de alianças, mesmo que tácitas. Foi destas alianças que segundo o historiador José Murilo de Carvalho (2002), e isso incentivada por tensões políticas, levaram Vargas a Presidência da República em 1930. Desde a sua chegada no Brasil, os ideais comunistas assombraram as elites conservadoras, sendo uma “pedra no sapato” das mesmas, No entanto, posteriormente o PCB adquiriu adeptos de diferentes classes sociais. Porém, faz-se necessário entender como e porque estes ideais conseguiram se propagar e contribuir para a formação de um anticomunismo.

Este anticomunismo nasce a partir de respostas discursivas diretas às propostas comunistas, que tem como base primordial, o fim da luta de classes. Dentro do processo de extinção da luta de classes existem medidas que devem ser tomadas, tais como: redistribuição de capital entre a população, fim de grandes latifúndios, enfim, uma reorganização social-econômica que é iniciada através de discursos para chegarem à prática. Segundo a pesquisadora Marylu Oliveira (2008, P. 18), os discursos são constituídos de representações que são apropriadas pelo ouvinte, leitor ou, através do visual. Neste sentido, “os anticomunistas apresentam uma forma de ver o mundo, a partir das representações sobre o comunismo” (OLIVEIRA, 2008. P.18), da mesma forma que os anticapitalistas veem o

¹³ O PCB, ou Partido Comunista do Brasil, foi fundado em Niterói, em março de 1922, por um conjunto de militantes que tinham por objetivo pôr fim a luta de classes e desigualdades sócias. Suas influências teóricas vem do estudo das obras de Karl Marx e Friedrich Engels. Mas, sua base teórica para a ação prática, é o marxismo-leninismo, que se pauta em princípios desenvolvidos por Vladimir Lênin. Um dos seus membros mais emblemáticos foi Luiz Carlos Prestes. É o partido mais antigo do país ainda em atividade. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/AEraVargas/anos20/QuestaoSocial/PartidoComunista>. Acesso em: 21/04/2017.

mundo a partir das representações do capitalismo, o que caracteriza uma polarização ideológica referente às práticas. Desta forma, esta polarização não deve ser vista apenas em relação a polarização comunismo/capitalismo, elite/proletário, mas sim entre todos os tipos de relação.

As representações do mundo social assim construídas, embora aspirem à universalidade de uma diagnóstico fundado na razão, são sempre determinadas pelos interesses dos grupos que as forjam. Daí, para cada caso, o necessário relacionamento dos discursos proferidos com a posição de quem os utiliza. (CHARTIER, 1988. P. 17.)

Getúlio Vargas, apoiado por elites do Rio Grande do Sul e do Nordeste brasileiro, projetou-se na disputa da presidência da República como opção de governo apaziguador, sobretudo com a proposta de pôr fim ao monopólio político e, superar o atraso econômico e social do país. Perdeu as eleições. Porém, “em 3 de outubro de 1930, o presidente da República, Washington Luís, foi deposto por um movimento armado dirigido por civis e militares de três estados da federação, Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Paraíba” (CARVALHO, 2002. P. 89). Um golpe, mas que ficou conhecido como “revolução”. Ao projetar-se a uma candidatura de presidente, Vargas encenou um movimento contrário às regras do jogo político até então. Seu discurso pregava conciliação entre os jogadores já institucionalizados, e incluiu pretensos jogadores¹⁴ ao campo político, e alguns participantes¹⁵ nos processos do jogo. A sua política tratou de somar ao invés de dividir, o que caracteriza de certa forma uma ruptura dentro de um modelo político que até 1930, não havia substancialmente diferido do modelo imperialista.

Com isso, e após tomar posse do governo de forma provisória derrubando a “República Velha”, Vargas e o conjunto de correligionários políticos que o apoiavam e, movimentos de diferentes setores sociais, como os tenentes do tenentismo e a ANL, percebendo às incongruências dentro do jogo que neste período ficava limitado à apenas um grupo, começou a montar estratégias políticas. Para Michel de Certeau, “a estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças” (CERTEAU, 1998, p. 99). Ou seja, é programando uma ação antes de a empreende-la que se pode vislumbrar um panorama de

¹⁴ Os pretensos jogadores ao qual nos referimos, trata-se de indivíduos que não estavam presentes na hierarquia política brasileira.

¹⁵ Os participantes ao qual nos referimos, trata-se de trabalhadores (classes humildes), e mulheres, enquanto agentes capazes de interferir no andamento do jogo, em um pretenso processo democrático.

ação, podendo assim planejar o progresso dentro de um terreno que apresenta-se repleto de dificuldades de atuação.

Getúlio agregou camadas que antes eram postas à margem, dentro do jogo político, e isso pode ser percebido fundamentalmente, a partir do acréscimo da classe operária ao meio político enquanto agente, através da valorização destes enquanto cidadãos que, teoricamente, estavam aptos a interferirem no andamento de um processo eleitoral democrático. Mas, junto com estas classes, setores do empresariado e correntes liberais se misturavam a uma efervescência política propiciada por este movimento estratégico, que buscava reunir, antiliberais, os nacionalistas oriundos do movimento tenentista, os católicos e os integralistas, todos com ideias paralelas, mas com algumas aproximações.

Ao se aliar à elites que estavam ligadas diretamente as oligarquias, mas que estavam alijadas do poder, e, estando assim teoricamente fora do jogo político, pois não participavam das políticas governamentais de maneira ativa, Vargas conseguiu apoio suficiente para estabelecer um governo “provisório”, fruto de um golpe apoiado pelos setores já supracitados. A aliança empreendida entre Vargas e estas demais forças políticas, devem ser entendidas a partir de uma manifestação de interesses pautadas no querer, e segundo Nietzsche (2005), o querer está ligado intimamente ao poder, “e a execução do querer são efeitos do próprio querer e esta crença torna mais forte o sentimento de poder, que ele sente, e que o êxito traz como companheiro” (NIETZSCHE, 2005. P. 28).

No entanto, ao administrar o Brasil de forma provisória nos primeiros anos da década de 1930, Getúlio necessitava construir uma base de apoio neste terreno movediço, constituindo um governo forte e centralizado, apontando para a implantação de uma política totalitária. A edificação da mesma foi pensada e feita buscando o apoio do empresariado e, sobretudo, da classe operária, que durante todo o período da Primeira República foi deixada de lado, mas, foi inserida no campo político a partir do governo de Getúlio.

A rápida criação de leis que regulamentassem e trouxessem benefícios aos trabalhadores, a criação do Ministério do Trabalho, Ministério de Indústria e Comércio e, a inclusão destes trabalhadores e mulheres ao quadro eleitoral, mesmo se tratando do atendimento de reivindicações antigas, dos movimentos sociais, como nos diz a historiadora Maria Helena Rolin Capelato (2007), foram apropriadas por Vargas, e podem ser entendidas como estratégias moduladas a partir dos mecanismos do jogo político e das relações de poder, dentro do campo político. Segundo Oliveira (2016. P. 20), isso configura a adoção de um modelo trabalhista corporativista, o que transforma o trabalhador em agente de sustentação do estado, no entanto, este podendo interferir na cidadania dos trabalhadores.

Além das divergências entre as elites políticas, intelectuais, havia divisão entre os trabalhadores: alguns setores apoiavam as novas medidas trabalhistas do governo e outros se rebelaram contra elas porque o novo tipo de política implicava na ausência de autonomia do movimento operário. Neste sentido havia ainda diferenças entre grupos de esquerda compostos por anarquistas, socialistas e comunistas. (CAPELATO, 2007. p. 115).

Assim, a constituinte de 1933 foi fomentada por anseios diversos, apresentando-se com uma pluralidade de ideias e interesses, o que acabou por dar origem à constituição de 1934 que elegeu Vargas constitucionalmente, mas que tinha uma estrutura frágil, pois se preocupava em estabelecer uma conciliação entre os grupos divergentes na política, resultantes da revolução de 1932. A nova constituição, apesar de considerada conciliadora por Getúlio, carregava interesses políticos. A extensão do voto aos trabalhadores e as mulheres, pode ser vista como uma estratégia do próprio Vargas, pois possibilita o surgimento de um bloco eleitoral que antes não existia, mas que existindo, funcionaria como “fiel da balança” quando o governo entrasse em conflito com as oposições. Em outras palavras, Vargas estava criando um novo bloco político dentro de um espaço que antes era restrito. Ou seja, foi a partir do governo de Getúlio que, mesmo com algumas restrições, um grupo de indivíduos que não pertenciam às elites recebeu o direito de pretensamente interferirem nas decisões políticas do país.

No Piauí, a organização política apresentava características próximas a política empreendida no centro-sul do Brasil, tanto em relação a atuação dos políticos, como com o trato com às camadas humildes da sociedade e opositores do governo. A noção de cultura política neste estado seguia as mesmas bases imperialistas e de projetos de poder centralizado. A política Varguista, teoricamente, tinha por objetivo extinguir as oligarquias, porém no Piauí as oligarquias eram uma realidade que não viria a ser modificada. Em maior ou menor escala de atuação política, um regime em que o poder é exercido por um grupo seletivo de pessoas sem a aprovação por unanimidade da população, e onde os atores políticos são pessoas pertencentes ao mesmo partido, classe ou família, atendendo primeiramente aos interesses dos mesmos, não pode se tratar de outra coisa a não ser um coronelismo, uma oligarquia. Para Victor Nunes Leal, o coronelismo é “uma forma peculiar de manifestação do poder privado” (LEAL, 2012. P. 44), ou seja,

[...]o “coronelismo” é sobretudo um compromisso, uma troca de proveitos entre o poder público, progressivamente fortalecido, e a decadente influência social dos chefes locais, notadamente dos senhores de terras. Não é possível, pois, compreender o fenômeno sem referência à nossa estrutura agrária, que fornece a base de sustentação das manifestações de poder privado ainda tão visíveis no interior do Brasil. (LEAL, 2012. P. 44.)

A historiadora Rosângela Assunção (2005, p. 26) nos diz que os efeitos do *crash* da bolsa de valores de Nova York e o fracasso da economia mundial, também reverberaram no Piauí, provocando a redução do comércio e o fechamento de casas comerciais. Isso se deve ao fato de o Piauí naquele contexto, ter como uma das bases de sua economia, o extrativismo vegetal. A consequência disso foi uma diminuição no arrecadamento de impostos e o declínio das “receitas orçamentarias do estado” (ASSUNÇÃO, 2005. P. 26), que subidas e decidas percorreu toda a década de 1930 e 1940.

[...], todos os momentos de crise do extrativismo foram, igualmente, momentos de dificuldades financeiras para o Estado. Mesmo no apogeu do extrativismo, as receitas auferidas só eram suficientes para manter em funcionamento a máquina administrativa e para a realização de obras públicas indispensáveis ao exercício das funções públicas. (QUEIROZ *Apud* ASSUNÇÃO, 2005. P. 27.)

Ora, quando Teresinha de Queiroz fala em manter em funcionamento a máquina administrativa e a realização de obras públicas para garantir o exercício de funções públicas, ela nos dá margem para uma observação deste contexto sob outra perspectiva, que é a perspectiva de jogo político, dentro do campo político, ao qual já fizemos referência. Neste sentido, cabe-nos trazer alguns elementos a esta discussão. A elite piauiense era composta por comerciantes, proprietários de latifúndios, intelectuais e políticos. Com base em Serge Bernstein (2003), poderíamos afirmar que essa elite piauiense constituía-se com uma reunião de homens em torno de um objetivo comum, propício à formação de facções, de forças políticas. Essas “forças políticas são tendências constituídas no interior dos grupos que participam ou aspiram ao poder” (RÉMOND, 2003. p. 62), poder este que, à depender do campo onde se proponha a jogar, pode adquirir diferentes significados. O confronto de interesses dentro dos campos torna-se inevitável.

O problema é justamente o tipo de interesse, e de onde ele parte. Se há uma disputa de poder dentro de um campo, e esse não fornece espaço suficiente para comportar todos os aspirantes à jogadores, tendo em vista que a disputa por poder em questão está circunscrita ao poder econômico, ameaçado pela crise econômica, evidentemente alguma facção poderá ficar à margem do jogo.

Como já mencionado, a política não está circunscrita apenas à políticos institucionalizados, uma vez que o agrupamento de indivíduos em torno de um interesse em comum, dá margem para que os membros do grupo possam interferir nas decisões do mesmo, pois entendemos que um indivíduo político é uma pessoa que a partir de um conjunto de ideias ou reivindicações, tenta alcançar um determinado número de adeptos dentro de uma

determinada conjuntura. Além disso, a facção que se estabelece enquanto dominante no campo ao qual ela se propõe a jogar, tende a lançar estratégias de permanência no jogo. Para Michel de Certeau (1998, P. 99), a estratégia postula um lugar suscetível à ser a base de gestão de relações, tendo por objetivo prever com antecipação a forma de atuar frente à alvos ou ameaças.

Ora, não há como se estruturar um governo dentro da perspectiva de política de jogo, de relação de poderes, ao qual durante este trabalho estamos discorrendo, sem que haja a formação de alianças—que se trata de uma estratégia—para a preservação e perpetuação dos interesses do grupo que se encontra como dominante dentro do campo ao qual se propõe. Desta forma, a partir da formação dessas alianças insurgem os indivíduos que possuem melhores condições de jogar o jogo político, dentro das diferentes esferas: federal, estadual e municipal, que possuem diferentes meios – ligações externas, capital de influência, bons relacionamentos – para participar dos meandros da política.

Os “coronéis” surgem desta perspectiva. Segundo o historiador Victor Nunes Leal (2012), os líderes políticos, distribuídos nos municípios de cada estado, não precisam ser entendidos necessariamente como “autênticos” “coronéis”. Eles podem ser médicos, advogados, latifundiários, comerciantes, ou até mesmo funcionários públicos do estado, mas em sua maioria com ligações estreitas com o grupo que está no poder, pois partilham de benefícios, e conseqüentemente de poder.

Segundo a historiadora Rosângela Assunção (2005), no Piauí, “sair do poder político podia significar a perda de condições para sobreviver no Piauí” (ASSUNÇÃO, 2005. P. 32, 33), assim como entrar no poder político poderia constituir uma fonte de renda. Desta forma, para o contexto ao qual estamos debatendo, a política ultrapassa as fronteiras das instituições políticas, e a noção de poder ao qual fazemos referência é diluída na estrutura dos diferentes campos de relações, alcançando as subjetividades de todos os indivíduos, e segundo Leal (2012. P. 44) confundindo o público com o privado.

A queda na receita do estado, neste momento configura antes de tudo uma ameaça na manutenção das concessões e benefícios dos apoiadores do governo (que seguem uma linha hierárquica) além de aguçar intenções de tomada do mesmo por quem está fora do jogo, e em crise econômica. A máquina administrativa e os compromissos que o governo tinha que manter, pode ser entendido enquanto manutenção de seus aliados, sua base de sustentação governamental, e conseqüentemente status social, econômico e político do grupo por inteiro. Neste sentido, a “revolução” de 1930 no Piauí pode ser vista como um motim, “liderado por grupos oligárquicos que estavam momentaneamente fora do poder local. Então, alguns deles

“foram-se agregando na Aliança Liberal e se intitulando oposição ao então governador João de Deus Pires Leal – representante da oligarquia Pires Ferreira” (ASSUNÇÃO, 2005. P. 27).

Em pesquisa, o historiador Francisco Alcides do Nascimento (1994), aponta a disputa piauiense do pré-revolução de 1930 dividida em dois partidos. O PRP (Partido Republicano Piauiense) e o PDP (partido Democrático Piauiense), no entanto o PRP era quem dominava a política. Por dominá-la as fissuras internas surgiam a partir da confusão entre o público e o privado. O partido possuía duas correntes internas, uma liderada pelo clã Pires Ferreira, outra pelos Freitas. A separação veio a partir de discordâncias quanto a indicação dos candidatos para concorrerem ao senado e a câmara dos deputados, levando os Freire a se articularem com o PDT e formarem a Aliança Liberal, junto com alguns políticos avulso.

A Aliança Liberal no Piauí é constituída de indivíduos que, até a eleição de João de Deus Pires Leal, faziam parte do esquema político no poder, portanto, o pouco tempo decorrido não permitiria uma reciclagem ideológica. A mudança para a Aliança demonstra, entre outras coisas, o oportunismo latente na “classe” política nacional e local. Conta com o ex governador do Estado, Matias Olímpio de Mello, que combatera renhidamente a Coluna Prestes, secundado pelo então vice-governador do Estado, Humberto de Arêa Leão, cunhado de Matias Olímpio, o desembargador Vaz da Costa, oriundo da Região Sul do Estado, possuidor de relações com os coronéis da área, e o Partido Democrático Piauiense. (NASCIMENTO, 1994. P. 40-41.)

A prova disso pode ser observada após a “revolução” de 1930, quando Rosângela Assunção (2005), diz que, depois da nomeação do interventor Humberto de Arêa Leão¹⁶, a política de reorganização do aparelho estatal foi marcada por cortes de verbas e funcionários em todo o estado, “ao mesmo tempo em que implementa novas nomeações, algumas delas levando em conta o parentesco, a participação do nomeado na Aliança Liberal, e a ligação partidária com o grupo agora no poder e que haviam sido demitidos pelo governante anterior” (ASSUNÇÃO, 2005. P. 27). Há uma verdadeira “dança das cadeiras” no jogo do campo político piauiense, mas que lhe causaria alguns prejuízos políticos para com alguns de seus aliados.

¹⁶ *Humberto de Areia Leão* nasceu no Piauí no dia 30 de maio de 1890, filho de Raimundo de Areia Leão e de Joana Portela de Areia Leão. Depois de cursar o Colégio Militar do Rio de Janeiro, no Distrito Federal, ingressou na Escola Naval em abril de 1905 como aspirante a guarda-marinha. Concluído o curso, foi sucessivamente promovido a segundo-tenente em janeiro de 1909, a primeiro-tenente em dezembro de 1913 e a capitão-tenente em outubro de 1921. Constituiu uma carreira política no Estado do Piauí, participou do movimento revolucionário de 1930 no Piauí e, no dia 4 de outubro, Humberto Leão foi empossado como governador militar do estado. Posteriormente, em 14 de novembro, por ato de Getúlio Vargas, chefe do Governo Provisório, foi empossado como interventor federal no Piauí. Em 29 de janeiro de 1931, Areia Leão deixou a interventoria e foi substituído por Lemos Cunha, retirando-se em seguida para Livramento, atual José de Freitas (PI), sob alegação de não possuir garantias de vida em Teresina. Fonte: <http://www.fgv.br/cpd/doc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/leao-humberto-de-areia>. Acesso em: 20/04/2017.

2.1 Organização social, programas de governo, autoritarismo e politicagem

Voltando ao âmbito nacional, Vargas após conceber uma constituição conciliadora, em 1934, não conseguiu de fato, alcançar a conciliação entre as classes divergentes e, principalmente entre trabalhadores e patrões. Ao contrário, o cerceamento da autonomia do movimento operário com a perda de liberdade política dentro dos sindicatos, impostas pela constituição, mostrava intolerância a “subversão” ideológica. Líderes sindicais foram perseguidos, presos, torturados ou exilados, o estado demonstrava uma clara posição de governo voltada a uma política de molde funcionalista, onde as disfunções deveriam ser retiradas para a garantia do bom funcionamento de todo o sistema, e a garantia da “harmonia” do jogo político, econômica e meio social, o que também não se distancia muito do modelo político imperial que quer um povo coeso. Reiteramos, modificam-se as estruturas e os mecanismos, mas permanecem os ideais, porém, agora baseados em outra premissa, a construção e a circulação de ideias e signos que visavam abarcar um bloco mais amplo de outra forma. Se tratava de uma espécie de coesão voluntária.

Neste ponto, é necessário entender o que denominamos como coesão voluntária. Ao analisarmos os primeiros governos presidenciais da República brasileira, sob a ótica de historiadores como: José Murilo de Carvalho (1990) e Victor Nunes Leal (2012), sobretudo em relação aos processos eleitorais e apoio político – levando em conta que a maioria da população vivia em um alto índice de pobreza e dependência econômica, dos coronéis, segundo estes historiadores – a autonomia das classes humildes em relação a escolha de seus representantes era limitada, quando havia. Ou seja, a dependência destes trabalhadores humildes em relação á coronéis e patrões não abria muitas opções de barganha, e a dependência econômica fazia com estes trabalhadores acabassem coagidos a apoiar seus “bem feitos”, na melhor das hipóteses.

Por outro lado, após a modificação na estrutura política, inserção de mais eleitores no processo eleitoral, criação de leis de regulamentação do trabalho e, da relação com os eleitores/apoiadores empreendida a partir de 1930, houve uma distensão em relação a coesão exercida pelos patrões e coronéis, pelo menos em partes, pois em tese, abria espaço para que as classes humildes pudessem barganhar seu apoio. Evidentemente não estamos tentando homogeneizar esta prática, no entanto, acreditamos que a partir do momento em que mais indivíduos passam a ter poder de decisão e se veem enquanto parte integrante de um sistema, ele pode fazer escolhas, e como a propaganda varguista que, a partir de 1937 passou a cada

vez mais enaltecer a importância do trabalhador, a possibilidade de barganha confluía para que este operasse no cotidiano, buscando atender suas necessidades.

Ou seja, se havia mais representatividade por parte de eleitores/apoiadores, que passou gradativamente a fazer com que os políticos institucionalizados e coronéis flexibilizassem a sua relação com estes indivíduos, em determinadas situações. Uma coesão voluntária pode também ser entendida como tática. O trabalhador humilde tem a possibilidade de escolha, mesmo que limitada, mas com a construção de uma representatividade e força política do trabalhador, ele conseqüentemente poderá jogar de acordo com os seus interesses, mesmo que isto acabe por comprometê-lo com um indivíduo, grupo, ou partido.

No entanto, este processo não foi rápido, nem tão menos homogêneo, como já ressaltamos, exigindo que o governo em certas ocasiões criasse situações para se auto afirmar enquanto capaz de atender aos interesses da população, assim como também a oposição. O episódio de um pretense levante comunista, que poderia desencadear uma mobilização trabalhadora liderada pelo PCB, e que daria início a uma infiltração que poderia derrubar o alicerce político construído por Vargas, levou-o a adotar uma série de medidas que posteriormente dariam origem a outra face do seu governo.

Este levante ocorrido em 1935, que embora aparentemente possa ter sido um movimento desorganizado, radicalizou a situação política do país, e é neste contexto que Vargas muito oportunamente se apropriará de um conceito negativo atribuído historicamente ao comunismo no país, para utilizá-lo como contra propaganda ao PCB e seus líderes. Como já foi supracitado, o Brasil era um país que tinha a sua estrutura governamental restrita às elites, tendo sido liderado por oligarquias que buscavam manter a todo custo a sua hegemonia no quadro social, até 1930. Deste modo, em primeira instância, às elites buscavam se preservar de qualquer possível ameaça a sua hegemonia. Segundo o historiador Rodrigo Patto Sá Motta (2000), desde o ano de 1917, no Brasil, começaram a se organizar medidas anticomunistas para “proteger” a nação do “perigo vermelho”.

Temerosos com o poder de atração que o exemplo russo poderia exercer sobre as massas proletárias, num quadro de instabilidade ligado às dificuldades do pós-guerra, os governos dos países capitalistas dominantes empenharam-se na repressão e na propaganda anticomunista. Seus esforços não foram isolados, pois complementando a ação estatal grupos da sociedade civil (empresários, intelectuais, religiosos) também se lançaram ao campo de batalha, dedicando-se principalmente à esfera propagandística (MOTTA, 2000. P. 16.).

O sistema propagandista contrário ao comunismo era estabelecido em vários setores da sociedade. Mesmo no trabalho, nas escolas e, nos cultos religiosos, o acesso que se tinha a

informações a respeito do comunismo, eram de cunho oposicionista, ou tinham seu significado deturpado. Segundo Motta (2000), no Brasil foram constituídos modelos peculiares de anticomunismo, e a religião católica foi um dos vetores de disseminação, assim como em outros países.

A representação do comunismo como inimigo absoluto não derivava apenas do medo que conquistasse as classes trabalhadoras. A questão central, na ótica dos responsáveis católicos, no que não estavam desprovidos de razão, é que a nova doutrina questionava os fundamentos básicos das instituições religiosas. O comunismo não se restringiria a um programa de revolução social e econômica. Ele se constituía numa filosofia, num sistema de crenças que concorria com a religião em termos de fornecer uma explicação para o mundo e uma escala de valores, ou seja, uma moral (MOTTA, 2000. P. 38.).

Além disso, também contribuía para a desinformação e deturpação dos ideais comunistas, o alto índice de analfabetismo no Brasil (Ver em anexo F). Assim, a força comunista e seus ideais não conseguia abranger muitos setores da população brasileira. A noção que alguns setores populares tinham de comunismo, ou era vaga, mal compreendida ou seria a pior possível, como era o caso do empresariado e grupos familiares conservadores, por exemplo.

Para Roger Chartier (1988), as representações que são constituídas no mundo social, mesmo que busquem um diagnóstico do todo dialogando com a razão, continuamente são determinadas pelos interesses do grupo que às formam, pois são influenciadas sobretudo, pelo espaço social de quem às utiliza. Para Bourdieu, o poder simbólico adquirido a partir de representações, tem o “poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de transformar a visão do mundo e, deste modo, a ação sobre o mundo” (BOURDIEU, 2005. P. 14.), ou sobre o espaço no qual se pretenda empreender um conceito. Como o Brasil estava sob o comando de elites conservadoras que, entre outras coisas, era composta por latifundiários, além de reterem em seu imaginário uma concepção de moral cristã, à aversão ao comunismo não era algo incomum.

Para ilustrarmos o nível de aversão ao comunismo, pegamos uma citação da dissertação de mestrado da historiadora Marylu Alves de Oliveira. Segundo Oliveira (2008), os discursos que constituíam e reportavam representações anticomunistas, apropriadas por leitores das mais variadas formas, não ficava circunscrito apenas a estes, pois poderiam ser repassados a partir de leituras coletivas ou através da reprodução oral “em grupos, nas praças; em casa, de forma silenciosa; nas reuniões partidárias; nas celebrações religiosas - neste lugar escutado pelos mais variados segmentos sociais -; e era, inclusive, lido através das imagens,

ou ouvido pelos que não sabiam ler”(OLIVEIRA, 2008. P. 18). O discurso anticomunista se estendeu até a década de 1960, como pode ser observado na pesquisa da historiadora Marylu Alves de Oliveira.

Desta forma, com base em Chartier (1988), que diz que as representações são constituídas no mundo social e, em Bourdieu (2005) que diz que o poder aliado as representações tem a capacidade de transformar a visão social dos espaços e com isso elaborar conceitos, compreendemos que a concepção de comunismo do recorte ao qual Oliveira (2008) pesquisa, é fruto de uma construção ideológica iniciada desde a chegada dos ideais comunistas ao Brasil, e diz que: “[...] e diziam, eu não sei se isso é verdade, ou se é deboche, que comunista comia criancinha no almoço, comunista era bicho muito malvado, a mulher de comunista era de todos, comunista não respeitava lei nenhuma”(IGREJA *Apud* OLIVEIRA, 2008. P. 17).

“O comunismo considerado como o perigo mais ameaçador à sociedade brasileira desde os anos 20, deu ensejo a uma forte campanha de propaganda anticomunista que acabou servindo para justificar o fortalecimento do regime” (CAPELATO, 2007, p. 115). Com uma intensa propaganda voltada a seus interesses, Vargas obteve apoio suficiente para decretar estado de sítio, e depois, no dia 10 de novembro de 1937, desferir o golpe que engendrou o Estado Novo, aboliu os partidos, dissolveu o Congresso e outorgou uma nova constituição, tendo setores liberais e da imprensa como apoiadores, como é o caso do jornal *O Estado de São Paulo*, criando a necessidade de uma intervenção forte, frente ao “perigo vermelho”, como nos mostra Maria Helena Rolin Capelato (2007). Assim foi criado o estado de sítio, e como consequência, o Estado Novo. É neste ponto, que a figura de Vargas e o Estado Novo, adquirem status de força libertadora, benevolente, preocupada com o destino do país e de seus cidadãos, onde o presidente e o estado são um só. Ideias estas fabricadas em gabinetes e distribuídas sob forte propaganda. O presidente havia salvo a nação.

Em virtude deste oportunismo recheado de tramoias, é que Vargas construiu a imagem de única figura dentro do estado capaz de estabelecer a mediação entre o povo e as elites, o meio social, transformando-se no presidente/estado, com características de governo mescladas para atender a todo um eleitorado. “O que faz o poder das palavras e das palavras de ordem, poder de manter ou de a subverter, é a crença na legitimidade das palavras e daqueles que as pronuncia, crença cuja produção não é da competência das palavras” (BOURDIEU, 2005. P. 15.).

A partir desse estratagema político, os mecanismos governamentais fizeram um esforço ainda não visto igual na política brasileira, que foi justamente a valorização de uma

classe subalterna, tendo-os pretensamente como aliados. Nesta perspectiva podemos chegar à conclusão de que: uma ruptura política entre o modelo imperialista e o modelo Republicano, não ocorreu de fato. O que ocorreu foram modificações nos meandros da política, adicionando ferramentas que ajudaram um grupo a se sobressair do outro. E estas ferramentas são traduzidas no acréscimo de indivíduos ao jogo político, e que teoricamente, tendem a fortalecer o bloco que os absorva.

Mas, esta absorção não é feita de forma cordeira e uniforme, vale ressaltar que entre espaços de relações de poderes existem discordâncias, e são necessárias determinadas medidas para que se garanta o sucesso de determinados projetos. Assim, nestas condições e, naquele momento, uma das características políticas do governo Vargas foi: usar e abusar da imagem do chefe de estado, fundindo-o com o próprio estado. O uso de símbolos religiosos e da cultura brasileira, da família, do trabalho e da educação, foi trabalhado a partir dos veículos de comunicação e de medidas governamentais para cristalizar a imagem positiva do presidente e a sua importância para a fortificação e desenvolvimento da nação.

Esses veículos de comunicação justificavam a sua importância enquanto chefe de estado e líder do campo político, de forma consentida por alguns setores da sociedade, pois, “o povo revela a autoridade de suas necessidades, seu destino, e este, por sua virtude e sensibilidade, captava e executava este sinal que existia implicitamente. Nesta dinâmica o povo era o princípio e o resultado da ação do legislador” (GOMES, 2005, p. 229).

Em 1937, Vargas já estava há sete anos na presidência da República. Havia enfrentado muitos problemas para se manter no governo, recorrendo a várias medidas constitucionais e não constitucionais. O que não fosse constitucional ele refazia a constituição para ela se adequar a sua vontade, para pôr fim às oposições partidárias e no congresso, solucionando os problemas que pudessem pôr em risco o andamento do jogo. Neste sentido, os estados passaram a ser governados por interventores nomeados por Getúlio, políticos pertencentes ao seu bloco político, constituía-se como uma estratégia de extensão da figura do presidente, personificada no interventor, prática percebida desde o início do seu governo, segundo Assunção (2005).

No Piauí, Leônidas de Castro Melo foi um dos nomeados para assumir tal papel, precedido por: Landri Sales, Lemos Cunha e Arêa Leão, que junto com seu grupo político apoiaram a “revolução” de 1930 e assumiu o cargo através de um golpe ao governo de João

de Deus Pires Leal¹⁷, mas que por disputas e insatisfações com a sua política no estado, foi substituído.

Nem todos os chefes políticos do PRP que aderiam à Aliança Liberal estavam satisfeitos com os rumos do novo Governo que lhes estava subtraindo poder nos seus municípios. À primeira vista, a Revolução acabava com o domínio de 31 anos da família Pires Ferreira, mas, aos poucos, começava a incomodar outros chefes locais que lhes eram simpatizantes. (SILVA *Apud* ASSUNÇÃO, 2005. P. 32).

Entra em cena o capitão Lemos Cunha¹⁸, mas:

Constata-se com essas desinteligências políticas que no Piauí, o Movimento de 04 de Outubro em nada mudou as práticas políticas, mais que uma luta de projetos políticos, foi uma luta por posições, assegurar cargos de mando significava a permanência de aliados na esfera do poder político (federal, estadual e municipal), o que, no geral, significava a sobrevivência política do grupo. Sair do poder político podia significar a perda de condições para sobreviver no Piauí, muitos tiveram que migrar. Agora a luta se dava em torno da interventoria do Estado. Cada grupo querendo impor um nome. Essa disputa só foi resolvida com a direta intervenção do governo central que, após 04 meses de governo de Lemos Cunha indica novo interventor com o objetivo de apaziguar o Piauí (ASSUNÇÃO, 2005. P. 32, 33).

O movimento de 04 de outubro mencionado, trata-se do golpe que empossou Humberto de Arêa Leão no cargo de interventor do estado, e que segundo Francisco Alcides do Nascimento, em termos de política, no estado do Piauí após a “revolução de 1930, “Pouco havia mudado: um grupo criado a partir da união da família tinha sido destituído, assumindo outro, organizado à mesma maneira, só que coberto por uma capa revolucionária [...]” (NASCIMENTO, 1994. P. 71).

Os interventores estaduais eram nomeados a partir do critério de compactação com o novo regime governamental, agregando todas as medidas em relação às políticas do governo federal. No caso do nordeste, os tenentes do tenentismo, desempenharam uma influência na

¹⁷ João de Deus Pires Leal nasceu na cidade de São Bernardo (MA) no dia 22 de janeiro de 1890. Formou-se em direito na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, então Distrito Federal, em 1909. No ano seguinte foi nomeado promotor público na cidade de Tutóia (MA), em 1917 tornou-se juiz federal no estado do Piauí e em 1922 no estado do Amazonas. Em 1928 foi eleito governador do Piauí sucedendo a Matias Olímpio de Melo. Teve o mandato interrompido em 4 de outubro de 1930 com a eclosão da Revolução que levou Getúlio Vargas ao poder. Fonte: <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/LEAL,%20Jo%C3%A3o%20de%20Deus%20Pires.pdf>. Acesso em: 20/04/2017.

¹⁸ *Joaquim de Lemos Cunha* nasceu no dia 28 de setembro de 1891. Sentou praça em março de 1911, ingressando na Escola de Guerra de Porto Alegre. Em 29 de janeiro de 1931 o interventor federal no Piauí, capitão-tenente Humberto de Arêa Leão, foi deposto por um movimento encabeçado por um dos líderes da Revolução de 1930 nesse estado, o desembargador Joaquim Vaz da Costa. Embora este último fosse aclamado governador revolucionário do Piauí, no mesmo dia, por indicação de Juarez Távora, Lemos Cunha foi nomeado interventor interino no estado. FONTE: ARQ. OSVALDO ARANHA; CASTELO BRANCO FILHO, M. *Depoimento*; MIN. GUERRA. *Almanaque*(1934); PEIXOTO, A. *Getúlio*; POPPINO, R. *Federal*; REGO NETO, H. *Fatos*; SILVA, H. 1930; SILVA, H. 1935 <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-de-lemos-cunha>, acessado em 21/04/2017.

unidade deste projeto, para que se pudesse formar uma base aliada. A solução veio através da nomeação de mais um militar, o capitão do exército Landri Sales Gonçalves¹⁹.

A nomeação de interventores militares para os estados do Norte e Nordeste, tinham influência direta dos aliados do governo pertencentes ao movimento tenentista, sendo que “estava em curso a tendência centralizadora do Governo Vargas. O presidente indicou militares para a maioria das interventorias estaduais[...]” (ASSUNÇÃO, 2005. P. 33).

Não foi só a centralização que o interventor executou, instaurou ainda, uma espécie de silêncio da administração estadual ao proibir que órgãos da imprensa local ou indivíduos noticiassem informações que considerava falsa. Em outras palavras, implementou a censura. Seguiu assim, os passos de Getúlio Vargas. (ASSUNÇÃO, 2005. P. 35).

Ora, para o governo federal era de extrema importância estabelecer uma base aliada, mas também silenciar seus opositores. Além dessa base aliada a censura aos meios de comunicação, elemento que compunha as ferramentas de blindagem do governo, desempenhava este papel. Voltaremos a mencionar Landri Sales mais adiante em outra discussão. Agora nos reportaremos a Leônidas de Castro Melo, o interventor que mais tempo permaneceu no cargo, no Estado do Piauí, exercendo-o de 1934 à 1945. Neste ponto é importante que nos atentemos a um dado importante.

Dando seguimento ao nosso argumento de disputa de poderes no campo político, Nascimento (1994) nos apresenta alguns dados para tal argumento, pois aponta a política piauiense polarizada entre duas famílias e seus carteis: o grupo comandado pela família Pires Ferreira, que até 1930 somava 31 anos de domínio político no estado, e a família Freitas, que apresentava-se enquanto forte núcleo oligarca, ambos agrupados no PRP. Porém houve um rompimento de relações políticas entre estas duas correntes do PRP, proporcionado a partir de conflitos de interesses entre as facções, o que gerou um intenso sentimento de revanchismo, principalmente sob a acusação de traição entre estes membros, e que viria a tomar proporções ainda mais organizadas a partir da mudança no governo estadual empreendida após 1930. Depois de dois interventores militares nomeados pelo poder central, muitos dos políticos piauienses encontravam-se fora do poder e, muitos até fora de cargos no governo, o que levou a diversos tipos de alianças entre antigos opositores, e outros políticos que estavam insurgindo.

¹⁹ Foi um militar e político brasileiro, natural do estado do Ceará. Nomeado Interventor Federal do Piauí em maio de 1931, substituiu Lemos Cunha com a proposta de apaziguamento das disputas políticas no estado. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/landri-sales-goncalves>. Acesso em: 10/04/2017.

Pela Constituição de 1934, deveriam ocorrer eleições legislativas para outubro de 34. A Assembleia Legislativa Estadual deveria escolher, indiretamente, os senadores da República e o governador. No Piauí, dois grupos políticos disputaram o pleito: um liderado por Hugo Napoleão do Rêgo e outro por Landri Sales, que embora tenha recebido a proposta de continuar como governador ou senador pelo Estado do Piauí, não aceitou. Foi indicado então, o Secretário Geral do Estado, Leônidas de Castro Mello. Este, liderou a campanha para a eleição Constituinte estadual na qual o Partido Nacional Socialista saiu vitorioso elegendo 16 deputados. A eleição para governador ocorreu a 22 de abril de 1935, Leônidas Mello foi eleito. (ASSUNÇÃO, 2005. P. 39)

Mesmo Landri Sales não pertencendo a nem uma das famílias que disputavam o poder no estado do Piauí, por ser natural do Estado do Ceará, ele não pôde ficar alheio as oligarquias por muito tempo. Acabou se articulando politicamente no estado, dando origem ao PNSP (Partido Nacional Socialista Piauiense). Este partido era formado como nos mostra Nascimento (1994) por uma corrente nova, iniciada a partir do governo Landri Sales, mesclada a remanescentes das antigas oligarquias. Porém, logo acabaram por romper esta aliança, devido a discordância em relação a indicação de candidatos, o que levou a ala “nova”, formada a partir do governo de Sales, acabar se aliando com o grupo que já estava fora do poder, os Pires Ferreira, seguindo as orientações do governo geral. Desta aliança foi lançada a candidatura de Leônidas de Castro Melo, indicado por Landri Sales e, “apoiado por seus aliados” (NASCIMENTO, 1994. P. 115.).

A eleição para governador do estado em 1935, pode ser interpretada como medida de estabelecimento e preservação de alianças que resulta em monopólio de poder. “Leônidas Mello assumiu o governo constitucional a 3 de maio de 1935 permanecendo até 10 de novembro de 1937. Concordando com o golpe de Novembro de 1937 foi mantido no cargo, agora na condição de interventor federal até o ano de 1945.” (ASSUNÇÃO, 2005. P. 39).

No primeiro governo de Getúlio Vargas, ocorreu o movimento que os militares chamaram de Intentona Comunista, no ano de 1935, servindo como eixo para o que Ricardo Antônio de Sousa Mendes apontou como um segundo momento do anticomunismo no Brasil. No entanto, é nesse momento que o Brasil, segundo o autor, encontra as “raízes” anticomunistas, ou seja, é a partir desse momento que as ações anticomunistas vão ser efetuadas, respaldadas pela ação dos comunistas no ano de 1935. Neste período, o discurso anticomunista envereda por uma simpatia fascista, fazendo parte das estratégias do governo. Homens e mulheres foram acusados de serem comunistas apenas por manifestarem opiniões divergentes daquelas professadas pelo governo. O anticomunismo, nesse momento, foi um dos motivos de manutenção da ditadura varguista. (OLIVEIRA, 2008. P. 37)

“Leônidas Mello ao assumir o governo buscou dar continuidade a administração anterior sem implementar grandes mudanças. Nos primeiros anos de governo aproveitou-se da desculpa de ameaça comunista para decretar o estado de sítio”. (ASSUNÇÃO, 2005. P. 39),

ameaça criada pelo governo central e que desta forma cunhava um “motivo para que se forjasse um plano denominado Cohen e se implantasse o regime do Estado Novo ou Estado Nacional” (NASCIMENTO, 2002. P. 32); além disso, deu continuidade ao projeto de censura e silêncio de inimigos políticos, garantido a preservação de seu grupo político dentro do jogo empreendido no campo político.

Essa censura, que se estendia a todos os estados coibindo qualquer manifestação contrária ao novo regime, tornou-se um dos principais instrumentos do governo Vargas e seus apoiadores. Para além da censura outras medidas foram tomadas, como o fechamento do congresso, eliminando assim os intermédios e interferências no jogo político proposto por Vargas. Assim, a construção do governo varguista chegou a um ponto elevado, que a partir do fechamento do congresso e do estabelecimento da censura aos meios de comunicação e práticas cotidianas, garantiam ao governo uma ampla área para ser explorada livremente, inclusive penetrando dentro das casas das pessoas, invadindo o privado e o subjetivo, restando a ele “saber” utilizar-se dos meios adequados para isso.

Os ideólogos do Estado Novo, tendo como seus expoentes neste primeiro momento Francisco Campos²⁰ e Azevedo Amaral²¹, se esforçavam ao máximo para justificar estas medidas, tomadas a partir de um golpe – que para o povo não poderia ser golpe – e precisavam justificar que o Estado Novo era o resultado de uma “consciência nacional” que representava a unidade de um povo, que unido foi guiado pelo presidente ao triunfo perante as forças inimigas que ameaçavam a estabilidade social e econômica do Brasil. Isto claramente configura uma estratégia, e isto no sentido Certeauiano, pois “a estratégia postula um lugar suscetível de ser circunscrito como algo próprio a ser a base de onde se podem gerir as relações com uma exterioridade de alvos ou ameaças” (CERTEAU, 1998, p. 99).

Ou seja, é programando uma ação antes de a empreende-la que se pode vislumbrar um panorama de ação, podendo assim planejar o progresso dentro de um terreno que apresenta-se repleto de dificuldades de atuação, sobretudo no que diz respeito a imposição de conceitos. Por outro lado, a meta de Vargas era concretizar um projeto político de manutenção de poder

²⁰ Francisco Luís da Silva Campos foi um advogado, professor, jurista e político brasileiro, responsável, entre outras obras, pela redação da Constituição brasileira de 1937. Participou ativamente de várias decisões tomadas durante o governo Vargas, onde se tornou conhecido na política. Anos depois foi o redator do AI-1 do golpe de 1964 e dos códigos penal e processual brasileiros — que, mesmo com as subsequentes reformas, continuam em vigor. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/francisco-luis-da-silva-campos>. Acessado em: 10/03/2017.

²¹ Antônio José de Azevedo Amaral foi um escritor, jornalista e tradutor brasileiro. Formado em medicina, dedicou-se, porém, ao jornalismo político. Defendia a intervenção estatal na economia e criticava o liberalismo, defendendo a implantação de um estado autoritário que prescrevesse a industrialização acelerada. Foi um dos ideólogos mais atuantes durante o Estado Novo até sua morte em 1942. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/amaral-azevedo-do>. Acesso em: 10/03/2017.

dentro da ordem, tomando medidas opressoras para não aparecerem focos de oposição, sempre em uma posição que o garantisse a possibilidade de controlar possíveis focos oposicionistas que pudessem derrubá-lo do poder, projetando-se a um local circunscrito. Não foi à toa que Getúlio para alguns setores, continuava com uma postura conciliadora, pois ele poderia nestas condições, junto ao aparelho estatal, sem interferências, definir melhor os seus campos de atuação.

Nesse período, muitos veículos de comunicação acabaram aderindo ao poder para continuar usufruindo de suas benesses; os que não se dobravam a ele ficavam a mercê do controle da censura. Aos meios de comunicação cabia a tarefa de exaltar a figura de Vargas, não só como conciliador entre as classes e protetor dos oprimidos, mas também como realizador do progresso material, o que significava vencer o atraso. (CAPELATO, 2007, p. 118).

Assim, intensificou-se o processo doutrinário/coercitivo do governo Vargas para estabelecer uma ponte direta entre o presidente e o povo, e em especial a classe trabalhadora. A intenção desta medida foi trabalhar a figura do presidente e a representação do regime. O Estado Novo foi fortificado através das rádios, das músicas, dos pronunciamentos calorosos destinados à classe trabalhadora através de programas como “A Hora do Brasil²²”, um fatídico programa exaltador das ações do governo, que buscava implantar uma doutrina cívica, política e social, ultrapassando as barreiras do privado, além dos jornais que se posicionavam favoráveis ao regime.

Nos estados da federação foram implantados vários meios de disseminar e exaltar as medidas tomadas pelo governo, tanto nos jornais, programas de rádio e, através dos discursos do interventor estadual e de seus aliados políticos. A intenção era ressignificar às classes inferiores, moldar a compreensão destes em relação ao sistema governamental a fim de lhes adaptar dentro de uma “cultura” que pretendia delimitar suas ações, para extrair a positividade das mesmas. Mas, essa positividade nada mais era do que o indivíduo estar voltado ao trabalho, a produção, sem necessariamente desenvolver um senso crítico com relação à

²² Inaugurado em 1938, pelo Departamento Nacional de Propaganda (DNP), o programa "Hora do Brasil" era transmitido diariamente por todas as estações de rádio, com duração de uma hora, visando à divulgação dos principais acontecimentos da vida nacional. A partir de 1939 a "Hora do Brasil" passou a ser feita pelo DIP, que tomou o lugar do DNP. O programa destinava-se a cumprir três finalidades: informativa, cultural e cívica. Além de informar detalhadamente sobre os atos do presidente da República e as realizações do Estado. Fonte: <http://www.fgv.br/cpdoc/acervo/dicionarios/verbete-biografico/joaquim-de-lemos-cunha>. Acesso em 21/04/2017.

política, e seus direitos enquanto cidadãos e trabalhadores. Neste sentido, torna-se mais clara a conciliação constante que o governo buscava estabelecer entre patrões e empregados.

Neste contexto de conciliação, o governo pretendia alavancar a economia do país. A base econômica estava assentada na produção agrícola, mas, para desenvolver o país nos moldes internacionais, se via a necessidade de dar incentivo para o setor industrial. Isso só ocorria com a criação de indústrias nacionais ou com a entrada de indústrias estrangeiras, que por sua vez, necessitavam de incentivo fiscal e melhoramento da infraestrutura das cidades onde estas poderiam se fixar ou surgir no país. Além disso, as indústrias precisavam ainda da garantia de uma mão de obra estável, abundante e relativamente coesa.

A instalação de medidas que regulamentavam a jornada de trabalho e o salário dos indivíduos que iriam servir de mão de obra para estas indústrias de grande, médio e pequeno porte, trazia uma proposta que ao contrário do que se apresentava, buscava muito mais garantir uma aliança entre o governo, industriais e trabalhadores, a fim de satisfazer mais os anseios dos primeiros, do que de fato de todos. Segundo Capelato (2007), a consequência destas “benesses”, foi a desarticulação das atividades independentes da classe trabalhadora. Isto pode ser entendido como parte de uma manobra dentro do campo político, utilizando-se das ferramentas criadas para este fim.

Essas ferramentas – como já supracitado, podem ser múltiplas, abrangendo diversas instâncias do meio social – e as leis de regulamentação do trabalho, mais parece uma estratégia de atuação do governo coagindo a classe trabalhadora a reconhecer a importância do mesmo, através do que Gomes (2005), conceitua como “dar/receber/retribuir”, do que concessões atribuídas ao direito dos trabalhadores, pois, teoricamente, se fossem vistas como “benesses”, garantiria o apoio necessário para este manter o equilíbrio do jogo no campo político, favorável, quando necessária a solicitação dos beneficiários.

Através da adoção de símbolos, de representações, é que o governo vai estabelecer às suas relações com propensos eleitores/apoiadores, a fim de garantir o apoio político. Compreender estas representações implica também entender o campo a que elas pertencem. Como Chartier (1988) nos diz, se as representações partem de um diagnóstico fundado nos interesses do grupo que as formam, elas tem caráter partidário, e isso entendendo partido a partir de Berstein (2003), e sobretudo interesses políticos de relação, que são direcionadas a campos específicos, partindo do campo social. Para Bourdieu, (2005. P. 64), se um campo é um espaço de relações objetivas, um campo social é um espaço de posições sociais, e estas posições são definidas de acordo com as aspirações dos indivíduos envolvidos no campo.

Mas, o campo social não é um espaço físico, ele é abstrato assim como as posições de quem o ocupa. No campo social as posições sociais de poder são definidas em relação a outras. Uma coisa é o que a outra não é. Ou seja, só se é um chefe, ou alguém que exerce uma função de comando, se existir comandados. Para a existência de comandados por um micro campo social, que é a política, é necessário que existam artifícios que garantam alianças.

Nesse sentido, o poder simbólico das representações não fica restrito apenas aos sistemas burocráticos.

As imagens e os símbolos eram difundidos nas escolas com o objetivo de formar a consciência do pequeno cidadão. Nas representações do Estado Novo, a ênfase no novo era constante: o novo regime pretendia criar o homem novo, a sociedade nova e o país novo. O contraste entre o antes e o depois era marcante: o antes era representado pela negatividade total e o depois (Estado Novo) era a representação do bem e do bom. (CAPELATO, 2007. P.123)



FONTE 1

Figura 1: A construção da imagem positiva de Getúlio Vargas em cartilhas escolares, c. década de 1930.
Fonte: RIBEIRO, 2011.

O governo aproximou e rompeu a barreira criada pelos intelectuais entre o mundo das ideias e a realidade cotidiana da sociedade. Não foi por acaso que os mecanismos educacionais apontavam para a formação de uma sociedade técnica, coesa, de ações delimitadas pelo que seria o correto, o cívico, capaz de estabelecer uma ordem para um bem comum, incentivando o trabalho e à cidadania. Trata-se da construção de um conceito de cidadão.

As cartilhas distribuídas nas escolas (ver figura 01), onde Vargas perguntava e dava a resposta às suas perguntas, buscava adestrar e coagir uma base de apoio ao seu governo, tanto para fins eleitorais/apoio político, assentados em vínculos afetivos, quanto para fins trabalhistas, assentados em uma moral cívica e em uma ética profissional, na qual o indivíduo não poderia se desligar. Após 1939, com a criação do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), dava-se início a um processo de ressignificação social no país, onde nem a

imprensa e nem as produções artísticas tinham liberdade de veiculação informativo-cultural. Ângela de Castro Gomes (2005) nos revela que isso se tratou de mais um esforço do governo para transformar o trabalho institucionalizado e os benefícios trazidos por ele, em um laço definitivo entre Vargas e o povo.

A equipe de ideólogos do Estado Novo, através de sua poderosa máquina de propaganda, capaz de falar diretamente com diferentes camadas da população, empregados e empresários, crianças, jovens e donas de casa, transformaram Vargas, seu modelo governamental, e também seus representantes, em indivíduos capazes de adivinhar até as carências do povo, suas vicissitudes e anseios.

Nada se fazia sem o *saber* de Vargas, porque ele se adiantava aos próprios acontecimentos da realidade com sua antevisão do curso da História. De todas as qualidades que caracterizavam esse grande homem, havia uma que era destacava nas falas de Marcondes e que se distinguia por excelência como um estadista: a clarividência. Suas iniciativas políticas tinham um verdadeiro caráter profético. (GOMES, 2005, p. 239).

Certamente cabe a Getúlio Vargas o título de inaugurador de um sistema político/propagandista em massa no Brasil, centrado no chefe de estado, e que buscava projetar todas as facetas, benéficas é claro, do governante, a fim de criar um elo entre o mesmo e o povo. Trata-se de popularizar a imagem do chefe de estado, massificando-o e o aproximando do povo sensível e carente. Na Primeira República isso não ocorreu, o povo se sentia órfão, e Vargas os “adotara”. Isso se transformou num dos principais exemplos de sua originalidade dentro da política brasileira. No entanto, é de extrema importância ressaltar que o DIP, além de agir como aparelho propagandista serviu como aparelho de censura do governo Vargas, fechando jornais e rádios opositoras ao governo. Assim, a máquina de propaganda Varguista servira não apenas para mantê-lo no poder, mas também para legitimar no imaginário social as suas ações, ao passo que fosse cristalizada na consciência do povo a imagem de um bom governante, o melhor, o mais amigo.

A população recebia as investidas de Vargas e reagia de inúmeras formas. Se grande parte assimilava o que a propaganda desejava, outra parte questionava e em muitas vezes reproduzia em favor próprio o que a propaganda pregava, demonstrando autonomia na sua leitura conjuntural, e não alienação. Para Certeau (1998), isso pode ser entendido como surpresas táticas, astúcia, pois trata-se de “gestos hábeis do “fraco” na ordem estabelecida pelo “forte”, arte de dar golpes no campo do outro” (CERTEAU, 1998. P. 104). Desta forma eles mantinham uma ligação “estreita” com o chefe de estado, e assim sentiam-se no direito de pedirem, reivindicarem auxílio do seu “pai” protetor.

De maneira distinta e íntima, o governo ensinara ao povo como se mover dentro do campo político-social. Jorge Ferreira (2007) se propôs a analisar cartas escritas por pessoas de diversas partes do País, que falavam diretamente com o Vargas-pai, cobrando “benesses”, ao mesmo tempo que agradeciam outras, já instituídas. Porém, segundo Ferreira (2007), para o trabalhador, estas “benesses” já começavam a se concretizar enquanto direitos. Hora em tom de ironia, ora de súplica, mas sempre se mostrando suscetíveis e conscientes dos meandros do jogo político e, principalmente, a quem estava no poder. Em busca de melhorias na qualidade de vida, o povo passou a estabelecer um diálogo com o governo.

Havia portanto, na consciência destes trabalhadores, a certeza de que era necessário negociar com o regime em alguns momentos, de maneira sagaz, para que seus anseios fossem atendidos. Era necessário que se mostrassem simpatizantes das políticas desenvolvidas pelo Estado Novo como nos mostra Jorge Ferreira (2007). Não obtivemos acesso a estas cartas, mas a partir da leitura do texto de Jorge Ferreira (2007) e sua análise, nos foi possível ampliar a nossa análise, e estabelecermos alguns argumentos.

Deste modo, percebemos que pelo menos uma parcela da população mantinha a autonomia de suas consciências e, também se posicionavam de acordo com os seus interesses, pois sabiam cobrar o que lhes era de direito, sabiam como cobrar e, como se calar perante o discurso governamental. Estes trabalhadores estavam utilizando o próprio discurso vindo de um governo em um estado ditatorial, e que proibia manifestações contrárias ao regime, a seu favor. Neste sentido, observa-se no povo a malícia que em muitas vezes se faz necessária ao mais fraco, ou ao que pelo menos é postulado como tal. É o uso da tática em nome da sobrevivência e manutenção de suas necessidades.

Michel de Certeau (1998) coloca que a tática é o meio pelo qual o mais fraco age diante de determinadas situações, e é operando golpe a golpe, dando um passo de cada vez, aproveitando-se dos meios que lhes é oferecido, que o mais fraco consegue progredir em um terreno perigoso, complicado, movediço.

[...] Chamo de tática a ação calculada que é determinada pela ausência de um próprio. Então nenhuma delimitação de fora lhe fornece a condição de autonomia. A tática não tem por lugar se não o do outro. E por isso que deve jogar com um terreno que lhe é imposto, tal como organiza a lei de uma força estranha. (CERTEAU, 1998, p. 100).

Assim, podemos concluir que uma parcela do povo sabia da situação política do país, e das falhas que a mesma apresentava, como também começara a reconhecer os mecanismos de atuação do jogo político. Neste sentido, teoricamente, o povo deixava-se submeter a

determinadas situações porque viam nisso uma forma de se sobressair frente às adversidades cotidianas, e a reprodução do discurso do governo, era utilizada pelos trabalhadores como forma de barganha, para que pudessem ter os seus interesses atendidos.

Ora, se a formação de uma cultura política, segundo Serge Berstein (1998) é fruto da absorção de representações oriundas de um conjunto de ideologia (as), como também de um conjunto de tradições, dentro do campo político, “num dado momento da história e num dado país” (BERSTEIN,1998. P. 350), deste modo, podemos dizer que há neste contexto a formação de uma cultura política, pois a cultura política “se inscreve no quadro das normas e dos valores que determinam a representação que uma sociedade faz de si mesma, do seu passado, do seu futuro” (BERSTEIN,1998. P. 353), e neste sentido,

A cultura política assim elaborada e difundida, à escala das gerações, não é de forma alguma um fenómeno imóvel. É um corpo vivo que continua a evoluir, que se alimenta, se enriquece com múltiplas contribuições, as das outras culturas políticas quando elas parecem trazer boas respostas aos problemas do momento, os da evolução da conjuntura que inflecte as ideias e os temas, não podendo nenhuma cultura política sobreviver a prazo a uma contradição demasiado forte com as realidades. (BERSTEIN,1998. P. 357).

Desta modo, o reconhecimento dos meandros do campo político podem ser entendidos a partir da observação do jogo, por quem se encontra fora do mesmo, em outra instância. Feito este reconhecimento e tomada a consciência do funcionamento de uma cultura política estabelecida através das representações atribuídas ao passado e ao futuro das sociedades, conclui-se que a política opera no cotidiano, sob as leituras do passado e a articulação de um propenso futuro, operando golpe a golpe, dando um passo de cada vez, para se sobressair das adversidades impostas no tempo presente, mas que postulam um lugar circunscrito, agindo taticamente, como nos informa Michel de Certeau (1998). Neste sentido, a cultura política trata-se da formação de posicionamentos e ações, que tem por base as experiências empíricas de um grupo de indivíduos.

Ou seja, é a partir de como os interesses destes indivíduos se entrelaçam, e estes se reconhecem no campo social, que são forjadas táticas de atuação no campo político através de experiências subjetivas. Assim como na esfera que comporta os políticos institucionalizados, os indivíduos que integram um dado grupo político, que para René Rémond (2003) são constituídos de forças que aspiram ao poder, e o poder está se não no lugar do outro, tendem a atuar de acordo com a sua leitura do jogo, constituindo um conjunto de aspirações “que guiará, durante a sua vida, o seu comportamento político” (BERSTEIN,1998. P. 362).

Tomamos conhecimento então, de uma cultura política baseada nas oportunidades e, sobretudo às que podem suprir as necessidades do cotidiano, a política comercial de barganha.

É esta perspectiva de interpretação e reprodução de discurso em favor próprio, por parte das classes inferiores, que pode destacar os posicionamentos tomados por grupos de eleitores de alguns estados em relação aos últimos anos do Estado Novo. O Piauí aparece entre estes estados que aparentemente apresentavam “eleitores conscientes”.

A partir da análise da conjuntura política piauiense durante o Estado Novo e, a forma como as elites e trabalhadores estavam organizados, é que buscaremos entender com mais profundidade no próximo capítulo, os motivos que levaram uma considerável parcela dos eleitores piauienses a agirem de forma contrária a uma possível manutenção das políticas varguistas. Esses “eleitores conscientes” teriam se libertado da ideologia varguista – que carregava a popularidade de beneficiar os pobres – ao não votarem em Eurico Gaspar Dutra, candidato apoiado por Vargas que disputou as eleições presidenciais em 1945 e, que foi derrotado no estado?. Teriam estes indivíduos agido desta forma por vingança ao interventor Leônidas de Castro Melo devido a políticas empreendidas no estado, ou teriam eles aprendido a jogar o jogo político, e com isso aderido a uma política comercial de barganha? .

Ao término desta primeira análise conjuntural, podemos chegar as seguintes conclusões. O modelo de política empregado no Brasil, mesmo com o fim do Império continuou restrito a grupos de elite, que por sua vez manteve uma divisão acentuada no que diz respeito às disputas de poder e hegemonia política. Ou seja, mudou o sistema político, mas o jogo permaneceu o mesmo, e os troféus continuaram sendo regidos de acordo com os campos sociais ao qual os jogadores estavam inseridos. Porém, mantendo a conexão necessária para estabelecerem o que Pierre Bourdieu (2005) chama de facções, ou partidos, e da forma como Serge Bernstein (2003) conceitua. Todavia, polarizados entre dois grupos de elite, o que não difere muito a atuação política republicana do Império, até 1930.

Entretanto, as relações que foram sendo estabelecidas entre estes dois grupos, tendo por base a participação de indivíduos de vários campos sociais entre si, criou a necessidade da invenção de regras de ingresso aos campos, e em especial ao campo da política, estabelecendo um filtro por onde estes aspirantes ao jogo político seriam selecionados de acordo com um nível de capital apresentado por eles. No entanto, vale ressaltar, o capital a que estamos falando, não se trata necessariamente apenas do capital econômico, mas sim da somatória de múltiplos capitais, ou seja, para além dos recursos econômicos, existe, como ficha de ingresso a este jogo, o capital cultural e o capital de influências, que são os abordados nesta análise.

A partir do momento de tensões entre estas facções de elite, dentro do campo político, torna-se necessário o estabelecimento de táticas para que as tensões sejam superadas, e isso não só apenas na intenção de manter o jogo, mas de um grupo buscar suprimir o outro. Para Bourdieu (2005), dentro de um campo específico, nem todos os jogadores tem condições iguais de chegar aos troféus. É próprio destes existirem os dominantes e os dominados, e quem se postula a dominar, trata de estabelecer mecanismos que garantam isso.

Neste sentido, a inclusão das camadas inferiores ao campo político não ocorre através da maneira que se propõe o modelo de República, que dá poderes de voz aos indivíduos por igual. Ao contrário, a inclusão das classes humildes ao meio político pode ser entendido como parte de uma estratégia da classe dominante, para que esta possa utilizar-se destes novos eleitores/apoiadores, enquanto pertença massa de manobra para, garantirem o funcionamento do jogo político. Este efeito só se torna possível, e isso deve ser pontuado, a partir da movimentação da classe trabalhadora na década de 1920, e da articulação do partido comunista com estes indivíduos. Ou seja, os trabalhadores não estavam inertes, mas a forma como eles foram percebidos está mais para um uso estratégico da potencialidade dos mesmos em um meio que, teoricamente, iria continuar restrito as elites. Daí a percepção de que o governo tendia a querer transforma-los em massa de manobra, neste contexto.

Para garantir o sucesso desta empreitada, e a eficácia das estratégias do grupo que tomava a liderança do jogo, e a aliança deste terceiro bloco que ingressava na política, foi necessário criar elementos que pudessem garantir a coesão/aliança deste, de modo que este bloco ao estabelecer relações com o governo e seus líderes, pudessem adquirir um propenso sentimento de ligação, de integração às decisões tomadas por seus líderes políticos. Esta ligação foi efetuada no campo empírico, de forma que os trabalhadores poderiam ver e sentir a sua participação em um jogo que, antes era restrito, sendo que foram as representações cotidianas que modularam estes sentimentos.

Esse “fenômeno” social é o que Gomes (2005) chama de “dar para receber”, em um movimento circular, que configura uma barganha. Mas, esta barganha tem os seus custos, e, desta forma, os custos são notados a partir da capacidade de interpretação e reprodução das representações governamentais, por parte deste novo bloco. E, este novo bloco, de forma alguma deve ser considerado como alienado, pois a partir do momento em que este é inserido ao jogo político, pretensamente democrático, ele se reconhece como parte integrante do mesmo, capaz de interferir no jogo e decidir as “partidas”, para um lado ou para o outro, a partir de suas leituras de jogo e interesses.

Assim, o próximo capítulo desta pesquisa se voltará a uma análise conjuntural do Piauí durante o Estado Novo, e que ficara focado no recorte temporal compreendido entre 1940 e 1945, mas, poderá fazer alguns recuos temporais para explicar melhor alguns eventos, sempre que necessário. Tentaremos entender as relações políticas ocorridas neste estado, como os políticos estavam organizados e sintonizados com o governo federal, mas também com os trabalhadores, de forma que possamos compreender as disputas por poder e como a classe operária se via dentro do jogo político estadual.

3 “O JOGO”: O ESTADO NOVO NA FILHA DO SOL DO EQUADOR (1940-1945)

No capítulo anterior buscamos explicar como a política brasileira estava organizada desde o início da república, em um constante movimento circular entre o âmbito nacional, e a política no Estado do Piauí. Tecemos alguns argumentos, levantamos hipóteses e, tomamos alguns posicionamentos; todos com base na leitura de diferentes pesquisadores citados ao longo do texto. Neste capítulo daremos segmento a nossa análise, e continuaremos estabelecendo um diálogo com pesquisadores e fontes, porém, voltadas ao estado do Piauí, no intuito de compreendermos melhor, a organização da política no estado em questão.

Como nos informou Rosângela Assunção (2005), a política piauiense do início da década de 1930 estava dividida entre famílias, grupos de elite, clãs, facções, enfim. Destas facções, por ocasião de alianças oportunas²³, surgiam os indivíduos escolhidos para representarem as mesmas e, garantir o atendimento dos interesses da facção. Em primeira vista, compreender este tipo de organização política não requer uma grande reflexão, no que diz respeito a reconhecer os interesses das mesmas, uma vez que para Assunção (2005), a disputa política no Piauí se dava em torno de posições na esfera do poder político.

Porém, dentro desta esfera do campo político, também se encontravam os apoiadores²⁴, que também são agentes políticos, mesmo sem necessariamente serem políticos institucionalizados, e que a partir de acordos pré-estabelecidos impunham ao indivíduo que ascendesse ao governo do estado, tendo recebido seu apoio, a obrigação de aloja-los no poder. Em outras palavras, o apoio dado a um determinado candidato ou família era barganhado a partir da “doação” de benefícios por parte do governo a um grupo, que por sua vez poderia reproduzir esta mesma negociação à um agrupamento de eleitores/apoiadores (classes humildes), que também poderiam estabelecer uma negociação referente ao mesmo, pois também se tornam agentes políticos a partir da década de 1930, empreendendo o que segundo

²³ Caracterizamos alianças oportunas, como acordos pré-estabelecidos entre indivíduos que utilizam os meios para justificar os fins, que necessariamente atendem a seus desejos e aspirações. Entre os políticos institucionalizados isso pode ser observado nas coligações partidárias, mudanças de partido ou grupo político institucionalizado.

²⁴ Aqui separamos apoiadores de apoiadores/eleitores, para podermos separar a noção de apoio político em duas definições. O apoiador político que não é um político institucionalizado, mas que pertence a uma elite comercial, latifundiária ou intelectual, e que contribuem como sustentáculo econômico e ideológico para os políticos institucionalizados, estando presentes em cargos públicos a partir de nomeações; e eleitor/apoiador, que pertence as classes humildes da sociedade e também são sustentáculo, mas que frequentemente ficam à margem dos meandros e conchavos da política.

Certeau (1998), pode ser chamado de astúcia. Se tem vantagens, tem apoio, do contrário, oposição²⁵. Cultura política comercial de barganha.

Acreditamos que essa forma de participar do “jogo político” pode ser chamada de “cultura política comercial de barganha”, porque se estabelece dentro de normas parecidas com a simples lógica do comércio, tendo por princípio a lei da oferta e da procura. Essa forma de participar do “jogo político” refere-se ao apoio no campo institucionalizado da política, entre os propensos apoiadores e, entre as massas apoiadoras. Aquelas pessoas/ grupos que aspiram chegar ao poder precisam estabelecer alianças. Cabe ressaltar novamente que o poder a que nos referimos não está ligado somente a posições institucionalizadas, cargos, patentes, mas sim em “poderes”, que podem ser traduzidos de acordo com o micro campo social que o indivíduo se proponha à jogar.

Dentro destes micro campos sociais é preciso estabelecer relações. Nestas relações podem surgir alianças efêmeras ou duradouras. Vale pontuar que podemos pensar não só nas alianças entre partidos, políticos e eleitores/apoiadores, mas também em todo o processo eleitoral: propostas de governo, pontos de atuação; e processo administrativo: ações desempenhadas, promessas cumpridas, benefícios concedidos. Tem que se oferecer algo em troca de apoio, “vender²⁶” uma proposta, ideia, ou posicionamento, estabelecer alianças, mesmo que tácitas, do contrário, corre-se o risco de não obtê-lo.

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projeto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. (CHARTIER, 1988. P. 17)

O indivíduo escolhe ser, ou tomar para si, o oposto do que ele não quer ser, daquilo que ele vê como não importante. Então, assim como no meio comercial, as propostas precisam ser tentadoras, rentáveis e, conseguir atingir o subjetivo dos indivíduos, fazendo com que ele ao fazer uma escolha, possa no cotidiano perceber resultados positivos a partir dela, de sua “compra²⁷”, e assim possa continuar “comprando” ou não. O apoio ou fidelidade

²⁵ As palavras “vantagem” e “apoio” aqui foram utilizadas para conceituar uma negociação que ocorre desde as necessidades básicas do cotidiano, as mais elevadas aspirações. Entendemos que todos os indivíduos reconhecem a si, as suas necessidades e as de seu grupo, de forma progressiva, no entanto, partindo de si.

²⁶ A palavra vender aqui foi empregada a fins de aproximação com o ato da venda no comércio, onde há de fato uma comercialização de uma mercadoria. Porém, na frase em questão, vender deve ser interpretada no sentido de apresentar opções, propostas, sendo que, inseridas em um espaço que contem outras propostas, e com isso, dar margem à escolha destas tendo por base a necessidade e as aspirações subjetivas dos interessados.

²⁷ A palavra comprar aqui foi empregada a fins de aproximação com o ato da compra no comércio, onde há a comercialização de uma mercadoria de fato. Porém, na frase em questão, comprar deve ser interpretado no

é expresso de acordo com a percepção individual da realidade cotidiana para si e para seu grupo. O indivíduo, ou indivíduos, precisam estar satisfeitos, pois, para Chartier (1988), as representações estando sempre presentes em um campo, predispõe uma concorrência cujo os mecanismos enunciam poder. Esta é a principal via que corta qualquer campo que possua um quadro de relações estabelecidas, e que não deixam de ser políticas. Dentro deste quadro, a barganha é inerente ao comercio, uma vez que a barganha pode significar também uma negociação amistosa, consciente, necessária, praticamente institucionalizada.

Desta forma, chamamos de barganha o ato de negociar a partir de um interesse próprio de alguém, ou grupo, que se dispõe a barganhar. Dentro de um campo isso pode ser entendido como uma aliança ou apoio condicionado, uma vez que partindo da noção de comercio já supracitada, a barganha pode ser entendida como meio de apresentar exigências, que estão condicionadas aos interesses subjetivos do indivíduo ou grupo que se proponha a estabelecer relações em um determinado campo.

No campo político, se pensarmos no espaço institucionalizado, esta barganha está relacionada a chancela necessária por parte de apoiadores e eleitores/apoiadores a um político, grupo ou projeto político, para ocupar uma posição dentro do jogo. Entre os eleitores/apoiadores esta barganha está relacionada a forma como as políticas vão atender as necessidades cotidianas de um determinado grupo, que se forma a partir da aproximação de posicionamentos e interesses dos mesmos, mas que não anula a existência da subjetividade de cada membro do grupo.

A "vontade", naturalmente, não pode laborar mais que sobre uma "vontade" e não sobre uma "matéria" (sobre os nervos, por exemplo), numa palavra, deve chegar a colocar a proposição de que sempre que se constata "efeitos" devem-se à ação de uma vontade sobre outra vontade. (NIETZSCHE, 2005. P. 49).

Vejam que as posições dos grandes blocos: políticos institucionalizados, apoiadores e eleitores/apoiadores, estão definidos, mas todos estão em um mesmo campo, podem aspirar ao jogo, porém as suas possibilidades não são iguais, e, as estratégias de jogo e formas de atuação dentro do campo, se quiserem alcançar os troféus, serão diferentes, pois acabam atreladas ao cotidiano e as aspirações e projetos subjetivos de cada indivíduo ou grupo, assim estabelecidas.

Desta forma, concluímos que mesmo entre um grupo específico a homogeneidade de posicionamentos ou aspirações é pouco provável se pensarmos em uma possível constância.

sentido de escolha, apreciação pelo que é ofertado em termos de propostas e opções, tendo por base as necessidades e aspirações subjetivas dos interessados.

Olhar para os resultados não esgota as possibilidades de indagações, ao contrário, nos faz perguntar o porquê das ações que deram origem aos resultados e, seus possíveis fins. Não estamos aqui, de maneira alguma, tentando demonizar a política, nem tão pouco expressarmos uma espécie de desilusão ou pessimismo no que diz respeito as relações, e com isso concluir que todas as ações do homem são recheadas de egoísmo, ganância, vontade de poder e, sobretudo, o jugo do mais fraco em favor de si e do seu grupo. Mas também não nos iludimos com altruísmos ou com relações altruístas, quando estabelecidas dentro de um quadro de relações de poder e interesses, “toda vontade e toda ação implicam um meio e uma subjetividade humana” (SARTRE, 1979. P. 02), mesmo que posteriormente ela possa ser associada ou compartilhada por um grupo.

Como ponto de partida, não pode existir outra verdade se não esta: penso, logo existo; é a verdade absoluta de consciência que apreende a si mesma. Qualquer teoria que considere o homem fora desse momento em que ele apreende a si mesmo é, de partida, uma teoria que suprime a verdade pois, fora do cogito cartesiano, todos os objetos são apenas prováveis e uma doutrina de possibilidades que não esteja ancorada numa verdade desmorona no nada; para definir o provável, temos de possuir o verdadeiro. Portanto, para que haja uma verdade qualquer, é necessário que haja uma verdade absoluta; e esta simples e fácil de entender, está ao alcance de todo o mundo, consiste no fato de eu me apreender a mim mesmo[...], esta é a única teoria que atribui ao homem uma dignidade, a única que não o transforma num objeto. (SARTRE, 1979. P. 12).

Reiteramos, este tipo de posicionamento não quer definir os indivíduos enquanto egoístas no sentido de: ganância, vontade de poder e, sobretudo, o jugo do mais fraco em detrimento de si e do seu grupo a qualquer custo. Mas sim no sentido de agir a partir do reconhecimento de si ou do seu grupo, dentro de um determinado contexto, e que para assegurar os seus interesses, ou de seu grupo, podem estabelecer alianças, negociações, e assim definir seus posicionamentos e ações dentro deste contexto.

3.1 Organização populacional e do trabalho no governo Leônidas de Castro Melo (1940-1945)

Em 1940, o interventor do estado do Piauí, Leônidas de Castro Melo, já estava no poder há cinco anos, e alinhado ao projeto Estado Novista da ditadura Vargas, pelo menos em partes. Neste período, a população do estado do Piauí, tendo por base fontes recolhidas junto ao IBGE²⁸ (Ver em anexo C), ou seja, anuários e estimativas populacionais de 1940, nos foi

²⁸ Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas Gerais.

possível constatar que a população do estado do Piauí, em 1940, era de 817.601 habitantes, entre todas as idades, dividida em um total de 47 municípios.

Deste número total de habitantes, 124.197 estavam nas cidades, portanto zonas urbanas, e 693.404 estavam concentrados na zona rural, na data do recenseamento. O interventor Leônidas de Castro Melo havia chegado em 1935 ao governo do estado e encontrado alguns projetos em andamento, iniciados pelo seu antecessor, o interventor Landri Sales. Para além da secretaria geral do governo, Sales também empreendeu diversas medidas, entre elas, segundo Rosângela Assunção (2005): reformas administrativas, econômico-financeiras e, investimentos no setor industrial e rural. Porém, encontrando dificuldades com esses setores, devido a poucos recursos e baixo interesse do governo federal. Mas, apesar disso, Rosângela Assunção (2005) afirma que foram criados núcleos de colonização, e com isso cooperativas agrícolas, que obtiveram sucesso e,

Além dessas medidas, investiu no setor comercial: estabeleceu preços máximos para a comercialização dos produtos, tentando evitar a subida de preços dos produtos alimentícios. No setor industrial reativou: a “Companhia de Fiação do Piauí”, a única indústria têxtil do Estado, que estava fechada, e a Indústria de Laticínios Piauiense, implantada nas fazendas nacionais. (ASSUNÇÃO, 2005. P. 38).

Para além disso, diversos outros projetos foram executados na intenção de melhoramento da infraestrutura do Estado do Piauí, como a construção de estradas e escolas. Ao que parece, o interventor Leônidas de Castro Melo assumiu um governo em pleno crescimento, e segundo Rosângela Assunção (2005), procurou dar continuidade a administração anterior, inclusive nas medidas repressivas contra toda e qualquer articulação contrária ao governo.

É interessante notar que, mesmo em um contexto político que se apresentava autoritário, existia a intenção de demonstrar e, em muitas vezes executar de fato, uma certa articulação de projetos progressistas. No entanto, como nos mostra Teresinha de Queiroz (2006) - pelas condições e localização de mão de obra, como também dos principais produtos - a economia do Piauí na década de 1940 ainda estava muito ligada e dependia substancialmente do extrativismo, principalmente da borracha e da cera de carnaúba, tendo a sua comercialização como a “instância privilegiada quanto ao processo de apropriação e acumulação” (QUEIROZ, 2006. P. 45).

A euforia propiciada pelo extrativismo coincidiu com a vigência dos governos autoritários da fase getulista, inclusive do Estado Novo, quando os resultados orçamentários eram capitalizados em favor do governo. O bom desempenho das exportações era atribuído à benéfica influência dos métodos introduzidos pela revolução de 30 e continuados no Estado Novo (QUEIROZ, 2005. P. 46).

Isso era corroborado por muitos veículos de comunicação, que segundo Maria Helena Rolin Capelato (2007), para continuarem usufruindo de algumas benesses do governo, desempenhavam a tarefa de exaltadores da política varguista, colocando-o “não só como conciliador entre as classes e protetor dos oprimidos, mas também como realizador do progresso material, o que significava vencer o atraso”, pura “clarividência”, na intenção de “transformar o Brasil num país desenvolvido do ponto de vista econômico” (CAPELATO, 2007. P. 118-119).

As orientações para tal promoção partiam do DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda) e do DEIP (Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda), e segundo Nascimento (2002), os ideólogos do Estado Novo transmitiam a justificativa do mesmo, sob um argumento que tinha o passado recente como referência, alegando que as riquezas do Brasil tinha sido abandonadas pelo liberalismo, acentuando a pobreza, e era necessária a implantação de um estado forte, para que se pudesse recuperar a esperança de crescimento econômico.

Apesar de estarmos cientes da forte propaganda governamental varguista, não podemos silenciar diante dos fatos. O governo Vargas realmente empreendeu avanços no campo econômico do País, sobretudo no trabalho, indústria e comércio, onde aboliu impostos interestaduais para que fosse priorizado o comércio interno, e para que as exportações fossem maiores que às importações, enfim, foi pensado um projeto de fortalecimento da economia e de desenvolvimento social. Porém, não podemos nos esquecer das consequências geradas por ele, e de como ele também não contemplou de forma homogênea e igualitária todas as regiões e estados da federação brasileira.

A historiadora Teresinha Queiroz (2006, p. 45) afirma que no Piauí “na década de 40, quando do auge das exportações, as receitas públicas chegaram a ser compostas em cerca de 70%, de impostos cobrados sobre os produtos da atividade extrativista. Esta situação evidencia a extrema vulnerabilidade do estado face às crises dos produtos”. Além disso, segundo Queiroz (2005), não haviam sido criados mecanismos de orientação econômica e de produção no estado, o que demonstra descompromisso do governo em relação a manutenção de uma atividade produtiva extrativista no Piauí. Desta forma, os lucros obtidos por produtores, extratores e comerciantes, acabaram revertidos em bens de consumo, e portanto ficaram paralisados; enquanto as suas fontes de extração iam gradativamente diminuindo.

O extrativismo trouxe possibilidades de ascensão social a uma parcela da população piauiense, que por outro lado trouxe prejuízos a agricultura de subsistência e ao comércio interno do estado, pois tanto o governo como os extratores viam no extrativismo uma fonte de

renda inesgotável. É importante ressaltar aqui, que, a maior parte da renda adquirida com o extrativismo, ficava restrita aos comerciantes/atravesadores, cofres públicos, proprietários de latifúndios de onde era feita a extração da borracha ou cera, e por fim, o extrator.

Mas como já mencionado, o governo Vargas contribuiu no desenvolvimento industrial, social, econômico, educacional, enfim, de vários setores do país. Observemos agora alguns dados relativos a distribuição populacional, educacional e do trabalho no estado do Piauí. O número é bem distante do que se poderia considerar como alto. Em confronto com os dados populacionais já apresentados, ao analisarmos o anuário do IBGE de 1940 (ver em anexo D), onde é apresentado o número de indivíduos com dezoito anos ou mais, sem discriminação de sexo, aptos ao trabalho e divididos por ramos de atividades que estavam exercendo, nos deparamos com os seguintes números: 388.753, para população com dezoito anos ou mais, o que corresponde a cerca de 47,5 % da população total do estado, os outros 52,5 % estavam entre 0 e 17 anos.

Os ramos de atividade no Piauí e o número de pessoas que nelas estavam empregadas em 1940, são os seguintes: Agricultura, pecuária e etc: 163.349 trabalhadores; indústrias extrativas: 4.919; indústrias de transformação: 13.897; comércio de mercadorias: 6.503; comércio de valores: 124; transportes e comunicações: 2.140; administração pública, justiça e ensino público: 2.923; defesa nacional e segurança pública: 1.101; profissões liberais, ensino particular e etc: 740; serviços e atividades sociais: 13.543; atividades domésticas e atividades escolares: 162.211; inativos: 17.294.

Percebe-se então uma maior concentração de indivíduos nas atividades agrícolas, domésticas e escolares, somando um total de 325.560 pessoas, cerca de 39,8% da população geral, 47 % da população rural, e 83,7 % do total de pessoas aptas ao trabalho. Ou seja, apenas 16,3%, cerca de 63.193 pessoas do total geral de trabalhadores que o senso do IBGE aponta enquanto empregadas em alguma atividade de trabalho, estavam exercendo funções que não eram: agricultura, pecuária, serviços domésticos, ou estavam na escola – e acredite, estes números representam crescimento – e este inclusive reconhecido pelos trabalhadores.

Francisco Alcides do Nascimento (2002) aponta que no âmbito do trabalho as medidas tomadas por Vargas davam sinais de funcionamento no Piauí. Mesmo após o golpe de 1937, que deu origem ao Estado Novo abolindo os partidos políticos, fechando os sindicatos autônomos, e colocando por terra qualquer tentativa de articulação sindical “fora do quadro proposto pelo governo” (NASCIMENTO, 2002. P. 73), a classe trabalhadora do Piauí manteve-se pacífica, e ao que parece, em acordo com o governo.

No período compreendido entre 1935 e 1945 não se encontra em registros nenhuma alusão a movimentos (passeatas, manifestações) relacionadas com campanha salarial, melhores condições de trabalho etc. É comum, entretanto, referência a participação deles em manifestações que homenageiam autoridades federais, estaduais e municipais (NASCIMENTO, 2002. P. 74).

A reação da população trabalhadora com o governo do estado neste momento, parece estável, o que em certa medida pode ser justificado, pois se pensarmos em Leônidas de Castro Melo enquanto representante direto de Getúlio Vargas, podemos concluir que a relação de paternidade e gratidão pelas “benesses” concedidas aos trabalhadores por Vargas, estavam sendo reconhecidas no estado, e mais, com este *feedback* positivo em relação a um suposto adestramento social baseado no trabalho, construía toda uma representação de satisfação, e com isso, a impressão de garantia de apoio. Isso pode ser entendido tanto para Vargas como para Melo. Retomaremos esta discursão mais adiante, para podermos justificar melhor esta percepção. Ainda segundo Francisco Alcides do Nascimento (2002), em ocasião do dia do aniversário de Getúlio Vargas, em Teresina foram realizados diversas manifestações em demonstração de agradecimento, contando inclusive com discursos acalorados.

Segundo Gomes (1999) durante as administrações varguista estrutura-se uma ideologia política de valorização do trabalho e também uma redefinição do papel do trabalhador, visto agora como um trabalhador nacional. Portanto, responsável direto pela geração de riquezas do país. Esse papel do trabalhador será reforçado nas festas do dia do trabalho, que passa a ser uma festa de amplitude nacional. No Piauí, o dia dedicado ao trabalhador, era comemorado com festival desportivo, missas, bailes. Era o dia dos trabalhadores brasileiros comemorem os direitos garantidos em lei (ASSUNÇÃO, 2005. P. 64).

Devido as investidas do DIP, do Ministério do Trabalho e da propaganda política, o trabalho passou a não ser mais visto apenas como fonte de sustento. Para Rosângela Assunção (2005), durante o governo Vargas o trabalho recebe um caráter coletivo, e visa a integração de todos os trabalhadores na construção da sua nação. Ou seja, todo indivíduo era considerado responsável por si e pelos demais a partir do momento em que ele ocupava o posto de cidadão, alcançado por meio do trabalho. Naquele contexto, um cidadão nada mais era do que um indivíduo voltado ao trabalho, pois era com o trabalho e a valorização cívica que se poderiam extrair as riquezas do país, e com isso, constituir uma nação forte, democrática e com um povo “livre”.

Nesta mesma oportunidade, mas em seção realizada no teatro 4 de setembro, o operário João Neves de Jesus volta a tratar dos benefícios que Getúlio Vargas propiciou aos trabalhadores na medida em que estabeleceu a sindicalização como forma de pleitear os benefícios decorrentes da legislação trabalhista. “O pensamento do governo não pode ser outro a não ser o de beneficiar os trabalhadores. As leis são claras” (NASCIMENTO, 2002. P. 74)

O pensamento deste operário não é uma unanimidade, mas também não é uma exceção. Em diversas partes do país existiam trabalhadores que permaneciam aparentemente coesos ao governo, subjugados por um sentimento de gratidão, porém haviam setores descontentes com a perda de autonomia dos sindicatos, e que de alguma forma expressavam o seu descontentamento. Neste sentido, o que poderia levar os trabalhadores do estado do Piauí a neste período, manterem-se pacíficos?

Segundo Roger Chartier (1988), as relações de representação se confundem com a imaginação do homem, fazendo-o constituir verdades e ostentar signos visíveis como provas de uma realidade que ele produz em um determinado contexto. Desta forma, se deturpada a representação, o homem adquire um caráter de submissão, num instrumento que produz constrangimento interiorizado. Caso ele acabe por não terminar se submetendo a esta premissa, ele acaba ficando passível de uma violência representativa imediata. Ainda segundo Chartier (1988), esta ação pode ser entendida como um meio, e este, através de dissimulações.

Todavia, analisemos mais alguns números. Como o Piauí ainda era um estado predominantemente rural, a população urbana da maioria das cidades era inferior a do campo, porém, isso não quer dizer que algumas cidades não tivessem um certo número de habitantes e transeuntes. As cidades em sua maioria eram relativamente pequenas, a população ficava entre 315 em Parnaguá e 5.180 na cidade de Picos, tendo como cidade de médio porte apenas Floriano, com 7.084 habitantes. No total, o número da população da zona urbana de todos os municípios, era de 124.197 mil habitantes. As cidades com maior número de habitantes eram: Teresina, com 34.695 habitantes, e Parnaíba, com 22.176 habitantes, somando um total de 56.871 habitantes, entre zona urbana e rural.

O número de trabalhadores que não estavam ocupados em atividades como: Agricultura e pecuária em 1940, era de 63.193 pessoas maiores de dezoito anos inseridas no trabalho - e aí as demais áreas que sobram para lotar estes trabalhadores teoricamente estão na cidade ou pelo menos próximas a ela - já que são atividades ligadas ao comércio, administração, profissões liberais, enfim.

Dadas as proporções de indivíduos aptos ao trabalho abrangendo todos os sexos, sobre as estimativas de população do estado e seus municípios, que é de 47,5 %, correspondendo apenas aos maiores de 18 anos, aplicado sobre o número de habitantes dos municípios em questão, visto que estes indivíduos eram os que não exerciam atividades que não eram agricultura, pecuária e atividades domésticas da estimativa total, e aplicado ao número da população das maiores cidades do Piauí naquele período, chegamos aos seguintes números:

em Teresina, 18.214 pessoas, e 11.642 em Parnaíba, exerciam funções que não eram as citadas anteriormente.

Somados os dois percentuais temos: 29.856 trabalhadores, um número distante dos 63.193 de trabalhadores empregados em atividades que não eram ligadas ao campo. Restam 33.337 trabalhadores urbanos, que certamente estão distribuídos nas demais cidades do Piauí, o que comprova que há a existência de uma rede empregatícia fora das duas maiores cidades do estado. Para além disso, e para dar segmento a nossa análise, deve ser ressaltado que nos censos do IBGE, em termos de população geral, é apontado que o número de mulheres no estado do Piauí era superior ao de homens em 0,9815...% (ver em anexo F).

Se continuarmos aplicando o percentual de divisão das pessoas maiores de dezoito anos, aptas ao trabalho e que viviam na zona urbana destas cidades, sobre o percentual dos demais municípios, ainda não seria possível fechar a conta, visto que os demais tem sua população entre 315 e 5.180 habitantes, aparecendo apenas Floriano como cidade de médio porte, mas com apenas 7.084 habitantes, como já supracitado.

O fato é que, evidentemente haviam trabalhadores que não viviam nas cidades, ou pelo menos não dentro dela, em um perímetro que o caracterizasse como cidadão; viviam nas imediações, nas zonas rurais próximas, e evidentemente se deslocavam à cidade para trabalhar. Além disso, o fato de a maioria das cidades estar na média de 1000 habitantes, e em muitas vezes não dispor de outro meio de trabalho a não ser a agricultura, e a população feminina ser maior que a masculina, a imigração do homem do campo para a cidade em busca de trabalho e posteriormente o seu estabelecimento nela, não seria um caso para se ter grandes surpresas. No Piauí, como em outras regiões brasileiras, as formas de relação, representação e do trabalho, entre os gêneros, não se furtou das influências de um modelo de sociedade patriarcal.

Se segundo Chartier (1988), as representações estando sempre presentes em um campo, predispõe uma concorrência cujo os mecanismos enunciam poder, e este poder, podendo ser simbólico ou institucional, que raramente não está a mostra para ser percebido, pode ser compartilhado através da sua própria representação e auto instituição enquanto um tipo de regra ou costume.

O que estamos querendo dizer é que: os distanciamentos impostos pela sociedade entre o que seria próprio das elites, ou próprio das classes humildes, em alguns pontos é anulado a partir do efeito produzido pelas representações, pois estas podem ser interpretadas e ressignificadas pelos indivíduos a partir do seu próprio interesse, de forma que eles possam molda-la, tendo em vista os aspectos sociais, morais, religiosos e; a partir daí constituir uma

simbiose a fim de forjarem, mesmo em campos ou contextos diferentes, costumes, culturas ou “normas” similares, a partir desta circulação.

Desta forma entendemos que muitos dos tipos de “normas” de conduta, e principalmente os que acabavam por ligar a mulher exclusivamente ao lar, a educação da família e ao zelo com o seu esposo, não ficaram restritos apenas as elites, sobretudo devido a orientação religiosa predominantemente católica no estado, que também contribuía para a formação de uma sociedade patriarcal e machista. Este tipo de norma, estabelecida dentro de uma sociedade patriarcal, visa antes de tudo colocar um certo distanciamento da sua família (esposa e filhas), de determinados meios que pudessem vir a pôr a sua integridade moral perante a sociedade, em risco.

Diante disso, podemos deduzir que o número de mulheres que estavam desempenhando funções que não estavam ligadas a agricultura familiar, as atividades domésticas, ou atividades de ensino, enquanto professoras, era menor do que o número de homens (Ver anexo E). É importante ressaltar ainda, que dos 388.753 habitantes com dezoito anos ou mais, apenas 22,7 % eram alfabetizados, um número aproximadamente de 88.121 pessoas divididas por todos os municípios, apontando um crescimento de 4,3 % entre 1920 e 1940 (Ver em anexo F).

Ora, o país estava sob a tutela de um líder que se mostrava competente. As políticas de crescimento econômico, de implemento na educação, de melhoramento nas relações sociais e de trabalho, estavam chegando ao Piauí. Leônidas Melo, enquanto interventor do estado era o representante de Vargas, e conseqüentemente também responsável direto pelos melhoramentos que viessem para a população do estado. Neste ponto retomamos a afirmativa que fizemos anteriormente, quando apontamos que no Piauí o reconhecimento das “benesses” do governo, aparentemente estavam sendo reconhecidas. Como já foi evidenciado, havia um número considerável de trabalhadores que tinham empregos nas cidades, mas moravam na zona rural.

Acreditamos que as oportunidades dadas a um indivíduo das camadas populares que se encontra em uma determinada situação de fragilidade, podem ser lembradas e transformadas em uma espécie de ligação afetiva. Essas ligações afetivas podem determinar os nossos posicionamentos, ligações e sentimentos de pertencimento a uma estrutura. “As estruturas do mundo social não são um dado objetivo, tal como o não são as categorias intelectuais e psicológicas: todas elas são historicamente produzidas pelas práticas articuladas (políticas, sociais, discursivas) que constroem as suas figuras” (CHARTIER, 1988, p. 27). Assim, o indivíduo se reconhecer dentro de um determinado campo social, a partir da realidade que ele

mesmo produz através das suas práticas, que poderão lhe atribuir conceitos e que o definirão dentro do campo, instituindo a sua representatividade.

Pelos depoimentos dos trabalhadores piauienses percebemos essa seleção do discurso do Estado, pois não encontramos neles críticas ao aparelho repressivo do Estado. Os trabalhadores tendem a valorizar a legislação trabalhista, pois através desta sentiram as mudanças na sua vida e no cotidiano. Essa apropriação pode ser interpretada como uma estratégia e não apenas pelo envolvimento, digamos inconsciente dos trabalhadores. Não podemos portanto, concluir que estes trabalhadores não sabiam da política repressiva do estado ou que concordavam com todo o discurso produzido. Poderíamos entender como uma seleção do discurso pelos trabalhadores (ASSUNÇÃO, 2005. P. 77).

Assim, segundo Chartier (1988), o indivíduo se reconhece dentro de um determinado campo social a partir da realidade que ele mesmo produz através das suas práticas, e o trabalho é uma prática determinante para o campo social no Estado Novo. Mesmo residindo na zona rural, o trabalhador que se desloca para a cidade para trabalhar e, consegue manter um ordenado fixo, e com isso a possibilidade de um melhoramento de condição social, desempenha em algum momento uma posição de status e distinção, perante os seus pares, contribuindo para a comprovação do discurso Estado Novista. Somente através do trabalho, e da cidadania e comprometimento com o país proporcionado por ele, é que, tanto o país, como o seu povo, poderão progredir.

Desta forma, o sentimento do trabalhador que expressa tanta gratidão ao seu “bem feitor”, é fruto da forma como ele está se reconhecendo dentro de um campo social, e isso só é possível a partir da sua concepção de tempo e de passado. Mas, definitivamente não se pode atribuir o silêncio dos trabalhadores em relação a manifestações, a coesão. Ao contrário, se ele é capaz de estabelecer “leituras” do tempo e espaço ao qual ele está inserido, ele teoricamente é capaz de também agir de forma independente, tendo como objetivo atender as suas aspirações, e assim estabelecer um regime contratual com o sistema social ao qual ele está inserido.

O trabalho de classificação e de delimitação que produz as configurações intelectuais múltiplas, através das quais a realidade e contraditoriamente construída pelos diferentes grupos; seguidamente, as práticas que visam fazer reconhecer uma identidade social, exibir uma maneira própria de estar no mundo, significar simbolicamente um estatuto e uma posição (CHARTIER, 1988. P. 23).

As representações não estão postas vagamente, há intenções na construção de determinadas representações e discursos, sobretudo com interesses ligados a um determinado grupo, para assim construírem sua figura e sua representação frente ao público estimado. Mas,

este processo não é homogêneo, e como não o é, existem diversos posicionamentos e agrupamentos diferentes dentro de um próprio contexto. Ou seja, mesmo entre a classe trabalhadora pode existir uma disputa de poder simbólico atribuído a sua ligação de mundo compartilhada, dado a própria evidencia de desigualdade social.

Para além das diferenças sociais entre as grandes estruturas sociais, que segundo o marxismo estariam polarizadas entre burguesia e proletariado, o espaço social deve ser entendido a partir de outras perspectivas. Para Bourdieu (2005), o espaço social deve ser entendido através das lutas simbólicas que se desenvolvem no campo social, indo além das disputa de poder circunscrita ao campo econômico. Determinados postos de representatividade no campo social não precisam ser necessariamente rentáveis economicamente para adquirir caráter de poder, nem de satisfação, nem ficam restritos aos polos burguesia/proletariado.

É por conta disso que se observa pluralidade de pensamentos e, muitos deles até incongruentes, no interior de um dos dois polos já supracitados. O fato do operário mesmo percebendo que está sendo prejudicado com o cerceamento da manifestação das suas insatisfações, mostra que uma sincronia com o governo na ocasião em debate, pode ser entendida a partir de diferentes motivos. Porém, o ponto de partida é o auto reconhecimento do indivíduo, enquanto parte integrante de um sistema social, e da instituição das suas prioridades cotidianas. Essas prioridades o capacitam a estabelecer, em certo grau, uma negociação, que mesmo perdendo por um lado, dá a ele a possibilidade de ganhar. Observemos a relação e ligações destes trabalhadores com as instituições.

Segundo informações colhidas junto ao IBGE (Ver em anexo G), o número de sindicatos de trabalhadores entre 1942 e 1945 no Piauí, apresentou crescimento, passando de 2 sindicatos de trabalhadores em 1940, para 18 em 1945. E de 2 de patrões em 1944, para 3 em 1945. Além de 2 sindicatos de profissionais liberais, no mesmo ano.

O número de carteiras profissionais expedidas pelo Ministério do Trabalho no Piauí neste período, também apresentou crescimento, salvo os anos de 1942, que fechou abaixo do número de 1940, e 1943, que teve o pior índice. Apenas 933 carteiras de trabalho foram expedidas no Piauí no ano de 1943. Porém, no geral, 1944 fechou a estimativa com 2.413 carteiras profissionais expedidas (Ver em anexo H). Quase o dobro do ano de 1940.

Em 1945 há uma nova queda no número de carteiras expedidas, fechando o ano com apenas com 1.130. Entre estes cinco anos foram expedidas 8.582 novas carteiras profissionais, ou seja, apenas 8.582 pessoas passaram a possuir o documento que lhe garantia um certo

status de distinção em relação a sua cidadania e garantia de seus direitos, além do fato de ele ter um emprego fixo. Não obstante, estes números são problemáticos.

Se a população geral que consta como trabalhadores, com idade de dezoito anos ou mais, entre homens e mulheres – e que com certeza estes postos eram ocupados em sua maioria por homens, dado a natureza do trabalho, sociedade conservadora e preconceituosa em relação a mulher ocupar determinados cargos – e isso tendo em vista os tipos de postos de emprego que eram ocupados nas cidades em 1940, somavam 63.193. Assim, o número de carteiras de trabalho expedidas, como pode ser notado, está muito abaixo do que se poderia pelo menos se considerar razoável. Mas ainda há um detalhe. Não podemos deixar de levar em conta o número de carteiras profissionais que já haviam sido expedidas no período anterior a 1940, tendo em vista que a carteira profissional é um documento que uma vez tirado, permanece com o indivíduo por toda a sua vida profissional, mesmo sem necessariamente ela estar registrada; salvo em casos de perda ou rasura, não há a necessidade de uma troca periódica.

Neste sentido, somando os números de carteiras expedidas entre 1933 e 1940 (Ver em anexo H), e não estão inclusos os números entre 1930 e 1932 por eles não terem sido encontrados durante a pesquisa, constatamos que foram expedidas 7.557 carteiras profissionais, incluindo o ano de 1940. Deste modo, em 1940, 55.636 pessoas, trabalhavam ainda de maneira informal, pelo menos para o governo, pois não possuíam o documento, e desta forma, sem ter acesso aos direitos trabalhistas e a cidadania atribuída a eles. É importante ressaltar que, das 7.557 pessoas que possuem a carteira de trabalho, não é possível saber quantos estão com elas registradas, ou seja, mesmo entre os trabalhadores que possuem o documento, pode existirem indivíduos que estão exercendo a profissão sem o devido registro.

Não encontramos na nossa pesquisa fontes que confirmem com exatidão o número de registros que foram feitos depois de 1940, mas, com base nos dados apresentados nas estatísticas de 1933 à 1937, que apresenta cerca de apenas 10% de registros em relação ao número de documentos expedidos anualmente, podemos concluir que, no Piauí, o progresso no setor empregador, em número de empregos registrados, andava a passos lentos, não correspondendo nem a metade do número de carteiras expedidas.

Pesquisando a organização sindical no estado do Piauí, Rosângela Assunção (2005) constatou que, ainda em 1939, os municípios que concentravam o maior número de sindicatos oficializados eram as cidades de Parnaíba e Teresina, “centros urbanos com maior

oportunidade de emprego no ramo comercial e industrial. Sendo que Parnaíba se destaca também como maior polo comercial do Estado” (ASSUNÇÃO, 2005. P. 61).

Mas, o fato é que se voltarmos ao número de trabalhadores que possuíam a carteira profissional, documento necessário para o registro do trabalhador junto ao ministério do trabalho e, fundamental para ser o seu atestado de cidadania e compromisso com o desenvolvimento do país, e que lhe constituía direito de associação a um sindicato para teoricamente defender os seus interesses, era baixo. 7.557 trabalhadores, que na melhor das hipóteses, estariam todos registrados e divididos entre Floriano, Teresina e Parnaíba, mas que ainda assim seriam uma minoria em relação aos 55.636 trabalhadores que nem se quer tinham o documento.

Gomes (2005) diz que o Estado, ao antecipar-se e iniciar a elaboração da legislação do trabalho, movendo-se antes que os trabalhadores se organizassem em torno de reivindicações referentes a organização e direitos do trabalho, configurando um movimento estratégico, “o trabalhador obteve por *outorga* do poder público, sem lutas, os benefícios que tanto custaram a outros povos” (GOMES, 2005. P. 222).

Em segundo lugar, tratava-se de valorizar o trabalho manual, o ato de “trabalhar com as próprias mãos”, como elemento responsável pela mobilidade e ascensão social, tanto em termos econômicos quanto políticos[...]. A carteira profissional, criação do pós-30 e documento por excelência do novo regime, traduzia o tipo de relação entre cidadão e Estado que se desejava construir (GOMES, 2005. P. 223).

No entanto, o número de trabalhadores com o documento no estado do Piauí é muito baixo. Mesmo que pudéssemos atribuir a “passividade” questionada por Assunção (2005) a uma possível desinformação e alienação do trabalhador, onde este tem em vista puramente a preservação de seus empregos e direitos trabalhistas. Levando em consideração que em 1940, o número de sindicatos era baixo, apenas 2, só apresentando um maior número de crescimento segundo (Medeiros *Apud* Assunção, 2005. P. 60), após 1945; é difícil imaginar que a quantia de 7.557 trabalhadores, que em tese estariam mais bem amparados pela política governamental, pudesse se sobrepor a um número de 55.636 trabalhadores que não partilhavam destes direitos a ponto de os calarem. Se somarmos estes dados aos números de carteiras profissionais emitidas até 1945, ano das eleições presidenciais, este número seria maior, 16.139 pessoas.

Mas, há um dado importante. Segundo Rosângela Assunção (2005. P. 81), pelo menos na cidade de Teresina, capital do estado do Piauí e um dos polos de maior concentração de trabalhadores e sindicatos, existiu uma espécie de polarização e disputa entre os dois grupos

de trabalhadores: sindicalizados e não sindicalizados, independente da posse da carteira profissional ou não. Segundo a autora, isso ocorria pelas disputas de emprego na capital, e os contratantes de certa forma contribuía para elas.

Como os trabalhadores sindicalizados precisavam pagar uma taxa ao sindicato, e o empregador cumprir as leis de regulamentação de direitos do trabalho, os trabalhadores não sindicalizados representavam uma opção mais barata de contratação, e estes por sua vez, viam na não sindicalização uma forma de “ganharem mais”, pois não precisariam pagar as taxas do sindicato, e com isso ficar com o salário líquido. “As necessidades diárias podem provocar mudanças substantivas na maneira de agir” (ASSUNÇÃO, 2005. P. 82), de perceber o mundo ao seu redor, e de estabelecimento de relações.

Porém, evidentemente, em 1945 o número da população do estado também era maior. Durante a coleta das fontes junto ao IBGE, não foi possível encontrar uma estimativa apenas do ano de 1945, tendo sido recolhido um documento que apresenta as estimativas de 1940 à 1945. Neste documento foi notado uma diferença no percentual da população já apresentado por meio de outro documento, e o em questão. A divergência dos números consta um total de 11.199 pessoas. Desta diferença de valores podemos comprovar a presença de um número de 203 imigrantes de outras nacionalidades (Ver em anexos I). Não encontramos dados referentes a imigração interna no país, e também não encontramos dados referentes a natalidade no estado do Piauí naquele ano. Deste modo, a hipótese que levantamos é que esta diferença de números decorre tanto do percentual de imigrantes estrangeiros, da imigração interna entre os estados, e do nascimento de crianças após a data do recenseamento que aponta a população do estado, constituída por 817.601 pessoas.

Com tudo, em 1945 o número total da população do estado do Piauí era de 918.500 pessoas (Ver em anexo C), o que demonstra um aumento de 100.899 indivíduos, tendo por base os valores do recenseamento de 1940. Não encontramos nas fontes também, o número de pessoas que tinham dezoito anos ou mais que estavam exercendo funções que não fosse agricultura, pecuária e atividades domésticas no ano de 1945, para indicarmos se houve crescimento ou regressão nos números.

No entanto, tomando como base o número de indivíduos que possuíam o documento no estado, adquirido ente 1933 e 1945, que é de 16.139 pessoas, podemos afirmar que somente esta soma de indivíduos possuíam o documento, e portanto estavam aptos a votarem, e exercerem profissões registradas com direitos trabalhistas garantidos, independentemente de ter havido aumento no número de trabalhadores que não possuíam o documento e estavam exercendo funções sem o registro junto ao ministério do trabalho. Números estes que ainda

são muito baixos, e que apesar da censura aos meios de comunicação, não existir nenhum tipo de registro de revoltas dos trabalhadores do Piauí durante todo o governo Vargas, é no mínimo estranho. Então, por que como nos apresenta Nascimento (2002), os trabalhadores ao invés de manifestarem-se em forma de protesto, ou até mesmo neutros, manifestavam-se em forma de apoio a ditadura estado novista e ao interventor Leônidas de Castro Melo? .

Ora, se trabalhar, na ótica do Estado Novo era um elemento que projetava os indivíduos a uma ascensão social e política, onde ser trabalhador o transformava em cidadão, e um cidadão com chances reais de desenvolvimento, além de ser atribuído a este outros adjetivos no meio social que o distinguia mesmo entre seus pares, pois, “ser trabalhador era ganhar o atributo da honestidade, que neutralizava em termos de honra o estigma da pobreza. Pobre mais trabalhador, isto é, um cidadão digno no Estado Nacional” (GOMES, 2005. P. 223); podemos começar a vislumbrar aqui, pelo menos um elemento que poderia funcionar como barganha para muitos trabalhadores, com o governo, tanto federal, como estadual, que é a sua própria ascensão dentro do campo social. Isso pode ser entendido a partir da resolução dos problemas cotidianos do trabalhador, que via de regra, estão relacionados com a pobreza, o estigma e as dificuldades impostas por ela. A resolução dos problemas cotidianos podem ser traduzidos em apoio.

Ou seja, existindo um espaço entre a norma e o vivido, entre prática e representação, dentro deste espaço o que opera são as próprias aspirações dos indivíduos, que se veem enquanto parte integrante de um sistema social, sendo que, desta forma, as leituras de mundo destes sujeitos passarão primeiro pela análise subjetiva dos mesmos, para se imporem em termos de representação aos demais; inclusive dentro de um mesmo grupo.

Em outras palavras, as experiências com as dificuldades impostas pela pobreza, tanto em termos sociais como econômicos – e ai podemos citar má alimentação, dificuldade de aquisição de bens como: roupas novas, calçados, moradia, enfim – e que o fato de estar empregado no comércio, indústria, que empregava pessoas de fora das cidades e, com isso, trazia novas perspectivas ao trabalhador piauiense, tornam-se um fatores preponderantes para a tomada de determinados posicionamentos.

Para muitos trabalhadores sair de uma condição de miséria para uma condição de cidadania e pequena melhora na categoria social e financeira, mesmo para os que não estão registrados, tem um alto poder de representação, e o apoio dado ao governante que empreendeu tais benefícios pode ser entendido enquanto gratidão, mas também enquanto tática, pois visa o lugar do outro, a progressão em um campo movediço. Este outro e a progressão, nada mais são que a ascensão social e a solução dos seus problemas cotidianos,

dentro dessa leitura. Dessa forma, a tese de alienação cai por terra, para dar lugar a tese de que estes trabalhadores haviam tomado consciência dos meandros do jogo e, começaram a jogar de acordo com o reconhecimento de si enquanto parte integrante de um sistema social e político, sendo que estes agora poderiam estabelecer uma barganha referente a solução das suas necessidades cotidianas, pois adquiriram representatividade e passavam a reclamar os seus interesses.

Na tão malsinada primazia das conveniências particulares sobre os interesses de ordem coletiva revela-se nitidamente o predomínio do elemento emotivo sobre o racional. Por mais que se julgue achar o contrário, a verdadeira solidariedade só se pode sustentar realmente nos círculos restritos e a nossa predileção, confessada ou não, pelas pessoas e interesses concretos não encontra alimento muito substancial nos ideais teóricos ou mesmo nos interesses econômicos em que se há de apoiar um grande partido (HOLANDA, 1995. P. 182-183).

Nascimento (1995. P. 124) é categórico ao afirmar que após todo o processo “revolucionário” no Piauí, as oligarquias não foram extintas, ao contrário, foi aberto o “caminho para o regimento de uma nova oligarquia” (NASCIMENTO, 1995. P. 124), sob o comando e um novo coronel.

Mas, nos atrevemos a ir mais adiante. Com a instituição desta “nova oligarquia” dentro do governo Vargas – e ai devemos levar em consideração benefícios sociais, pessoais, direitos trabalhistas, discursos de conscientização, enfim – todo um aparato criado pelo próprio estado e seus agentes políticos, na tentativa de manter um grau de coesão entre as camadas humildes, abriu precedentes para a instituição de uma nova relação entre políticos e eleitorado, que se distanciava dos métodos utilizados pelas “antigas oligarquias”, “e é aqui que o nosso “homem cordial” encontraria uma possibilidade de articulação” (HOLANDA, 1995. P. 184), negociação. O estranho silêncio dos trabalhadores em relação a algum tipo de manifestação contrária ao governo, se transforma em tática de barganha dentro do campo político, também em busca de “troféus”. Mesmo os trabalhadores que moravam nas zonas rurais e, se deslocavam para trabalhar nas cidades, independente de terem carteira assinada, ou não, poderiam fazer interpretações a respeito do governo.

O fluxo no jogo político adquire outras perspectivas, e talvez por isso as velhas contendas, politicagem e trocas de farpas na política piauiense não tenha cessado mesmo após o Estado Novo e o estabelecimento da censura. A final, a luta era por poder, e o revanchismo como já nos alertou Nascimento (1994), era quase uma regra.

Leônidas de Castro Melo só permaneceu à frente do governo do estado do Piauí entre 1935 e 1945, por ter incorporado o discurso do governo federal e empreendido apoio ao

mesmo. Leônidas de Castro Melo por sua vez o reproduziu este discurso a seus correligionários e eleitores/apoiadores, de forma a adequá-lo aos interesses dos mesmos, para garantir uma certa estabilidade no poder e, assegurar os seus objetivos e os dos seus apoiadores, no campo político institucional. Deste modo, o governo procurou estabelecer outro tipo de relação com os eleitores/apoiadores, que de forma recíproca acabam por instituir, de certa forma, a mesma prática dos políticos institucionalizados, fazendo com que a política executada entre o público e o privado também opere entre elites e proletários

Como já mencionado no decorrer deste trabalho, mas também confirmado por pesquisadores piauienses²⁹, a política no Piauí era exercida a partir de relações pessoais que ultrapassavam os limites entre o público e o privado, ou seja, como nos fala Holanda (1995), a partir de conveniências particulares, onde o emotivo predominaria sobre o racional. Em outras palavras, a política era instituída a partir dos interesses subjetivos dos grupos ou indivíduos, e não passava pelo crivo da igualdade social e econômica.

No Piauí as oligarquias eram definitivamente redutos de divisão de poder e cooptação de apoio político. A proposta do governo Vargas de extinguir este tipo de relação de poder, não conseguiu ser concretizada, sobretudo pela força exercida pelos coronéis e políticos de cada estado ou região. Um confronto direto do governo federal com eles poderia ser catastrófico, tanto para o jogo político, como para a imagem política de Getúlio e seu grupo, por isso estabelecer alianças estratégicas é o meio mais seguro de se tentar contornar uma situação que dependa de apoio, e evidentemente cooptação.

3.2 As eleições de 1945 e os reflexos da política estado novista

O ano de 1945 se inicia com a evidente falência, já gradativa, do regime estado novista. Em vários aspectos, dentre eles: políticos, econômicos, sociais e, sobretudo, a imagem do regime perante a população, havia se desgastado entre alguns setores da sociedade; fato este que ainda foi agravado pela incoerência entre política externa e interna, com a entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial e o fim vitorioso dos aliados³⁰ sobre o eixo³¹.

²⁹ Francisco Alcides do Nascimento, ver em: *A Revolução de 1930 no Piauí (1928-1934)*. Rosângela Assunção, ver em: *A Política Trabalhista na era Vargas e a Constituição da Memória dos Portuários de Teresina (1930-1954)*.

³⁰ Os Aliados foram os países vencedores da Segunda Guerra Mundial. Esta aliança foi composta pelos seguintes países: Inglaterra, Rússia e Estados Unidos. Porém, vários outros países também integraram o grupo aliado, na intenção de colaborar com o fim da guerra. O Brasil enviou tropas militares para combaterem na segunda guerra

O emperramento burocrático e as dissensões não canalizadas institucionalmente, processos característicos de sistemas autoritários, começaram a gerar uma crise institucional que se iria combinar[...] com a oposição internacional entre democracias liberais e o fascismo, emprestando força talvez inesperada a oposição interna que se aglutinava na futura UDN (SOUZA, 1976. P. 110)

Desta forma, o governo se mostrava sensível – como um pai que agrada um filho – empreendendo festas e comemorações destinadas ao povo, além dos benefícios trabalhistas. Estas ações influenciavam na percepção do real. Em tese, o governo estaria buscando um sentimento de gratidão, reconhecimento de serviços prestados por um “amigo” do povo. Essa situação foi alimentada também, a partir da anulação entre público e privado ao qual Holanda (1995) discute, tanto para com os diversos setores sociais que compõe a sociedade, como para os modelos de hierarquia, que tende a distanciar espacialmente comandantes de comandados. Esta situação abre precedentes para a instituição de laços afetivos por parte do povo com a política e os políticos, gerando a falência do limite entre público e privado dentro do campo político. Mas, tecnicamente, o desfecho da Segunda Guerra Mundial influenciaria mais outra mudança na política brasileira, resultado sobretudo do reconhecimento do paradoxo aberto pela participação do Brasil na guerra.

Ora, era incoerente um país que vivia um regime ditatorial, e que tinha claras influências no modelo de propaganda governamental de países onde estavam ocorrendo governos fascistas, entrar numa luta que se propunha pôr fim à ditaduras, continuar instituindo um governo ditatorial.

Evidentemente esta percepção crítica a respeito da política, não ocorreu no país de forma homogênea. Além das dificuldades e limitações de comunicação entre os estados da federação, com o exterior, dentro dos estados a circulação de informações também era feita de forma lenta. É possível que vários municípios piauienses não tenham tido acesso a este tipo de informação e, crítica governamental, de maneira clara e não deturpada durante o ano de 1945. Isso possivelmente ocorreu, sobretudo entre as classes humildes, pois como já mostramos, o número de pessoas alfabetizadas no estado do Piauí era baixo. Além disso, para os padrões daquele período, a qualificação de um indivíduo enquanto alfabetizado poderia ser representada apenas pela capacidade deste, assinar o seu nome e identificar uma determinada quantidade de números.

mundial após o afundamento de alguns embarcações brasileiras por submarinos alemães, e uma “negociação” entre Brasil e Estados Unidos.

³¹ Os Países do Eixo eram aqueles que reuniam as ideologias autoritárias na Segunda Guerra Mundial, englobando o nazismo e o fascismo. A aliança do eixo era composta pelos seguintes países: Alemanha, Itália e Japão. Estes países acabaram perdendo a segunda guerra mundial.

No entanto, mesmo com todas essas dificuldades, acreditamos que as informações e críticas ao governo circularam no estado. Nas cidades de Parnaíba e Luís Corrêa existia a presença de transeuntes, tanto vindos de outros países, como dos estados mais próximos, à exemplo o Ceará; circulação esta, proporcionada pela prática do comércio efetuado no porto. Estas informações e críticas certamente poderiam ser obtidas em vários espaços, desde o próprio porto, cafés, mesas de bares, ou até as conversas noturnas ocorridas nas residências dos indivíduos, fruto de visitas à amigos ou parentes, que é algo comum e pode ser percebido até os dias atuais no estado do Piauí. Ou seja, mesmo que em um setor que não era tido como intelectualizado, poderia ocorrer algum tipo de debate relacionado a política, visto que esta pode produzir efeitos no cotidiano dos envolvidos.

Todavia, uma parte da elite política e, mesmo das classes humildes que detinham um certo grau de instrução, podem ter começado a estabelecer críticas contra o governo e constituir oposição à Vargas.

Embora a constituição de 1937, em disposição transitória, tornasse praticamente ilimitado o Executivo, permitindo-lhe governar por decretos-leis sobre todas as matérias da competência legislativa da União **enquanto não se reunisse o parlamento nacional**, ela não permitia que o presidente reformasse ou emendasse a constituição. Não obstante, a partir da lei Constitucional de 1938, Getúlio procedeu a diversas modificações na carta de 1937. Utilizando-se desta mesma prerrogativa, decretou em 28 de fevereiro de 1945 a Lei Constitucional n.º9, também chamada de Ato Adicional, que modificava vários artigos da Constituição e determinava que dentro do prazo de noventa dias seria fixada data para as eleições gerais (SOUZA, 1976. P. 104. Grifo do autor.).

A ideia de patriotismo e empenho no muno do trabalho em busca da construção de uma nação forte que beneficiasse a todos, era o pano de fundo deste arrolamento. Ou seja, na construção do tipo de relação política que foi instituído a partir do Estado Novo, a distância entre o público e o privado tornou-se ainda mais estreita, ou talvez, neste ponto, tenha começado a deixar de existir. A intenção durante o Estado Novo foi, criar de fato, uma parceria amistosa e íntima que daria ao povo e, sobretudo as classes humildes, a possibilidade de negociar com o governo através do seu apoio e o atendimento das suas necessidades.

Por um lado, a Lei Constitucional n.º9, ou “Lei Agamenon”, como também ficou conhecida, custava caro ao governo por pôr em risco a sua continuidade, no caso de uma eventual derrota em uma eleição. Além disso, a partir daí, como nos mostra Souza (1976), mesmo antes de entrar em vigor, a lei já despertava críticas por parte de setores da oposição política e entre intelectuais, pois como a censura foi gradativamente dando abertura para a circulação de críticas ao governo, tanto federal, como nos estados, a formação de concepções acerca do governo era uma via inevitável. Os múltiplos grupos e partidos políticos

influenciados por diversos ideais e interesses, que encontravam adeptos em diversos setores da sociedade, tem o seu ressurgimento dentro deste cenário.

Mas, por outro lado, a “Lei Agamenon” também continha um certo grau de estratégia por parte do governo, no entanto, só retomaremos esta discursão mais adiante. Neste ponto o que é mais importante salientar, é que: dentro do modelo e tipo de políticas empreendidas durante o Estado Novo, que dava a oportunidade do governo cobrar apoio do povo como forma de pagamento por benefícios concedidos; uma eleição também era um “termômetro” de popularidade, que apontando satisfação popular, traduzido em vitória, poderia dar uma sobrevida política a Vargas e aos componentes do grupo que estava estruturando o quadro político institucional. Este fato é comprovado pelas votações que elegeram Vargas ao cargo de senador em 1945, e novamente a presidência da república nas eleições de 1950.

Em 1938 a máquina política do estado, tendo como cabeça o DIP, começou a articular possivelmente, uma das mais bem-sucedidas campanhas de propaganda política do nosso país. Getúlio Vargas era o seu personagem central, e desde este ano até 1944 o empreendimento não cessou de crescer. Festividades, cartazes, fotografias, artigos, livros, concursos escolares, e toda uma enorme gama de iniciativas foi empreendida em louvor do chefe do Estado Novo. Seu nome e sua imagem passaram a partir daí a encarnar o regime e todas as suas realizações (GOMES, 2005. P. 219.)

No entanto e, como ao longo deste trabalho deixamos claro, a boa recepção da propaganda governista, o sentimento de gratidão e a participação popular em festividades relacionadas a promoção do governo, não eram uma unanimidade. A oposição não estava presente apenas no jogo dos políticos institucionalizados. Como já ressaltamos nos primeiros capítulos, as relações políticas e a disputa de interesses não está restrita aos espaços institucionalizados, existindo assim a formação de diversos núcleos, facções ou partidos, que possuem pontos de convergência e de algum modo aspiram ao poder no campo social, que por sua vez acaba dividido em micro campos.

Estes micro campos acabam atravessados pelas relações políticas, e elas flutuam entre o simbólico e o concreto, institucional, ou não institucional. No entanto, o exercício deste poder depende de algum tipo de chancela, aliança, simbologia ou proposta, que só se institui e pode se firmar a partir da percepção do que os indivíduos tomam por concreto, e que fatalmente sob a perspectiva política do período em questão, acaba atrelado a tutela do estado e seus dirigentes.

A materialização de tais princípios poderia ser sinteticamente resumida em uma nova orientação de nacionalização do trabalho e da propriedade, isto é, na execução

de políticas que fornecessem e resguardassem para o trabalhador nacional um número significativo de **empregos e que lhe possibilitassem o acesso à propriedade e bens materiais** (GOMES, 2005. P. 239. Grifo nosso.).

Dentro do Estado Novo, onde foi constituída a prática da política da “troca”, ou mesmo negociação, talvez gratidão..., isso não ocorria mais apenas entre a parte de cima da pirâmide social após a inserção dos trabalhadores ao campo político. Ou seja, passou a existir mais opiniões, vontades, necessidades e, um maior número de “juízes” ou mesmo, jogadores. Estes com poder de decisão. Na ausência de uma concepção de público e privado atentado por Holanda (1995), ou uma determinada hierarquia, que a partir das medidas aplicadas a política de relação com as massas instituídas pelo Estado Novo, muitas distancias entre as partes da pirâmide social deixariam de existir.

Paradoxalmente esta ideia de ampliação do jogo político, foi posta em funcionamento dentro do campo social. O campo social por sua vez, segundo Bourdieu (2005), é marcado por um jogo, uma disputa de característica hierárquica, mesmo que de maneira simbólica. E esta disputa acaba sendo regulada por uma barganha, o exercício deste poder que flutua entre simbólico e o concreto. A concepção do real só consegue se solidificar—pelo menos temporariamente—a partir da percepção de resultados positivos obtidos a partir da chancela ou aliança empreendida entre um indivíduo ou grupo, diante do poder almejado, neste entremeio.

Atentando-nos ao grifo feito em um trecho específico da citação retirada do texto da historiadora Ângela de Castro Gomes (2005), logo acima, buscaremos levantar alguns questionamentos no próximo capítulo a respeito da mobilização do eleitorado para as eleições presidenciais de 1945, e o seu desfecho. Mas, também não deixaremos de lado, como já citado no decorrer deste trabalho, as aspirações e disputas que ocorrem mesmo entre elites e proletários, políticos institucionalizados, apoiadores e eleitores, como também a simbologia e políticas desenvolvimentistas que o estado passou a empreender a partir do Governo de Getúlio Vargas.

4 LEÔNIDAS DE CASTRO MELO E OS RESULTADOS DA POLÍTICA GOVERNAMENTAL NO PIAUÍ EM 1945

Como já foi discutido no capítulo anterior, no Piauí a política institucional ficava restrita aos grupos de elite do estado. Bem observado por Nascimento (1994), as alianças e troca de grupos políticos por ressentimentos pessoais, como também foi ressaltado, fazia com que a política no Piauí tivesse como principal objetivo, o agrupamento destas elites em torno da posse de cargos e, conseqüentemente, poder.

Desta modo, concordamos com Nascimento (1994), no que se refere a afirmativa de que no Piauí, a indicação de Leônidas de Castro Melo a candidatura de interventor durante o governo Vargas, feita através de alianças entre facções políticas; não constituía o fim do coronelismo, ao contrário, era indicado para ocupar o governo do estado, um coronel.

Desta forma, o governo permanecendo constituído por oligarquias, os coronéis espalhados por todo o estado também não deixariam de existir. Segundo Leal (2012), a relação deste tipo de indivíduo com a organização política, constitui-se enquanto fluida, pois podem ocorrer a qualquer momento e, a depender da conjuntura política nacional e do alinhamento dos políticos locais com o alto escalão da política nacional e estadual, sobretudo em relação ao governo; mudanças repentinas ou inimagináveis nas alianças políticas tornam-se práticas comuns. Dentro deste jogo as alianças podem adquirir diversas representações, assim como determinadas práticas poderiam também definir uma aliança ou rompimento.

O bem e o mal, que os chefes locais estão em condições de fazer aos seus jurisdicionados, não poderiam assumir as proporções habituais sem o apoio da situação política estadual para uma e outra coisa. Em primeiro lugar, grande cópia de favores pessoais depende fundamentalmente, quando não exclusivamente, das autoridades estaduais. Com o chefe local — quando amigo — é que se entende o governo do Estado em tudo quanto respeite aos interesses do município. Os próprios funcionários estaduais, que servem no lugar, são escolhidos por sua indicação (LEAL, 2012. P. 63).

Ou seja, a demissão de um funcionário, transferência, ou o rebaixamento de cargo, já abria precedentes para a divisão de um grupo político e a formação de uma oposição. Da mesma maneira, e “correndo” por outro lado, velhos inimigos políticos que outrora foram aliados, mas haviam divergido e rompido pelos mesmos motivos já supracitados, poderiam barganhar o seu apoio ou, reestabelecer uma aliança, mediante o valor de uma oferta³². O

³² Neste ponto, é importante deixar claro que quando falamos em oferta para pleitear uma aliança política, não estamos nos referindo a valores especificamente monetários no campo político, mas sim a incorporação de uma família de relevante influência política, junto com seus apoiadores/eleitores ao quadro de funcionários do estado

homem cordial não é necessariamente o homem ingênuo, ao contrário, segundo Holanda (1995), o homem cordial é o homem apto a negociação, e esta prática não se restringe apenas às elites.

A falta de espírito público, tantas vezes irrogada ao chefe político local, é desmentida, com frequência, por seu desvelo pelo progresso do distrito ou município. É ao seu interesse e à sua insistência que se devem os principais melhoramentos do lugar. A escola, a estrada, o correio, o telégrafo, a ferrovia, a igreja, o posto de saúde, o hospital, o clube, o campo de futebol, a linha de tiro, a luz elétrica, a rede de esgotos, a água encanada —, tudo exige o seu esforço, às vezes um penoso esforço que chega ao heroísmo. E com essas realizações de utilidade pública, algumas das quais dependem só do seu empenho e prestígio político, enquanto outras podem requerer contribuições pessoais suas e dos amigos, é com elas que, em grande parte, o chefe municipal constrói ou conserva sua posição de liderança (LEAL, 2012. P. 58).

O fato é que estar no poder, estar próximo ou estar ligado a alguém que participa do exercício do poder, mesmo em grupos que desenvolvem relações políticas não institucionalizadas enquanto aparelho de gestão estatal – pela ausência de uma divisão precisa entre o público e o privado, que em certo grau resulta da noção de que todo indivíduo que tenha conhecimento de si e do espaço ao qual ele está inserido – pode por si só contribuir para que um indivíduo ou grupo estabeleça seus posicionamentos. “Toda vontade e toda ação implicam um meio e uma subjetividade humana” (SARTRE, 1979. P. 02).

Logo, este indivíduo submetido a malha social, pode ser influenciado nas suas decisões a partir da sua percepção do contexto ao qual ele está inserido, e é esta a via em que a política governamental empreendida após a ascensão de Vargas ao poder, vai operar. Isso ocorre tanto para com o próprio indivíduo, quanto para com o coletivo ao qual ele pertença. Ou seja, em outras palavras: a vontade de si se sobrepõe a do outro, não em regra, porém, em casos específicos e, sobretudo, que julgue o bem estar de si ou do seu grupo. As discursões políticas acabam ganhando contornos tendenciosos e subjetivos para ambas as partes envolvidas.

Dentro destes moldes, o ano de 1945 marca a retomada de um sistema democrático republicano para a escolha de um governante, com um número maior de pessoas envolvidas no processo eletivo, e com alguns novos elementos que modificavam a dinâmica de trato com a política no Brasil. Para o Piauí, 1945 marcava a possibilidade de retomada do poder por parte de grupos oligarcas que haviam sido excluídos, ou pouco participaram do governo do estado ao longo do período estado novista, como nos mostra Nascimento (1994).

para uns, ou a um apadrinhamento ou “favor” de cunho pessoal para os outros. Mesmo reconhecendo nesta prática uma ação corrupta, não dispomos de nem um tipo de fonte que comprove que uma aliança tenha resultado diretamente, da compra de apoio através de valores monetários específicos.

É a possibilidade de um retorno ou permanência na malha do poder, porém não mais aos mesmos moldes de antes de 1930, nem com os mesmos métodos, que ocorre o pleito eleitoral de 1945. Os trabalhadores como já foi discutido e, apontado pelos historiadores Francisco Alcides do Nascimento e Rosângela Assunção, mantiveram uma relação de cumplicidade com o governo, tanto que os historiadores mencionados afirmam não ter havido grandes movimentações de trabalhadores contra o governo estadual, e nem federal. Aparentemente o diálogo do governo com esta classe, no estado, estava “fluindo bem”.

No entanto, salvo as exceções que já mencionamos neste trabalho, não podem ser desconsiderados os posicionamentos favoráveis ou contrários entre ambos os indivíduos, sob o mesmo crivo da subjetividade. Ou seja, se em muitas vezes é preciso “ver pra crer”, então alguns elementos devem ser considerados.

Quando Gomes (2005) fala em possibilidade de ascensão social por meio de empregos e, conseqüentemente isso poderia permitir o acesso a propriedade e bens de consumo, ela não pode restringir esta prática apenas a um grupo da sociedade. Ou seja, tanto o proletário quanto as elites participavam deste princípio por meio do trabalho, institucionalizado, ou não.

O papel de comando sobre a economia por parte do Estado, que então se instaurava, não foi evidentemente um capricho. A possibilidade da inflexão cooptativa a que acabamos de nos referir tem por tanto suas raízes na fragilidade objetiva das classes e dos grupos de interesse. (SOUZA, 1976. P. 104).

O fato de o indivíduo possuir um trabalho, mesmo que não tivesse a sua carteira assinada, ao que parece não representava um problema crônico no Piauí. Isto ocorria porque, como já discutimos no capítulo anterior, muitos trabalhadores até optavam por não assinarem a carteira de trabalho, para não terem que “perder” o dinheiro que era descontado pela previdência social e, desta forma, concretizar o procedimento legal de assistência ao trabalhador.

Não estamos afirmando que não tenha havido nem um tipo de mobilização de trabalhadores em forma de protesto contra o governo federal. Não dispomos de fontes que apontem isso. O que podemos afirmar é o que Francisco Alcides do Nascimento (2002) e Rosângela Assunção (2005) nos informam, que é a ausência de grandes mobilizações populares de contestação ao governo, no que se refere ao mundo do trabalho. Porém, mesmo assim acreditamos que possa ter havido algum tipo de mobilização contestatória, mas, estas, se ocorreram foram de pouca representatividade.

Com isso, retomando a discussão levantada a partir da citação do texto da historiadora Ângela de Castro Gomes (2005), podemos entender que: a posse de um trabalho, seja ele formalizado ou não, proporciona ao trabalhador um salário, que dentro de um estado que tem como sua principal atividade econômica a agricultura e o extrativismo – que não mantém uma constância de produtividade alta durante o ano inteiro, ou mesmo anual – ter um emprego

acaba por dar ao trabalhador a possibilidade de ascensão econômica de maneira relativamente, ou temporariamente, estável, permitindo o acesso a propriedade e bens materiais.

Não podemos deixar de atentar que quando Ângela de Castro Gomes (2005) faz esta afirmativa, ela fala de uma possibilidade existente dentro de todo um regime político que está em vigência no país. Neste espaço estão inseridos três tipos de indivíduos: o político institucional, que ocupa um cargo legislativo ou executivo, os apoiadores destes políticos (coronéis), que cumprem esta tarefa contribuindo com o agrupamento de uma determinada quantidade de voto/apoio decisório para a permanência do político dentro do jogo e, acabam sendo recompensados com a inserção deles em cargos comissionados na estrutura governamental, ou agraciados com a autonomia de fazer nomeações a cargos. Isso concede aos coronéis um importante título de distinção social. O terceiro tipo de indivíduo é o povo, as massas, e que nesta conjuntura, acabam sendo recompensados através da instituição de medidas governamentais, ou não, que os beneficiem.

Estes “títulos” de distinção e a autoridade de poder fazer nomeações de indivíduos para cargos, como nos informa o historiador Victor Nunes Leal, constitui uma prática coronelista.

Os próprios funcionários estaduais, que servem no lugar, são escolhidos por sua indicação. Professoras primárias, coletor, funcionários da coletoria, serventuários da justiça, promotor público, inspetores do ensino primário, servidores da saúde pública etc., para tantos cargos a indicação ou aprovação do chefe local costuma ser de praxe. Mesmo quando o governo estadual tem candidatos próprios, evita nomeá-los, desde que venha isso a representar quebra de prestígio do chefe político do município. Se algum funcionário estadual entra em choque com este, a maneira mais conveniente de solver o impasse é removê-lo, às vezes com melhoria de situação, se for necessário. A influência do chefe local nas nomeações atinge os próprios cargos federais, como coletor, agente do correio, inspetor de ensino secundário e comercial etc. e os cargos das autarquias (cujos quadros de pessoal têm sido muito ampliados), porque também é praxe do governo da União, em sua política de compromisso com a situação estadual, aceitar indicações e pedidos dos chefes políticos nos Estados (LEAL, 2012. P. 63).

Apesar de longa, esta citação se faz necessária para que se possa entender a amplitude de interferência da política no campo social, e conseqüentemente nas subjetividades dos indivíduos. Para um político/coronel, exercer este tipo de influência pode transformá-lo em uma referência enquanto mediador do povo e as diversas instâncias de poder em um sistema de governo. Enfim, estes apoiadores podem passar a exercer, ou adquirirem um maior nível de poder ao se alinhar com o partido ou grupo que está no poder.

O terceiro tipo de indivíduo é o eleitor/apoiador dos dois primeiros. Ou seja, o terceiro tipo de indivíduo, a grosso modo, são as massas. Logo é perceptível a instituição de um plano

hierárquico, mas também é perceptível que neste campo hierárquico há vários tipos de relação de interesses. Como nos mostra o historiador Victor Nunes Leal (2012), o “coronel”, representado dentro de um modelo político coronelista, não necessariamente é um sujeito de pouca polidez, conhecimento ou formação intelectual e profissional. Muitos destes coronéis são médicos, advogados, engenheiros, latifundiários ou comerciantes. Deste modo, este terceiro tipo de indivíduo ao qual estamos nos reportando, pode se valer da sua condição de apoiador, para barganhar o seu apoio com os políticos institucionalizados ou coronéis, visto a posição e aptidões que eles ocupam.

A proposta de pôr fim a um sistema político coronelista anunciado pelo presidente Getúlio Vargas não conseguiu obter sucesso, pelo menos não no Piauí. Se fizermos um exercício de identificação da ocupação profissional de alguns dos políticos e apoiadores políticos do Piauí, tanto na década de 1940, quanto até nos dias atuais; constataremos que vários deles desempenham ou já desempenharam as profissões de: médico, advogado, eram latifundiários ou comerciantes. Existem exceções, mas estas quatro ocupações citadas, exercidas por indivíduos que se dispõem a jogar o jogo político, seja na ocupação dos altos cargos ou no exercício de liderança política local, sempre estão presentes no campo político.

A conjuntura política da década de 1940, que trazia em meio ao discurso governamental de forma enfática a intenção do desenvolvimento de inúmeras medidas que beneficiavam o trabalhador, não se restringiu apenas a este recurso. O governo também trabalhou no “encurtamento” das distancias entre governantes e povo – característica essa desenvolvida pelo governo de Getúlio. No entanto, estes elementos acabaram contaminados pela confusão entre o público e o privado, atingindo todos os setores da malha social. O resultado disso foram graves problemas para o exercício, tanto da Democracia, como da República; problema este que, Sergio Buarque de Holanda já estava discutindo em 1936, quando publicou pela primeira vez o livro: “Raízes do Brasil”.

Isso, somado com a “doação” de direitos ao povo, que através da massiva propaganda estatal caracterizava o trabalhador como um membro criador e fortificador da nação, transforma o tipo de política e de coronelismo, mas não o anula. A inserção das massas ao quadro decisório da política fez com que o poder que era exercido somente pelas elites, fosse dividido, pelo menos em tese, com o povo, o que é democrático. Mas não podemos nos esquecer dos coronéis.

Em ocasiões o coronel até pode manter o velho método do voto sujeitado, obrigando ao eleitor votar no candidato que ele quer. Porém, em outras ocasiões, o coronel agora precisaria negociar aquele apoio. Ele precisa literalmente conquistar o indivíduo, ou grupo.

Esta conquista pode acontecer por várias vias, e é aí que o plano democrático dentro da República acaba sendo enfraquecido. Ressaltaremos apenas três destas vias que produzem anomalias que ocorrem neste bojo, para que posteriormente possamos continuar a nossa análise.

4.1 Três vias: objetivos em comum

A primeira via é a que, talvez, seja a que mais constitui uma relação de “cumplicidade” entre o eleitor/apoiador e o apoiador/colaborador, que também pode ser chamado de coronel do grupo político que está no poder. Como já ressaltado por Leal (2012), os coronéis não necessariamente são indivíduos desprovidos de atributos intelectuais e profissionais, que os possibilitem uma negociação mais amistosa com o eleitor/apoiador. Esta “negociação” pode ser constituída, por exemplo, através do beneficiamento desse eleitor/apoiador por serviços médicos. Ora, mesmo com todo o esforço, no que se refere a intenção de ampliação do mundo do trabalho e de desenvolvimento social empreendido pelo Estado Novo, as mazelas da sociedade naquele contexto não foram solucionadas por completo, nem de longe.

Os problemas de saúde pública não foram resolvidos em todo o país. Não existiu uma “revolução” na infraestrutura de todas as cidades do Brasil, onde foram construídos inúmeros hospitais e postos de saúde com capacidade de atender toda a população, tanto das cidades, como da zona rural. Não existiu um programa de saneamento básico que beneficiou a população de todas as cidades do Piauí. O estado do Piauí continuava pobre e com diversas dificuldades administrativas.

Para além disso, O Piauí continuava com um baixo número de pessoas desenvolvendo atividades que não era agricultura, ou pecuária. Ou seja, como já foi ressaltado ao longo deste trabalho, o número da população empregada em atividades laborais que poderiam lhe render um salário, era baixo, e estavam concentrados em maior número em Teresina e Parnaíba.

Francisco Alcides do Nascimento (2002), aponta que houve uma modernização da cidade de Teresina durante o Estado Novo, mas esta modernização e melhoramento para a sociedade não foi direcionada para a zona rural, que ainda se confundia com o centro urbano, e nem a áreas periféricas da cidade, resultando em uma modernização excludente. Se em Teresina que era capital do estado este melhoramento não conseguiu beneficiar toda a população, não fica difícil imaginar como esta modernização e melhoramentos urbanísticos, ocorreram nos demais municípios do estado.

Ora, se o eleitor/apoiador opera no cotidiano, buscando solucionar os seus problemas ocorridos no trivial, visto que: para o trabalhador ou para além deles, a sua própria saúde é considerada sempre em primeiro plano, podemos levantar uma hipótese a respeito desta prerrogativa.

Ou seja, um atendimento médico fora de um estabelecimento do estado, (hospital ou posto de saúde), como também fora de um consultório particular, e que não é cobrado nem um valor monetário; para o campo político isso se transforma em objeto de troca, ou adquire status de dívida, sobretudo para as classes humildes. Trata-se da prestação de um “favor” que ocorre por um “compromisso” de um indivíduo com o povo, e que acaba solucionando um problema do cotidiano.

Esta relação acaba sendo influenciada pelo espaço, horário e forma como ela se institui, e enfraquece a relação entre democracia e República; se pensarmos nesta prática efetuada por um médico que, ou seja político, ou apoiador de um grupo político institucional. Isso ocorre porque há a confusão de um dever do estado com um favor/benesse que é executado por um indivíduo. A política do Estado Novo carregou esta perspectiva. Quando a imagem do presidente se une ao estado, a tendência é que a imagem de todas as lideranças políticas acabem partilhando desta mesma dívida, formando um conjunto de homens-estado. Este tipo de política pode ser percebido na base do diálogo do governo estado novista com a população.

É verdade que um profissional de qualquer área pode prestar um atendimento gratuito a alguém. Só que, no campo político, e sobretudo se este médico for um político ou apoiador de um político ou grupo; este favor pode acabar sendo cobrado mais cedo ou mais tarde, principalmente se existir uma frequência na prestação do mesmo. É neste ponto que é deturpada a concepção de democracia e República, porque o interessado acredita que por ele ter um vínculo com o pretense político, que pode variar desde amizade até fanatismo; ele pode requerer atendimento exclusivo, prioritário, ou até mesmo se achar no direito de requerer preferência no atendimento onde houver um número significativo de pessoas que, no campo político, são adversários. Porém não nos enganemos, esta via é de mão dupla.

A outra face do filhotismo é o mandonismo, que se manifesta na perseguição aos adversários: “para os amigos pão, para os inimigos pau”. As relações do chefe local com seu adversário raramente são cordiais. O normal é a hostilidade. Além disso, como é óbvio, sistemática recusa de favores, que os adversários, em regra geral, se sentiriam humilhados de pedir (LEAL, 2012. P. 60).

Não é democrático se articular para obter vantagens pessoais em um sistema governamental que busca instituir uma política democrático-republicana. Se na terminologia geral da palavra, república significa: coisa pública, entende-se que toda a sociedade pode ter acesso, sem nem um tipo de restrição relacionada a posicionamento político partidário.

E mais ainda: estabelecer alianças visando o favorecimento de si ou de um grupo em detrimento dos demais, dentro deste sistema governamental democrático-republicano, também não é democrático. Pelo contrário, ao ocorrer, isso acaba abrindo precedentes para a instituição de uma cultura de corrupção, ou barganha, que necessariamente não é restrito ao pagamento ilícito de valores. Ela pode advir de favorecimentos e apadrinhamentos que não necessariamente são representados por dinheiro.

E neste modelo, quando é chegada a hora, como um velho amigo da família que sempre prestou assistência a esta, não importando o dia ou a hora, o amistoso coronel procura aquele seu “amigo” que ele ajudou na busca de um pequeno favor seu, que tem valor de pagamento, e este, nada mais é do que o apoio/voto. Deste modo, a partir desta premissa, passa a existir uma negociação barganhada por um interesse próprio de cada indivíduo envolvido em algum tipo de “comercialização”, e que infelizmente os produtos acabam sendo o voto/apoio, e os benefícios propiciados por ele. Esta falha democrática é baseada no interesse, e ocorre em ambos os lados envolvidos no campo político, institucional ou não. Vejamos logo abaixo um trecho retirado da autobiografia de Leônidas de Castro Melo, para nos aprofundarmos nesta análise:

No estado, durante o meu governo recebi as mais expressivas demonstrações de apreço e solidariedade de todas as classes sociais, da mais elevada às mais humildes. E fato interessante: essas homenagens não tinham apenas o cunho de homenagens ao governante, transparecia em todas um cunho de afeto pessoal. (MELO, 1976. P. 349.).

Porém, são os políticos institucionalizados e coronéis quem acabam por se tornarem os percursores e “professores” de um problema que constitui uma prática real, mesmo que ainda de maneira inconsciente. Se dentro da República brasileira e, sobretudo durante o governo de Vargas cabia ao estado prestar o mínimo de assistência a população, cabe ao próprio estado a obrigação de produzir estes meios, sem necessariamente ter que negociar, barganhar ou até mesmo condicionar a prestação de serviços para com o povo, interferindo nas subjetividades dos mesmos. Da mesma forma não cabe ao povo ou aos coronéis, o direito de utilizar como prerrogativa para a aquisição de “vantagens” pessoais, o voto ou o apoio político. Não consideramos que os meios justifiquem os fins, nestas condições.

A segunda via não difere muito da primeira, porém os mecanismos utilizados são outros. Na segunda via o coronel pode solucionar outros problemas do cotidiano, como um empréstimo em dinheiro, “doação” de algum tipo de produto que venha a sanar o problema cotidiano deste eleitor/apoiador, que pode ser desde gêneros alimentícios, ferramentas de trabalho, tijolos, telhas enfim, algum produto que solucione a necessidade cotidiana de um indivíduo.

Há ainda as despesas eleitorais. A maioria do eleitorado brasileiro reside e vota nos municípios do interior.²⁸ E no interior o elemento rural predomina sobre o urbano.²⁹ Esse elemento rural, como já notamos, é paupérrimo. São, pois, os fazendeiros e chefes locais que custeiam as despesas do alistamento e da eleição. Sem dinheiro e sem interesse direto, o roceiro não faria o menor sacrifício nesse sentido. Documentos, transporte, alojamento, refeições, dias de trabalho perdidos e até roupa, calçado, chapéu para o dia da eleição, tudo é pago pelos mentores políticos empenhados na sua qualificação e comparecimento (LEAL, 2012. P. 57).

As duas primeiras vias versam sobre uma relação do povo com o coronel, político ou apoiador político, através de uma negociação que é estabelecida no plano concreto, palpável. Mas, a terceira via trata-se do plano simbólico. Devido a confusão e uma pretensa nulidade entre o público e o privado, que não ocorre somente dentro das instituições, pois se estende também a pessoa física, a política acaba sendo levada e, constituída dentro das relações interpessoais, ou mesmo sentimentos pessoais; à exemplo a gratidão.

Voltamos a evocar Sergio Buarque de Holanda (1995) neste ponto, para fundamentar esta nossa percepção. Segundo este historiador, a relutância do povo brasileiro em admitir uma divisão entre o público e o privado, também anula as hierarquias e a concepção de direito, abrindo precedentes para a instituição de uma pretensa “dívida” do eleitor/apoiador para com o político institucionalizado ou seus apoiadores que definimos como coronéis. Ou seja, a política acaba pendendo para uma espécie de laços afetivos, mas que necessariamente não precisam estar no plano concreto.

Por este motivo, em muitas vezes acaba não sendo estabelecido uma análise conjuntural de médio ou longo prazo sobre a política direcionada ao coletivo. Ou seja, se um indivíduo é “amigo”, participa do mesmo círculo social de um coronel, podendo inclusive até chegar a convidá-lo a frequentar sua residência em uma ocasião especial, é constituindo um laço de compromisso baseado na consideração social. Nessa situação o indivíduo poderia dizer “Vou votar no candidato indicado por fulano, porque ele sempre me considerou”, ou “Vou votar neste candidato porque eu devo esta consideração a ele”. Vejamos o que Leônidas de Castro Melo tem a dizer a respeito disso.

No estado, durante o meu governo recebi as mais expressivas demonstrações de apreço e solidariedade de todas as classes sociais, da mais elevada às mais humildes[...]. Em muitas delas os oradores evocavam minha vida de professor e de médico, o meu desprendimento pelas recompensas financeiras. Muitos se emocionavam até as lágrimas. Algumas dessas manifestações ficaram na minha recordação como momentos de imperecível conforto moral. Mesmo depois de deixar o governo sempre tive o apoio e a estima de meus conterrâneos. Comprova isso o fato de que quando quatro anos depois me candidatei a deputado federal, haver sido o candidato mais votado de todos os partidos. Candidatei-me em seguida a senador tendo Mathias Olímpio e Joaquim Pires Ferreira como competidores. Apesar da tradição política dos dois obtive votação superior de ambos. (MELO, 1976. P. 349.).

Além disso, é comum muitos destes coronéis se tornarem compadres de indivíduos pertencentes as classes humildes, o que abre também um espaço para o assédio eleitoral.

Esta concepção parte do plano simbólico, e aquela amizade pode representar status de distinção, ou até mesmo proporcionar a aquisição de um emprego, por exemplo, mediado por este influente e amigável político, numa prática que podemos chamar de: apadrinhamento. Este apadrinhamento também não fica restrito apenas a aquisição de um emprego, ele se estende a qualquer tipo de favorecimento em um espaço no qual a necessidade cotidiana do indivíduo estiver presente.

Evidentemente para a classe humilde, a aquisição de um emprego significa a obtenção de um salário e a possibilidade de compra de bens, que necessariamente não precisam ser de grande valor monetário – as vezes uma simples camisa nova para quem só tem camisas velhas, representa uma mudança na sua percepção de indivíduo, dentro do campo social – e que não deixa de ser um bem. Para além disso, a historiadora Rosângela Assunção, que pesquisou a política trabalhista no governo de Getúlio Vargas, nos diz que:

Os trabalhadores tendem a valorizar a legislação trabalhista, pois através desta sentiram as mudanças na sua vida e no cotidiano. Essa apropriação pode ser interpretada como uma estratégia e não apenas pelo envolvimento, digamos inconsciente dos trabalhadores. Não podemos portanto, concluir que estes trabalhadores não sabiam da política repressiva do estado ou que concordavam com todo o discurso produzido. Poderíamos entender como uma seleção do discurso pelos trabalhadores. (ASSUNÇÃO, 2005. P. 77.).

Estes empregos que podem ser arranjos por estes chefes políticos também não precisam estar restritos a cargos dentro da estrutura administrativa do governo. Esta prática existe, inclusive ressaltada por Rosângela Assunção (2005) e discutida no capítulo anterior, mas estes empregos podem ser “doados” em qualquer ramo empregatício que remunere o empregado. Neste ponto é importante ressaltar que: o tipo de remuneração de um indivíduo dentro de um pretense emprego, também poderia variar de valor de acordo com a necessidade cotidiana do indivíduo e a sua intenção de resolver o seu principal problema do cotidiano. Ou

seja, ele pode receber a sua remuneração em dinheiro, mas, esta remuneração também pode ser feita através da concessão de moradia, alimentação, roupas, enfim, todos como forma de remuneração a um indivíduo que se encontre na necessidade de alguma das formas de remuneração supracitadas, ou até mesmo todas.

A transformação do simbólico em real, que ocorre a partir de uma simbiose dentro do espaço existente entre ambos. Isso traz um fator preponderante para que se tome determinados posicionamentos, que é a percepção de si enquanto beneficiado por alguma das duas formas de representação. É o indivíduo que acaba de forma primária definindo os significados para si daquilo que está sendo proposto. Em outras palavras, se o indivíduo tem autonomia de decidir por si, mas também por um grupo, quando empregado a coletividade, a análise do real e do abstrato é feita primeiramente pelo próprio indivíduo, depois disso é que ele analisa esta representatividade para o coletivo.

No entanto, a percepção de medidas inseridas para o coletivo acabam também influenciando os posicionamentos subjetivos de cada indivíduo. Ou seja, todo indivíduo que esteja vivendo em sociedade, em meio a diversas pessoas, instituições, situações, enfim, tem a possibilidade de, tanto estabelecer uma reflexão sobre a malha social—e aí é incluído política, o desemprego, a exclusão social, racismo e preconceitos diversos—e a partir daí, formular um posicionamento, que depende da auto identificação deste indivíduo com o tipo de políticas empreendidas. Isso não está restrito apenas ao campo político institucional; como já ressaltamos, acreditamos que as relações políticas ultrapassam a política institucional, podendo se estender a relações pessoais.

Apontamos estas três vias e estabelecemos uma discursão sobre elas, porque os dados tanto colhidos junto ao IBGE, como a partir da leitura de trabalhos de historiadores que se propõem a discutir o período em questão, no Piauí, nos dão margem para que possamos concluir que: a maior parte da população do estado era de classe humilde, e a escassez de recursos financeiros, somada a precária estrutura governamental criada para dar assistência a população do estado até 1945, não conseguia resolver os problemas de toda a população.

Além disso, consideramos que estas três vias supracitadas tem valor preponderante na formação de concepções políticas por parte do povo, principalmente entre as classes humildes, e por se tratarem de coisas do trivial. Em outras palavras, e isso com base nos números de pessoas alfabetizadas no estado do Piauí na década de 1940: é uma utopia imaginar que em um estado pobre, com uma grande concentração de pessoas não alfabetizadas e com limitações na circulação de informações, todas as pessoas estabelecessem críticas à política e seus agentes sem tomar por base a sua própria percepção no quadro social.

A comunicação efetiva e, sobretudo, as notícias sobre aspectos que envolviam o piauiense, segundo Carvalho (2011, p.16), eram mais divulgadas através do “boca a boca”, fator que reforçava as distorções no processo comunicacional, porém viabilizava o acesso da população menos esclarecida às informações. Essa modalidade de comunicação apesar de fazer com que a população demorasse a ter acesso às informações de um modo geral tornava-se mais eficaz e mais abrangente que o material jornalístico impresso, posto que maior parte da população do estado era analfabeta. (OLIVEIRA, 2016. P. 46).

O Piauí na década de 1940 não era um estado que tinha entre seus habitantes um alto número de intelectuais que estavam estabelecendo críticas ao governo e debatendo política. Porém não estamos dizendo que no estado em questão não existiam intelectuais. O que estamos dizendo é que o número de intelectuais era baixo, se comparado com o número da população, e mesmo, este número de intelectuais estava dividido entre oposição e situação.

Entre os intelectuais o debate a respeito das políticas governamentais, até poderia ocorrer num plano onde poderiam surgir posicionamentos críticos e reflexões teóricas, além da percepção do concreto. Porém, entre as massas não intelectualizadas, o debate acontecia com mais frequência no plano concreto, no “boca a boca” e, sobretudo, dentro da percepção que o trabalhador adquiria ao analisar o seu cotidiano, o seu beneficiamento ou não, e o de seus pares. Ou seja, tendo em vista o alto índice de analfabetismo, já supracitado, no Piauí, um debate de reflexões teóricas a respeito da política governamental, possivelmente ficava restrito as elites intelectuais. As massas estabeleciam suas reflexões e críticas ao governo, através da percepção dos efeitos da política no seu cotidiano.

Por isso Gomes (2005) percebe que a possibilidade de aquisição de bens, é um fator preponderante para a relação do trabalhador com o governo, e com o próprio mundo do trabalho. Mas, para além da aquisição de bens, existe a aquisição de bem estar social, que só é percebido a partir da análise do campo social e das estruturas que nele estão postas. Então, deste modo, podemos concluir que neste aspecto, a política no estado do Piauí parecia estar equilibrada. Porém, não necessariamente isso quer dizer que: no seio das classes sociais, no particular, isso estivesse ocorrendo da mesma maneira. Ou seja, a partir da afirmativa de Gomes (2005), podemos imaginar que existe uma disputa de representatividade social e poder simbólico, mesmo entre o proletário.

4.2 “Entre práticas e representações”: a atuação político-social no estado novo em meio a imprensa

No Piauí, ao longo de todo o governo de Leônidas de Castro Melo, diversas obras públicas foram empreendidas para o melhoramento da infraestrutura da cidade de Teresina,

como Nascimento (2002) apontou. Mas há uma problemática que este historiador levantou em seu livro: *A cidade sob o fogo*, publicado no ano de 2002, que merece ser analisada sob a perspectiva no qual estamos construindo este trabalho, pois ela atua enquanto prática e representação dentro de um sistema governamental, e por sua vez, como já ressaltamos em outros pontos, podem influenciar os envolvidos no campo político.

Além de a modernização de Teresina não ter contemplado toda a população, Nascimento (2002) fala da ocorrência de incêndios criminosos em casas que tinham como cobertura de sua estrutura, a palha. Ou seja, eram casas humildes, em sua maioria, cobertas de palha dentro da zona urbana da cidade de Teresina, e que provavelmente eram de trabalhadores.

Neste mesmo trabalho, Francisco Alcides do Nascimento (2002) aborda a modernização da cidade de Teresina, como já supracitado, empreendendo o melhoramento das ruas, condições de salubridade, abastecimento de água em algumas residências, energia elétrica, enfim. Isso estava ocorrendo durante o governo presidencial de Vargas, e o governo estadual de Leônidas de Castro Melo. Um paradoxo, um problema, pois se o governo estava pensando em modernização e embelezamento da cidade, casas cobertas com palha no centro da cidade não era agradável aos olhos.

Porém, em um outro trabalho deste historiador, intitulado de: *A Revolução de 1930 no Piauí*, publicado em 1994, Nascimento traça a forma como as relações políticas eram estabelecidas no Piauí, e construiu seu texto apoiado numa análise que parte do pré-revolução, e vai até a ascensão de Leônidas de Castro Melo ao poder em 1935. Nas duas obras podemos identificar no debate empreendido pelo historiador, que a política piauiense era marcada, tanto pelo revanchismo, que pode ser interpretado a partir da criação de um sentimento de posse por parte dos grupos políticos, por algo público – ou seja, o grupo político acabava achando que ocupar os postos de comando era um direito inquestionável e, sua permanência deveria ser aceita – como também pela inserção dos apoiadores destes grupos, em cargos públicos.

Assunção (2005) chega a afirmar que não estar inserido de alguma forma a algum posto ou emprego que tivesse ligação ou apadrinhamento político, poderia significar até dificuldades econômicas para o indivíduo. O Piauí em certa medida dependia do funcionalismo público enquanto fonte de emprego e renda para boa parte da população. Ora, o próprio Nascimento (2002) diz que Teresina era uma cidade com um alto número de funcionários públicos.

Por outro lado, os políticos institucionalizados e coronéis, poderiam agrupar a população mais pobre em uma função de trabalho que não fosse um cargo público. Através da

teia de aliados políticos, um indivíduo poderia ser contratado, formal ou informalmente, para exercer diversas funções, desde carregadores nos pontos comerciais ou atendentes, empregos domésticos, professor particular, enfim. Havia algumas possibilidades de empregos em profissões que não eram apenas o funcionalismo público, e o acesso a elas poderia ser mediado pelo coronel/político.

Isso nos dá margem para especular que: se existia um sistema oligárquico que governava o estado do Piauí antes de 1930, e que depois da “revolução” de 1930, e eleição de Leônidas de Castro Melo ao governo do estado em 1935 a partir de uma indicação feita pelo seu antecessor, o interventor Landri Sales; consumada por uma aliança com o grupo das famílias que haviam sido afastadas do poder em 1930, a chegada de Leônidas de Castro Melo ao poder representava a volta, continuidade e compactação em um sistema oligárquico que de fato nunca cessou no Piauí.

Ou seja, com base neste autor, acreditamos que entre 1930 e 1945, o que ocorreu no Piauí foi uma disputa por poder entre os grupos oligárquicos. Segundo o historiador Victor Nunes Leal, uma drástica mudança de posicionamento e apoio político em um sistema coronelista, não é algo atípico, pois,

[...]há nisso tudo uma ética especial: como os compromissos não são assumidos à base de princípios políticos, mas em torno de coisas concretas, prevalecem para uma ou para poucas eleições próximas. Quando vê a necessidade de mudar de partido (o que significa geralmente aderir ao governo), o chefe local — ou o “coronel” — retarda o seu pronunciamento. Se sofreu alguma desconsideração pessoal, ou deixou de ser atendido em pretensão que reputa importante, já tem aí o motivo da ruptura, porque o cumprimento de sua prestação no acordo não foi correspondido pelo chefe a quem emprestou apoio eleitoral (LEAL, 2012. P. 61).

Grupos estes que chegando ao poder, para se manterem era necessário estabelecer negociações de apoio, baseadas na troca de favores e inserção de indivíduos em cargos públicos. Mas, esta prática certamente não ficava restrita a cidade de Teresina. Em 1945 o Piauí tinha 47 municípios, ou seja 47 prefeituras que precisavam de funcionários para serem dirigidas, além de vários órgãos estatais e até federais no estado. Deste modo, mesmo que o coronel/político não conseguisse agregar ao quadro de funcionários todos os seus apoiadores, até por conta de orçamento, quantidade de cargos disponíveis, enfim. Em menor escala, poderiam reproduzir a mesma prática ressaltada por Nascimento (2002) em Teresina, nos demais municípios.

Isso é um fator que não pode ser desconsiderado, pois a presença de um grupo no poder significa a ausência do outro, e se essa ausência põe em risco a manutenção de

privilégios e posição socioeconômica, o principal motivo do revanchismo já pode ser imaginado. Ele não cessa durante os dez anos de governo de Leônidas de Castro Melo. A forma de oposição é adaptada a situação contextual ao qual o jogo político está inserido.

No entanto, há um elemento que deve ser lembrado aqui. Entre 1937 e 1945, foi estabelecido no Brasil a censura aos meios de comunicação por meio do estado ditatorial proposto pelo Estado Novo, em todo o território nacional. O DIP e os DEIPs monitoravam todas as informações a respeito do governo, que circulavam através da imprensa formal.

Celso Pinheiro Filho atribui a censura a queda no número de jornais que circularam no período estado novista. Além disso o governo criou mecanismos que lhe permitiram manipular a relação com as empresas do setor de informação, especialmente a escrita. O monopólio de importação do papel pelo Estado criou dependência do setor. Os empresários ficaram à mercê do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP). (NASCIMENTO, 2002. P. 49.).

Ou seja, fazer oposição ao governo através da imprensa, além de ser uma tarefa difícil, era arriscada, pois poderia significar o fechamento do meio de comunicação, emperramento na aquisição de matéria prima e até punição dos responsáveis, como a jornalista Thamyres Oliveira (2016) apontou em uma pesquisa direcionada a imprensa no Piauí, o empastelamento de jornais “subversivos” pode ser notado. Mas, para além disso, o fechamento de um meio de comunicação poderia representar o fim de uma atividade laboral que rendia proventos e prestígio aos seus envolvidos.

A partir das estratégias e táticas adotadas pelo Estado Novo, o jornalismo piauiense também preparou suas estratégias e táticas para se comportar em meio a esse período, o que não implica que esses veículos jornalísticos posicionaram-se, totalmente, em consonância com a ditadura Vargas, pois consideramos que cada veículo apresentou uma forma peculiar de sobreviver àquele regime, defendendo seus interesses e buscando exercer os movimentos corretos para atingir seus objetivos. (OLIVEIRA, 2016. P. 99).

Elevando os preços do papel e restringindo a compra do mesmo a determinados jornais, o governo poderia exercer uma medida de coesão a imprensa escrita, que de modo geral, só poderiam veicular notícias com a aquisição do papel. Deste modo, para obtê-lo, em tese, teriam que manter o mínimo de agravo ao governo em suas publicações. Situação complexa, pois colocava a imprensa “entre a cruz e a espada”. O Estado Novo era uma ditadura. Porém isso não quer dizer que não tenha havido oposição pública através da imprensa ao governo, tanto de Vargas, como de Melo. Existiram estratégias de discurso para serem veiculadas críticas ao governo, segundo Oliveira (2016).

Neste ponto, também não podemos desconsiderar o caráter subjetivo das relações que são estabelecidas em meio a um campo político, e que defendemos ao longo deste trabalho. Além disso, há o agravante de ser um Estado ditatorial, mas que é mascarado pela simbologia de “amigo do trabalhador”, do bom cidadão, e do desenvolvimento estatal.

Porém, voltando a discursão a respeito do fogo na casa de moradores humildes em Teresina, a jornalista Thamyres Oliveira (2016) pesquisou em sua dissertação de mestrado a imprensa no Piauí durante o Estado Novo, e apresentou alguns dados que são importantes para esta discussão. Com tudo, antes disso, devemos informar que: segundo Nascimento (2002), os episódios de incêndios acabaram esquecidos pela elite política e intelectual da cidade de Teresina. Nascimento ainda ressaltou a dificuldade ao acesso das poucas fontes e que, nestas condições, a saída encontrada foi recorrer a história oral.

Os incêndios são elementos fundamentais na construção do nosso objeto de pesquisa, porque estão relacionados com a ideia de modernização da cidade, com modernização policial, com a forma explícita de repressão e tortura, com a mudança de comportamento dos moradores das “casas de palha” que procuravam, quando possível, mudar a cobertura de suas moradias para telha; outros afastavam-se cada vez mais do centro da cidade e outros mais terminavam por deixa-la, voltando para a zona rural. (NASCIMENTO, 2002. P. 20).

No segundo capítulo deste trabalho, através da análise do número de trabalhadores presentes nos centros urbanos e, confrontados com o número da população, constatamos que haviam trabalhadores que: ou transitavam diariamente entre zona rural e zona urbana para trabalhar, ou acabavam fixando residência em Teresina. Não podemos estimar se todos os moradores das “casas de palha” eram indivíduos que tinham um emprego fixo, ou até mesmo registrado. Mas há de se imaginar, e até devido as condições de suas residências, que estes indivíduos não eram aristocratas. Certamente eram eles: trabalhadores com suas famílias, que entre outras possibilidades, poderiam ser de Teresina, ou terem saído de sua região de origem em busca de trabalho na capital.

Já sabemos que no Piauí entre 1930 e 1945, existiu uma disputa por hegemonia de poder entre grupos oligarcas que se dividiam entre os políticos institucionais e os apoiadores, que também podem ser chamados de coronéis. No meio desta disputa estavam os indivíduos “governados”, e que em sua maioria eram pertencentes às classes humildes e estavam vulneráveis a cooptação política, sobretudo pela sua condição socioeconômica. Ou seja, existia um grupo no poder e um outro fora do poder político, proporcionado pelas instituições. Neste quadro, a inserção das classes humildes ao campo decisório de uma pretensa eleição, poderia colaborar com a volta de um grupo ao poder, ou permanência de outro.

É neste ponto que a política ganha caráter comercial de barganha. O historiador Victor Nunes Leal (2012) aponta que nas eleições de 1945 e 1947, o eleitorado e os políticos/coronéis – e ai não podemos nos esquecer que o Piauí em 1945, embora já com cidades de grande porte para o período, e outras que posteriormente iriam ascender, tanto no cenário político como econômico, ainda era em sua maioria rural – apresentaram indícios de modificação no trato com o voto/apoio dado a ambos. Segundo Leal (2012) é neste momento que passa a existir as chamadas “traições” entre os eleitores/apoiadores, como ocorria entre os políticos e coronéis.

Portanto, passava também a existir os ressentimentos das massas para com os coronéis, sob a égide da “traição”, da mesma forma que existia entre os políticos institucionalizados e coronéis. Desta forma, o povo acaba também compreendendo a política enquanto espaço que, em certo momento, não há definição entre público e privado. Visto a existência de sentimentos pessoais que poderiam determinar a mudança de posicionamento.

Entre os políticos e coronéis isto é percebido no livro: *“Trechos do meu caminho”*, de Leônidas de Castro Melo, quando ele afirma que: “O governante que está prestes a deixar o cargo, em regra começa a perder **amigos** que se dirigem para rumos que lhes parece ser melhor” (MELO, 1976. P. 339. Grifo Nosso). No caso de Melo, em 1945 com a já gradativa falência do Estado Novo, isso era, em certo grau, previsível. Mas, em outras circunstâncias, isso poderia ser sondado através do “boca a boca” que já foi mencionado aqui, enquanto forma de comunicação.

A expressão “amigos”, em um espaço de disputa de poder, não necessariamente significa uma amizade concreta e continua entre estes indivíduos. “Amigos” são como também são chamados os aliados, indivíduos que partilham de algum interesse em comum. Dentro do campo político, “amigos” são pessoas com o qual quem se dispõe a estabelecer uma disputa ou objetivo, pode obter apoio. Só que este apoio acaba sendo fatalmente empreendido mediante uma troca. Estas “traições” podem até ser vistas pelo lado da falta de compromisso, falha de caráter. Porém, para nos ela é entendida a partir de outra percepção.

Se a proposta é de inclusão democrática do povo a um sistema governamental, e que este, guarda o direito do sufrágio do povo a partir das suas escolhas, o termo traição deve ser substituído por tática, a partir da perspectiva de Michel de Certeau (1998), pois em tese, há a possibilidade da livre escolha, retirando o peso de ser “traidor” das costas do indivíduo que por algum motivo estabeleça uma decisão no campo político. Movimentar-se dentro do campo político estabelecendo opções de escolha é uma característica da democracia. Entretanto,

quando empregada ao cotidiano e, visando o bem próprio, pode ser entendida enquanto tática, ou mesmo dissimulação.

Mas, como no transcorrer deste trabalho estamos enfatizando, a capacidade de percepção de mundo e da representação que cada indivíduo atribui a si, dentro do campo social, podendo este se mover de acordo com os seus interesses subjetivos para depois observar o coletivo; a concepção de tática se concretiza, visto que os indivíduos que se encontram no campo político operam no cotidiano. E se operam no cotidiano, logo toda movimentação dentro de um campo político, institucional ou não, pode também ser entendido enquanto uma movimentação consciente. O indivíduo sabe o que quer, e opera golpe a golpe, passo a passo, até chegar ao seu objetivo, valendo-se do que lhe é possível enquanto meio. O movimento queremista, por exemplo, não foi uma manifestação produzida a partir da alienação do povo ao estado, conforme Jorge Ferreira (2007).

Vargas já havia desde o início do seu governo na década de 1930, instituído o direito ao voto para as classes humildes e mulheres. As tentativas de tomada do poder por parte de grupos políticos no Piauí através de ações “revolucionárias” havia sido solucionada após a nomeação do interventor Landri Sales. Este interventor tomou uma série de medidas durante o seu governo, que foram mantidas e incrementadas durante o governo de Leônidas de Castro Melo, como mostra Francisco Alcides do Nascimento (2002). Estas medidas eram tanto estabelecidas pela censura, como de cunho policial. Tanto para garantir a segurança da capital, quanto para buscar suprimir qualquer tipo de ação subversiva contra o governo vinda de qualquer indivíduo ou órgão de imprensa.

Thamyres Oliveira (2016) estudou quatro jornais que circularam no Piauí neste período: O Gazeta, Monitor Comercial, O Piauí e Vanguarda. Infelizmente não obtivemos acesso a estes jornais no arquivo público do estado do Piauí. Nos foi informado na ocasião que eles estavam passando por um processo de digitalização e, deste modo, encontravam-se sob a tutela dos responsáveis pela digitalização. Até conseguimos contato com os responsáveis pela digitalização, mas devido a distância e, de certa forma algumas dificuldades, acabamos, de toda forma, não tendo acesso aos documentos.

Contudo, tivemos acesso ao diário oficial de 1945. Então, com base na análise o diário oficial de 1945 e, da leitura do trabalho de Oliveira (2016), procuramos tentar compreender a conjuntura política que estamos debatendo, de forma que nos seja possível dar segmento ao nosso argumento.

4.3 Os jornais no estado do Piauí durante o estado novo

Antes de começarmos, devemos nos atentar que, os jornais estudados por Oliveira (2016), tem suas publicações situadas no período compreendido entre 1937 e 1945, portanto, durante todo o Estado Novo.

A jornalista descreveu as seguintes características dos quatro meios de comunicação: O jornal *Gazeta*, fundado em 10 de dezembro de 1904, atuou com algumas pausas no seu exercício de funcionamento. No entanto, Oliveira (2016) se voltou a análise dos exemplares do período compreendido entre 1937 e 1945, como já ressaltamos.

O periódico, fundado e redigido inicialmente pelo professor e jornalista Benedito Lemos, contou com a colaboração de Pedro Alcantara de Sousa Brito, Antonio Francisco da Costa e Silva e outros. Nessa fase, o jornal funcionava em tipografia própria, localizada em Teresina, na Praça Saraiva (BASTOS *Apud* OLIVEIRA 2016. P.104).

Segundo a autora observa, este jornal entre as suas pausas no funcionamento, voltou a funcionar durante o governo de Mathias Olímpio em 1926 e, prosseguiu em funcionamento interrompido até 1945. Neste entremeio, passou pelo comando de Benedito Lemos e posteriormente Antônio Lemos, ambos pertencentes a mesma família. Percebemos que o jornal é um negócio de família, e que curiosamente voltou a funcionar durante o governo de Mathias Olímpio. Segundo Thamyres Oliveira (2016) este jornal possuiu dois slogans, o primeiro, utilizado até 1943 era: “Semanário de Interesses Gerais e Especialmente Noticioso”. As impressões eram semanais, mas a notícias não eram atualizadas. Oliveira (2016) ressalta que muitas vezes o atraso entre a impressão e a notícia, variava entre 10 e 20 dias. “A partir de 1943, o jornal passou a receber o nome de diário, no entanto os exemplares não circulavam diariamente. Nessa época, o slogan mudou para “Diário Matutino, Independente, Noticioso e de Interesses Gerais”. (OLIVEIRA,2016. P. 105).

Segundo Oliveira (2016), o jornal enfrentou problemas para manter o seu público leitor durante o Estado Novo, devido a censura e o cerceamento da veiculação de notícias que se referiam ao debate político da conjuntura vigente, como ocorrera em outrora. Podemos levantar aqui a hipótese de que se o jornal *Gazeta*, pode ter mantido algum tipo de ligação política com o grupo de Mathias Olímpio, dado o cruzamento de informações. Este político detinha uma considerável força política no estado, e esta ligação pode ter sido responsável tanto por sua volta ao funcionamento do jornal durante o seu governo, em 1926, como por uma maior censura, bloqueios, e a sua falência em 1944.

Quando o Gazeta ressurgiu em 1945, teve como diretor-proprietário, José Cândido Ferraz, que, conforme Gonçalves (1997, p.135), foi médico e político no Piauí. Nesse período, Ferraz atuava como membro do diretório piauiense na União Democrática Nacional (UDN), partido que se posicionava de maneira contrária à ditadura Vargas. A atuação desse político com relação ao Estado Novo já não era de proximidade. Antes mesmo de sua filiação à UDN e da compra do jornal Gazeta[...] (OLIVEIRA,2016. P. 105).

O jornal Gazeta atuou sempre buscando por meio de estratégias, manter um certo grau de bom relacionamento com o governo. Ora, antes de qualquer coisa, o Gazeta era uma empresa, e como toda empresa, sua existência no mercado lhe asseguraria lucros, manteria os seus proprietários em uma instância social superior, e garantiria status social e um provável desenvolvimento, tanto aos donos e funcionários, como a própria empresa. Isso fazia parte de uma estratégia empreendida pelos proprietários. Quando vendido em 1945,

Além de dar origem a um veículo jornalístico de cunho oposicionista, a estratégia adotada pelo jornal Gazeta também foi essencial para o partido a que seus diretores estavam ligados, uma vez que favoreceria o crescimento de adeptos aos ideais propostos por essa agremiação. (OLIVEIRA,2016. P. 105).

Enquanto empresa, é evidente que não seria de bom tom se mostrar abertamente oposicionista ferrenho do governo, durante o Estado Novo, sendo que existia a possibilidade de mantendo um bom relacionamento com o governo, receber algum tipo de “agrado” do mesmo. A partir de 1945 o jornal passa a criticar o governo, não por uma questão de compromisso com a verdade e com a informação, mas com o compromisso de estabelecer um projeto de desarticulação do governo local, tendo por base, críticas ferrenhas ao mesmo, que faria com que, segundo Oliveira (2016) o Gazeta se tornasse um dos principais redutos de oposição a Leônidas de Castro Melo e Getúlio Vargas.

O monitor Comercial, foi outro Jornal que circulou durante o Estado Novo. Foram analisados por Oliveira (2016) os exemplares que circularam no ano de 1937, inicialmente como revista de publicação mensal. Segundo Oliveira (2016) este jornal também era composto por membros da mesma família, “. Dentre eles, podemos citar L. L de Bittencourt e M.B de Bittencourt Bastos” (OLIVEIRA,2016. P. 122), e abordava vários temas em suas páginas. Mas o curioso é que:

O veículo teve sempre na direção João Bastos, que atuou no Tesouro das Contas do Piauí, em 1926, e foi o primeiro diretor da Fazenda após a revolução de 1930, durante a administração de Landri Sales. Suas influências políticas também lhe concederam em 1935, durante o Governo de Leônidas Mello, a indicação para o Departamento Estadual de Estatística e Publicidade. Essa indicação revela a notoriedade que Bastos possuía diante do governador, que na época, foi eleito com o apoio de Landri Sales e do Partido Nacional Socialista Piauiense (PNSP). As

alianças com Mello permaneceram durante a ditadura Vargas e João Bastos continuou dirigindo o Departamento Estadual de Estatística e Publicidade (MONITOR COMERCIAL, novembro de 1939, p.1 Apud OLIVEIRA, 2016. P. 121).

Oliveira argumenta que este jornal em algumas publicações tentou estabelecer um certo nível de imparcialidade no que se refere a críticas ao governo, inclusive chegando a empreender algumas. No entanto, a ligação do seu proprietário com o governo do estado por meio de um importante cargo adquirido por nomeação, não o permitiam fazer isso de forma incisiva e nem constante. Este jornal se despontava muito mais como aliado do governo, do que como neutro ou contrário.

Para garantir seus interesses e, por consequência, sua circulação, a publicação em estudo empregou táticas que previam um bom diálogo com agentes do Governo, porém é necessário destacar que os representantes locais como o interventor Leônidas Mello, o prefeito Lindolfo Monteiro e o diretor do Departamento de Estatística e Publicidade do Piauí João Bastos tiveram mais notoriedade que os membros do Governo em âmbito federal. Consideramos que o raio de circulação do jornal foi um fator decisivo no emprego desse movimento tático. Como o periódico possuía mais ênfase no Piauí e em alguns estados vizinhos, como o Maranhão, deu-se maior notabilidade às ações desses representantes, que, por sua vez, possuíam influências também na esfera federal e poderiam interceder pela publicação. (OLIVEIRA, 2016. P. 134).

De fato há a existência de uma tática de distanciamento, até por conta da sobrevivência do periódico no mercado, que tem por objetivo atingir o maior número de clientes possível. Porém, a ligação do seu proprietário ao governo, o que no estado do Piauí não era velado, denunciava a proximidade do veículo de comunicação, ao governo. Criar uma narrativa que busca se distanciar do governo, é uma tática que é empregada muito mais a sociedade consumidora do periódico, do que de fato a uma estratégia de circulação dentro de um regime autoritário. Em um estado que entre as décadas de 1930 e 1950, a principal fonte de renda e acúmulo de poder era pertencer ao grupo político que estava no poder, salvo uma exclusão do grupo, era incoerente atacá-lo. Seria como atacar a si próprio, dar um tiro no pé.

Outro veículo de comunicação que circulou durante este período, foi o jornal O Piauí. Fundado ainda no final século XIX, em 1867, este veículo de comunicação atravessou diversas fases, sempre tendo em meio as discursões de suas publicações a conjuntura política e partidária. Segundo Oliveira (2016), em 1937 este jornal havia passado um tempo fora de circulação, e tentou voltar. No entanto, devido a divergências ideológicas com o regime teve a sua circulação interrompida, sendo retomada apenas em setembro de 1945.

Na 5ª fase, O Piauí recebia o slogan de jornal político e de interesse coletivo e, conforme Bastos (1994, p. 298), pertencia à União Democrática Nacional (UDN), mantendo assim a cultura de servir a partidos políticos já executada na primeira fase do jornal. Nesse momento, o jornal tinha oficina própria que funcionou na rua Coelho Rodrigues, posteriormente na rua Álvaro Mendes; e contou com José Epifânio de Carvalho, no cargo de redator-chefe e Walter Borges Pereira, como diretor-gerente. (OLIVEIRA, 2016. P. 139).

Percebemos então que dos três jornais já citados, dois eram de oposição, tanto ao governo do estado, como ao governo federal. No entanto, segundo Oliveira (2016), estes jornais buscaram estabelecer táticas que proporcionassem um bom relacionamento com o governo. O outro jornal que circulou naquele período foi o Vanguarda, e que Oliveira (2016) aponta o seu período de funcionamento durante o ano de 1939. Este veículo de comunicação, como destaca Oliveira (2016), buscou abordar temas que se distanciassem do debate político, enfocando sobretudo temas relacionados a cultura e arte.

Como o posicionamento adotado pelo jornal não deve ser dissociado da conjuntura em que ele foi inserido, devemos enfatizar que, durante o Estado Novo, a cultura também foi objeto de intervenção do Governo e, de acordo com Capelato (2009, 101), as manifestações culturais só poderiam acontecer permeadas por fatores políticos. Como bem afirma Rêgo (2013, p. 1-2), nesse período em que o país vivia sobre a tutela do DIP, os meios de comunicação e, sobretudo, o jornalismo passaram a divulgar as artes que o Estado julgava conveniente e importunar as artes praticadas por grupos considerados ameaçadores do regime. Porém, embora o segmento cultural tenha sido perseguido pelo Estado as intervenções nesse periódico não foram tão incisivas, pois nem sempre o conteúdo cultural do jornal veio acompanhado de aspectos da ideologia estado novista. (OLIVEIRA, 2016. P. 157).

Deste modo, somado ao diário oficial do Estado, concluímos que dos cinco veículos de comunicação, dois eram oposicionistas, e três eram situacionistas. É verdade que dos três situacionistas, dois, nós não podemos afirmar que funcionaram até 1945, salvo o diário oficial. No entanto, Oliveira (2016) conclui que: mesmo os jornais oposicionistas tiveram que estabelecer boas relações com o governo, sobretudo pelo monopólio da importação de papel por parte do mesmo, como por benefícios que poderiam acabar sendo concedidos ao veículo de comunicação que mantivesse um bom diálogo com o governo. Mesmo entre imprensa e governo, percebemos que há uma negociação que visa a preservação de interesses. Esta relação também acaba modulada pelo subjetivo dos indivíduos envolvidos, e não deixam de adquirir caráter político.

Só que a ditadura estado novista não trabalhava apenas com a informação e resultados concretos enquanto repressão e meio de manter um equilíbrio no jogo político, como vem sendo enfatizado neste capítulo. Para além da repressão e censura existia a promoção do governo, a propaganda, e esta, também acabam sendo percebida no cotidiano, sobretudo

quando materializada. É instituído um governo que trabalha com políticas de representatividades, mas também com o real, o palpável, que em tese é direcionado a coletividade, mas que acaba sendo percebido de acordo com as subjetividades dos indivíduos envolvidos no campo social, de forma consciente.

Deste modo, a ausência de fontes que abordem o problema dos incêndios às casas de palha em Teresina, pode ser entendido como um silêncio forçado, ou até mesmo negociado, sem inúmeros registros, pois ficando apenas na memória dos indivíduos, a probabilidade de esquecimento ou deturpação da informação não deixa de existir. Deste modo, sem registros, a memória pode deixar de existir junto com a possibilidade de se identificar os culpados. Agora pensemos: Se a censura e potenciais alianças que poderiam ser feitas entre meios de comunicação e governo, a fim de silenciá-los era uma realidade; qual seria a via pelo qual se poderia fazer oposição a um governo que no Piauí, em tese, mantinha uma boa relação com o povo, sobretudo entre as classes humildes?

Como já foi ressaltado por Nascimento (2002), existia o revanchismo político entre as facções, mas os calorosos debates de outrora nos jornais não poderiam mais ocorrer. Somado a isso, com a inserção dos trabalhadores ao quadro de votantes/apoiadores que poderiam acabar decidindo uma disputa eleitoral, e estes sendo em sua maioria analfabetos; quais as medidas que o grupo político oposicionista poderia tomar para mobilizar um eleitorado que, aparentemente estava satisfeito com seu governante?

Pelos dados que Francisco Alcides do Nascimento (1994) nos fornece em: “*A Revolução de 1930 no Piauí*”, e todos os problemas de comunicação, apadrinhamentos, instituição de laços afetivos, enfim, a via mais curta naquele momento poderia ser a difamação do regime ou políticos pertencentes a ele, frente a população. Com a imprensa censurada, isso só poderia ser feito através dos diálogos informais. Mas, para estes diálogos ganharem repercussão e, adquirirem resultados, era necessário existir um motivo forte o suficiente para atingir uma modificação da percepção que as massas tinham da representação do governo. Dentro de um sistema de governo que mantém “coronéis” enquanto seus apoiadores, ações violentas entre forças políticas acabam se tornando uma via estratégica para minar o governo. O problema é o quanto e, quem vai se prejudicar.

O grupo político que estava fora do poder, e que outrora tinha disfrutado dos benefícios do mesmo, estavam dispostas a voltar. A criação da UDN no Piauí é marcada pelo agrupamento de todas as facções políticas que estiveram fora do poder durante todo o governo Melo. Neste ponto pode vir à tona a pergunta: de quem foi a responsabilidade dos incêndios?

Segundo Ângela de Castro Gomes, durante o Estado Novo “[...] a relação entre política social e proteção ao trabalho não podia restringir-se ao pagamento de alguns benefícios que significavam uma intervenção *expost* do estado” (GOMES, 2005. P. 243). O Estado deveria envolver-se na vida do cidadão por completo, e isso é notado na pedagogia utilizada pelo Estado Novo, incentivando a civilidade, o trabalho e a preservação dos bons costumes, ultrapassando as barreiras do público e do privado. “Seus objetivos eram mais complexos, pois visavam impedir a perda da saúde e estimular a capacidade de trabalho, através de melhores condições de vida” (GOMES, 2005. P. 243).

Dentro desta análise, percebemos que a modernização de Teresina fazia parte do programa governamental de melhoramento em saúde e urbanização, que melhoraria o desempenho do trabalhador frente ao seu trabalho e construção de um país forte. No entanto, há mais um elemento.

Se o estado se voltava para o homem, era pela família que ele o atingia mais profunda e rapidamente. Ela era a “*célula política primária*”, leitmotiv do esforço produtivo dos indivíduos. Casa e família eram praticamente uma mesma coisa[...]. A preocupação da família era uma questão central da proteção do homem brasileiro e do próprio progresso material e moral do país[...] (GOMES, 2005. P. 243-244).

Se no Piauí a relação do governo com as massas trabalhadoras estava “bem”, se Leônidas de Castro Melo estava alinhado com o governo Vargasista, e, mesmo que no Piauí não existisse o mesmo desenvolvimento econômico e empregatício da região centro-sul; era necessário existir algum tipo de política de tratava de aproximar políticos, apoiadores/coronéis e as massas.

A intensidade dos incêndios de 1941 motivou a proposta de criação dentro da força pública, de um grupamento de bombeiros. No ano seguinte, Evilásio Vilanova viajou para o rio de janeiro para adquirir equipamento material. O Decreto-Lei n.738 de 29 de 1942” Abre crédito especial de Cr\$ 163.507,90 (cento e sessenta e três mil quinhentos e sete cruzeiros e noventa centavos), para pagamento da aquisição e transporte de três carros tanques destinados a Sessão de Bombeiros da força policial do Estado. (NASCIMENTO, 2002. P. 102).

Ainda foi necessário o desembolso de uma quantia de Cr\$ 80.562, 60 (oitenta mil quinhentos e sessenta e dois cruzeiros e sessenta centavos), para que de fato o corpo de bombeiros pudesse entrar em funcionamento no estado, segundo Francisco Alcides do Nascimento (2002. P. 103). Ora, se a política Vargasista e suas propagandas procuravam estabelecer laços afetivos com os trabalhadores através da percepção que estes poderiam adquirir de si, dentro de um sistema governamental, estas medidas são a materialização de um

discurso que representa a preocupação do governo com o povo, que são os eleitores/apoiadores das classes humildes. No estado do Piauí, mesmo que tardiamente esforços tenham sido empreendidos para combater os incêndios por parte do governo; é de nítida percepção que alguma medida foi tomada. O ataque criminoso incendiando as residências dos trabalhadores que viviam nestas moradas humildes, por parte do governo, é profundamente incoerente, visto que Vargas e seu aparato governamental buscavam garantir o apoio dessas massas, dos trabalhadores.

Com base nas informações que obtivemos ao longo da leitura de todos os historiadores e teóricos ao longo deste trabalho, podemos constatar que os incêndios foram criminosos, mas sobretudo podem ter sido uma estratégia política. No entanto, se tiverem sido empreendidos pelo governo foi uma medida “suicida”, um tiro no pé que poderia custar a impopularidade de membros do governo e coronéis, ao ponto de até excluí-los do campo político.

Segundo Bourdieu (2005), dentro do campo político existem tensões entre os agentes e pretendentes ao campo. Desta forma, os dominados tratarão de empreender estratégias de subversão para que eles possam alcançar a possibilidade de ingresso ao campo e ao jogo político. Da mesma forma os dominantes vão empreender medidas que possibilitem a sua permanência na condição de dominantes.

Se com a inserção dos trabalhadores ao campo político com poderes decisórios ocorrido a partir do governo Vargas, dá a eles o poder de chancela para agrupar os pretendentes aos postos institucionais, segundo Bourdieu (2005), tem que haver o mínimo de sintonia entre candidatos, coronéis e eleitores/apoiadores para dar origem a uma compactação de interesses. Compactação esta que acaba por formar um bloco, ou partido político, já discutido no início deste trabalho.

Com base no relato das disputas de poder que o próprio Nascimento (1994) faz, é provável que os incêndios criminosos tenham sido uma estratégia da oposição a fim de destruir qualquer nível de boa relação ou cumplicidade entre povo e governo situacionista. Acreditamos que por esta incoerência, os responsáveis podem ter sido membros da UDN, entre políticos institucionalizados, coronéis e eleitores/apoiadores. Este tipo de estratégia política foi notada pelo próprio Leônidas de Castro Melo:

Em outubro de 1945 a campanha eleitoral no Piauí estava no seu apogeu, com tremenda exaltação de ânimos. **A UDN nos seus comícios fazia da agressividade ao interventor, meio de conduzir-me a prática de violências que pudessem ser exploradas em seu proveito [...]** A aposentadoria dos Desembargadores; os incêndios em Teresina; crimes ocorridos no interior, eram temas preferidos

atribuídos ao interventor, sistematicamente evocados por todos os oradores. (MELO, 1976. P. 353. Grifo nosso).

Contudo, mesmo entendendo que a fala de Leônidas de Castro Melo possa carregar um certo grau de defesa a si próprio, e seu partido, percebemos que ela também carrega elementos que não podem deixar de ser considerados. A queixa de Melo é por conta das críticas a sua pessoa, que pela percepção política daquele contexto, não se desvinculava do Leônidas Melo interventor.

Para além disso, nós podemos perceber que a difamação de um governante ou partido, é quase uma regra, no que se refere a “fazer política” no Piauí daquele contexto. A disputa política era acirrada, mas os debates não necessariamente ficavam na discursão de ideologias, ou questionamentos administrativos. O debate era de cunho pessoal, pois dentro do modelo político representativo, toda representação que a agremiação partidária pudesse possuir, era transplantada para o indivíduo, ou vice-versa.

Para um sistema governamental ditatorial que propõe uma abertura democrática e, tem interesse em se manter no quadro político, a análise desta prática e a má repercussão dela entre as massas, pode significar a perda de prestígio de um governo, em detrimento da ascensão de outro grupo em uma disputa eleitoral. Deste modo, a partir de agora nos atentaremos a discursão a respeito do resultado das eleições de 1945.

4.4 “Um tiro no pé ou consciência?”: o cenário pré-eleições de 1945

Como já consideramos no tópico anterior e, como Francisco Alcides do Nascimento (2002) nos informou, a UDN foi sendo formada no Piauí a partir dos grupos políticos que estavam fora do poder. Mas, voltamos a lembrar, a disputa política no Piauí era pelo poder, e pelas regalias que ele poderia fornecer. Da mesma forma, e com o mesmo objetivo, o governo federal iniciou a sua articulação para se preparar para as eleições de 1945. De início, citaremos mais uma das estratégias que a Lei Constitucional n.º 9, ou “Lei Agamenon”, de 1945 carregou.

Esta mesma lei mantinha em vigência a Lei n.º 2 de 1938, que por sua vez, reestabelecia por tempo indeterminado a vigência do artigo 77 da carta de 1937, o qual facultava ao Presidente da República a decretação da aposentadoria ou reforma de funcionários, civis e militares, sem que de tal ato coubesse qualquer apreciação judiciária. (SOUZA, 1976. P. 111).

Este dado é importante, pois a partir desta medida Vargas poderia manter seus aliados políticos que haviam sido agrupados em diferentes instancias do poder executivo e judiciário, em algumas funções, pelo menos até transcorrer as eleições. Isso se estendia a todo o território nacional, ou seja, no Piauí os funcionários nomeados por Leônidas de Castro Melo também permaneceriam em seus cargos. Segundo Ângela de Castro Gomes “Tudo indica que foi a partir do final do ano de 1941 que os primeiros esforços mais diretamente ligados com a questão de formação de um partido começaram a ser desenvolvidos no Brasil”. (GOMES, 2005. P. 267). Esta medida advinha do lado governista e a proposta era da sigla partidária se chamar UCB. Ainda segundo Gomes (2005), o modelo de formação deste partido teve inspiração na Argentina, mas foi adaptada para o tipo de política que estava sendo executada no país, podendo variar de: União Cultural Brasileira, para União Cívica Brasileira, quando conveniente.

Outros aspectos devem ser mencionados para a exata compreensão do processo de redemocratização: o da iniciativa de reavivar as atividades políticas e de lançar as bases das organizações partidárias que se iriam formar, e o s reflexos internos da situação internacional ao aproximar-se o final da Segunda Grande Guerra. (SOUZA, 1976. P. 118).

Com tudo, segundo a historiadora Maria do Carmo Campello de Souza (1976), o “Manifesto dos Mineiros” de 1943, marca o início da oposição aberta ao governo, e “foi também a partir daí que se iniciou a formação da UDN” (SOUZA, 1976. P. 108), que se reuniu em torno da candidatura de Eduardo Gomes. Neste ponto, Gomes (2005), indica que: a articulação de um partido do presidente poderia não ser bem vista pela população, resultando no abandono do projeto da UCB. Marcondes Filho, então ministro do trabalho, “[...] desde meados de 1942 até pelo menos meados de 1944, sustentou que toda e qualquer iniciativa que envolvesse procedimentos eleitorais deveria ficar adiada para depois da guerra” (GOMES, 2005. P. 269). Isso não significa que não estivessem ocorrendo mobilizações no intuito de se formarem partidos opositoristas, como já mencionado, o caso da UDN.

“O ano de 1943 foi o da criação e atuação da comissão técnica de Orientação Sindical, e foi também o ano em que claramente se falou da necessidade de estender a legislação social ao campo, o que envolvia teoricamente a sindicalização rural”. (GOMES, 2005. P. 269). Todos estes elementos e, muitos outros, que não daríamos conta de discutir neste trabalho, influenciaram direto ou indiretamente na Lei Constitucional n.º 9, ou “Lei Agamenon”, de 1945. A falência do Estado Novo e a mobilização de oposições ocorriam em todo o país, e

logo, com a abertura do regime, os partidos puderam ser novamente legalizados, mesmo que a pugna, inclusive o PCB (Partido Comunista Brasileiro).

Em meio a movimentação do governo e seus articulistas em montar um “esquema” estratégico para poder agir, dentro do campo político, segundo gomes (2005) foram adicionadas algumas peças no cenário político em 1944.

Dois fatos caracterizam sobremaneira o que se procura ressaltar: a saída de Marcondes Filho do Ministério da Justiça, com a vinda de Agamenon Magalhães, e a volta da temática partidária aos debates e às articulações políticas no momento. Evidentemente, estes dois fatos estão intimamente relacionados, pois Agamenon – juntamente com Amaral Peixoto e Benedito Valadares – seria um dos pilares da criação do Partido Social Democrático, o PSD. Enquanto isso, Marcondes apenas na pasta do trabalho, dava prosseguimento às articulações de propaganda em que estava engajado desde 1942. (GOMES, 2005. P. 278).

O PSD surgia de dentro do governo, sobretudo pela necessidade de combater a já indiscutível candidatura de Eduardo Gomes pela UDN. “Menos eficaz no plano simbólico e evidentemente menos marcante enquanto oposição, desenvolvia-se, contudo, em linhas paralelas, a atividade da máquina getulista, cuja forma palpável viria a ser o PSD” (SOUZA, 1976. P. 109). Segundo Gomes (2005) este fez necessário pelo fato de Vargas precisar retomar o diálogo com as bases de organização partidária, que também estavam espalhadas pelos estados da federação. Um ponto discutido, segundo Gomes (2005), era a relutância na aceitação por parte de Getúlio na regionalização dos partidos políticos. Ou seja, segundo Souza (1976), para Vargas, a formação de um partido teria que partir do centro para a periferia, o que possibilitava um “calço” formado a partir das interventorias estaduais.

Ainda segundo Souza (1976), esta estratégia visava também limitar o número de registros de partidos em 1945, e foi pensada no intuito de minimizar a força oposicionista, estabelecendo uma série de exigências para o alistamento de eleitores e candidatos através do “Decreto-lei n.º 7.856, de 28/05/1945, em cuja feitura o Ministro da Justiça, Agamenon Magalhães, teve participação acentuada[...]”. (SOUZA, 1976. P. 113).

“Sabe-se que em fins de 1944, o general Dutra foi sondado como possível candidato da oposição à Presidência da República. Manobra, naturalmente, para dividir o círculo varguista, onde já se percebiam dissensões visíveis” (SOUZA, 1976. P. 113), pois Dutra manteve-se como membro do governo enquanto ministro da guerra na década de 1940, mais precisamente até 1945, ano das eleições. “O PTB, neste sentido, nasceu ao mesmo tempo que o PSD, já que ambos resultaram da frustração do projeto de partido único de massas que vinha

sendo acalentado pelo Estado Novo” (GOMES, 2005. P. 282), e que até então, não descartava a possibilidade da candidatura do próprio Getúlio Vargas.

O PTB, segundo Souza (1976), surge a partir da articulação entre Marcondes Filho, então ministro do trabalho, e Vargas. Ou seja, percebe-se que Vargas mantém articulações com dois partidos, mas não se vincula a nem um dos dois, inicialmente. Existe um certo grau de discordância a respeito da formação do PTB, se analisarmos a forma como os historiadores: Jorge Ferreira (2007), Ângela de Castro Gomes (2005) e Maria do Carmo Campello Souza (1976) veem este cenário. Esta divergência ocorre quando o PTB é relacionado com o movimento queremista, pois a origem de um se confunde com a do outro. No entanto, não é nossa intenção entrar nesta discussão. O que podemos afirmar é que o governo havia articulado na organização de dois partidos, que se propunham a dialogar com duas instâncias de poder decisório do iminente pleito eleitoral de 1945: as interventorias e, consequentemente oligarquias estaduais, e as massas.

No Piauí, como pode ser percebido no livro: *“Trechos do meu caminho”* de Leônidas de Castro Melo, publicado em 1976, e até pela sua permanência no governo durante todo o Estado Novo, a relação do governo estadual com o federal era boa. Melo ao longo de algumas páginas do seu livro, que é uma autobiografia, tece elogios a figura de Vargas e ao seu governo, apresentando inclusive gratidão pessoal por um “apadrinhamento” direto do presidente e ministros para resolver problemas de cunho pessoal do cotidiano, do próprio Melo.

Um desses apadrinhamentos foi o que ficou conhecido como “o caso dos Desembargadores”, quando Melo resolveu aposentar alguns desses magistrados para a nomeação de outros, que entre alguns motivos, podemos citar que um dos futuros Desembargadores era seu irmão, Eurípedes de Castro Melo; que acabou nomeado.

Durante todo o longo período do meu governo sempre fui prestigiado pelo Presidente Getúlio Vargas. E apesar de posteriormente nos havermos distanciado politicamente, **proveito esta passagem para render-lhe aqui a homenagem do meu respeito e da minha grande admiração.** Foi ele um dos maiores estadistas do Brasil, a quem a pátria deve inestimáveis serviços, prestados às vezes com o risco da própria vida. (MELO, 1976. P. 347. Grifo nosso.).

Apesar do passar dos anos, e da citada mudança de posicionamento político entre Melo e Vargas, não podemos desconsiderar que a homenagem rendida por Melo à Vargas, é real, e só é real porquê de alguma forma o próprio Leônidas carrega consigo o sentimento de gratidão, obtido a partir do laço de cumplicidade estabelecido dentro do campo político por

um determinado período, e que lhe rendeu algum benefício. Além disso, Leônidas de Castro Melo também tecia relações amistosas com Eurico Gaspar Dutra.

Devo também mencionar o prestígio a distinção que sempre recebi do General Eurico Dutra, durante todo o tempo do meu governo. As atenções que me dispensava iam além de simples prestígio oficial. Honrava-me com a sua amizade pessoal. Rara era a vez, quando ia ao Rio, em que não recebesse convite para jantar com ele em sua residência[...], o jantar tinha caráter quase íntimo[...]. Quando era Ministro da Guerra convidei-o a visitar o Piauí. **Cordialmente** atendeu o convite e fez viagem especial à Teresina, hospedando-se comigo em Palácio e aqui se demorando dois dias. (MELO, 1976. P. 348. Grifo nosso.).

Mais uma vez podemos perceber a confusão entre público e privado. É evidente que estas relações não eram estabelecidas apenas pela simples amizade, uma vez que os “amigos” no campo político, ao qual já fizemos referência anteriormente, muitas vezes não significa uma amizade, de fato. Com tudo, o que se observa é que: da mesma forma que Vargas apresentava-se com duas opções de articulação política, Melo tinha também dois “ranchos” fortes onde ele poderia “amarrar o seu cavalo” e o da sua “tropa” de correligionários e apoiadores.

Desde o início do ano de 1945 a efervescência política tomava conta do País, e ia gradativamente ganhando ainda mais impulso, sobretudo a partir da explosão do movimento queremista discutido por Ferreira (2007). Só que como aponta Gomes (2005), Dutra não era o candidato do ministério do trabalho, o que convergia para o lançamento da candidatura de Vargas a presidência, pelo PTB, ou como nos aponta Ferreira (2007), pelo menos a instituição de uma assembleia constituinte com Vargas no poder, para depois serem realizadas as eleições. Esta proposta, ainda segundo Ferreira (2007), também partia dos membros do movimento queremista.

Mas, outro elemento aqui é importante ser ressaltado. O Decreto-lei n.º 7.856, de 28/05/1945, enquanto medida governamental, interferia na forma de alistamento eleitoral para o pleito deste ano, era o alistamento ex-officio. “Face à precariedade dos recursos disponíveis e à provável lentidão do alistamento eleitoral, foi permitido o registro de blocos de eleitores e agências governamentais” (SOUZA, 1976. P. 121). Esta medida trata-se de um recurso instituído pelo governo, face as articulações que o governo Vargas estabeleceu “concernente ao funcionalismo público e aos sindicatos, pelo qual o getulismo expande o eleitorado ao mesmo tempo que o compromete.” (SOUZA, 1976. P. 121).

Mas, esta medida não estanca apenas nessas duas possibilidades, recordamos que nos estados, através dos coronéis, as medidas governamentais se confundiam com apadrinhamentos e favores empreendidos, tanto pelos políticos institucionais, como pelos

coronéis. Ou seja, este comprometimento, em tese, também poderia ser estabelecido por meio da informalidade, somente pela garantia da palavra e comprometimento de um indivíduo ou grupo, com o seu “líder” local.

Em junho de 1945 é fundado o PSD, no Piauí.

Só em 1945, quando a nação preparava-se para a nova fase constitucional, foi autorizada a criação de novos partidos. Surgiram então duas grandes organizações partidárias: o Partido Social Democrático (P.S.D), de apoio ao governo; e a União Democrática Nacional (U.D.N), de oposição[...]. Coube-me a honra de fundar a Seção Piauiense do Partido Social Democrático (P.S.D), o que se realizou na noite de 17 de junho de 1945[...]. (MELO, 1976. P. 339.).

Até ai as coisas pareciam transcorrer com uma relativa tranquilidade para Melo, pois além de ser “amigo” do governo, agora era membro do partido do seu “amigo” Dutra, candidato à presidência pelo PSD e, ambos pareciam aliados e caminharem para a vitória. A nível nacional e, com a crescente força do quererismo pedindo a constitucionalista com Vargas, aumentava o ego político de Getúlio, que de certa forma, passou a estabelecer uma certa relutância a uma eventual permanência no poder, como nos mostra Ferreira (2007).

De certo, isso era uma estratégia, pois “embora cauteloso, aproveita-se da candidatura de um general e um brigadeiro para dividir as forças armadas. Se conseguisse enfraquecer os dois candidatos[...], poderia sair vitorioso” (FERREIRA, 2007. P. 35.), pois ainda segundo este historiador, Vargas agora contava com o apoio do mítico Luís Carlos Prestes. Porém, em 21 de setembro, “a UDN inaugurou a prática, comum em suas fileiras durante os 19 anos seguintes, de recorrer as Forças Armadas para a resolução de seus próprios problemas políticos” (FERREIRA, 2007. P. 36.). Temendo a derrota nas urnas, ou até mesmo um novo golpe de estado, os dirigentes da UDN pediram garantias para que o pleito ocorresse de forma livre, e,

[...] a 29 de Outubro, a menos de sessenta dias da eleição, sobreveio inesperadamente, grande catástrofe que eu nunca pensara puder acontecer e nem de leve jamais me passara pela mente: os dois candidatos à presidência da república, General Eurico Dutra (P.S.D) e Brigadeiro Eduardo Gomes (U.D.N), ambos, então, as mais prestigiosas figuras das Forças Armadas, uniram-se e depuseram Getúlio Vargas, entretanto o governo da nação ao presidente do Supremo Tribunal Federal, Ministro Linhares, até a realização das eleições. Estava assim eu, automaticamente, e de modo inesperado, destituído da interventoria. Ao receber a notícia fiquei atordoado, tal o choque. No meu atordoamento divisava, entretanto, uma réstia de esperança: o general Dutra sempre me distinguira, sempre se mostrava meu amigo. (MELO, 1976. P. 353-354.).

Não encontramos nem uma referência a um movimento quererista no estado do Piauí, no entanto, Leônidas de Castro Melo também acabou destituído do governo através de um,

talvez, indigesto telegrama do seu “amigo”, Dutra. Melo (1976) aponta que esta medida constituiu uma verdadeira hecatombe política, que não só atingiu a ele enquanto interventor, mas a todo o PSD que, no Piauí, era ele quem presidia.

A deposição de Getúlio, a mudança de interventor, demissões em massa que ocorreriam e, fatalmente refletiriam na política do estado do Piauí para o pleito de 1945, que praticamente estava à véspera, trariam consequências para a eleição. De qualquer modo, o que se percebe neste momento é um distanciamento entre uma provável aliança PTB e PSD, ambos fruto do governo.

No entanto, Leônidas de Castro Melo não desanimou. Passado o choque e, estabelecidas algumas reuniões, como o próprio Melo (1976) cita, a vida seguiu, o jogo político não poderia parar. Melo continuou fiel ao seu partido, e continuou apoiando Dutra, mesmo depois de destituído do cargo. A vitória do PSD a nível nacional poderia lhe lograr algum tipo de benefício, uma vez que além de ser o presidente da sessão do partido no Piauí, era um político, médico e professor, com experiência. E acabou se candidatando ao senado.

Na semana seguinte em que deixei o do governo prossegui com os comícios em Teresina, centro e subúrbios, e organizei caravanas que percorreriam o interior. A todos os comícios eu comparecia e era um dos oradores[...], visitei Picos, Floriano, Parnaíba e todas as cidades do norte e centro do Estado, em todas realizando entusiásticos comícios (MELO, 1976. P. 353-354.).

A nível nacional, a deposição de Vargas havia dado fôlego à candidatura de Eduardo Gomes pela UDN. Mas, as eleições ainda não estavam decididas. Ferreira (2007) aponta que a deposição de Vargas, havia feito com que ele e o PTB se afastassem de Dutra e do PSD. Não podemos deixar de mencionar que o PCB também lançou seu candidato, Yedo Fiuza, e tinha uma emblemática representação no quadro social. “Os comunistas apresentavam como trunfo a imagem emblemática do cavaleiro da esperança e uma militância aguerrida[...]” (FERREIRA, 2007. P. 40.).

O PSD dispunha de bom volume eleitoral nos estados, sobretudo pelo intermédio dos interventores e coronéis. Mas, o PTB tinha Vargas, e toda uma “magia” que havia sido construída ao seu redor. Não podemos comprovar que foi uma estratégia política dissimulada, mas a recusa de Vargas a apoiar Dutra resultou em uma série de eventos que culminou numa infeliz expressão do Brigadeiro Eduardo Gomes em um comício, quando afirmou não precisar da “malta” para ganhar eleições.

Segundo Ferreira (2007) a partir daí Hugo Borghi, que era um dos líderes queremistas, habilmente transformou a afirmativa do brigadeiro em fator preponderante para a desilusão

dos eleitores das classes humildes que começaram a pender para a UDN, com este candidato. O mesmo Borghi, especulando que se a UDN vencesse as eleições poderia retirar direito dos trabalhadores, apelou a Getúlio e ao seu apoio, tendo em vista a sua benevolência para com as classes humildes. Não podemos desvincular este tipo de análise a nível nacional, da análise que fazemos em relação a política no Piauí. No entanto, o acordo só “seria selado com Dutra, desde que ele garantisse a manutenção das leis sociais e o ministério do trabalho para o PTB” (FERREIRA, 2007. P. 40.). Em 29 de novembro de 1945 é selado, o já quase improvável acordo entre Vargas e Dutra, PTB e PSD.

De certo, faltando apenas três dias para as eleições, esta “novidade” talvez não conseguisse chegar a todos os estados e municípios da federação. Mas não podemos deixar de especular que: a política varguista, quando intermediada nos estados pelos seus interventores, que no caso do Piauí foi o mesmo durante dez anos, poderia ter sido cristalizada em muitos setores; e como o eleitorado opera no cotidiano, são os políticos locais e coronéis quem primeiro tem contato com este povo.

Em tese, a popularidade ou impopularidade que Leônidas de Castro Melo havia adquirido no Piauí, estando ele a frente de uma campanha eleitoral que apoiava um candidato a presidente, para as massas, a figura de Melo e seus correligionários era o que poderia definir o apoio do povo, ou não.

Em outras palavras, se durante o governo Melo os trabalhadores se mostravam pacíficos em relação ao governo, é porque de certo modo confiavam em seu líder, e se este por algum motivo resolvesse mudar de candidato, fazia isso em busca do melhor para o seu povo. Desta forma, apoiando Dutra, Melo estava apontando o “melhor” para o povo. Além de tudo, o fato de Dutra ter feito parte do Governo Vargas contribuía para uma boa imagem do mesmo, pelo menos entre os que apoiavam o Governo Vargas no Piauí e naquela conjuntura apoiavam Dutra. Mas, contudo, o certo é que: Dutra sai candidato por um partido gestado de dentro do governo Vargas, e acaba recebendo o apoio do PTB e do próprio Vargas. Isso teve peso preponderante para o resultado das eleições presidenciais. No entanto, no Piauí não.

Ainda no primeiro capítulo deste trabalho, ressaltamos a derrota de Dutra no Piauí, apresentamos nossos argumentos, sistematizamos eles com as fontes, e agora novamente voltaremos aos dados eleitorais para que possamos concretizar a nossa análise. Devemos deixar claro que, não medimos esforços para que pudéssemos interpretar as fontes da forma mais correta possível, para não correremos o risco de estabelecermos uma análise equivocada das fontes. Partimos em busca do auxílio de um juiz eleitoral. Porém, não conseguimos o auxílio deste, entre outros fatores, a falta de tempo do juiz. Deste modo, resolvemos recorrer a

sede do TER-PI na cidade de Picos. Nem um funcionário daquela instituição pôde nos ajudar, sobretudo pela mesma limitação de entendimento que nos assolava.

No entanto, reconhecemos que ainda temos algumas limitações a respeito da interpretação destas fontes, mas que de certo modo, não nos restringe a possibilidade de a partir delas levantarmos novos questionamentos e, possibilitarmos que outros historiadores possam dar continuidade a esta análise. Não ambicionamos dar um ponto final a esta discursão, mas sim alimenta-la.

4.5 As eleições de 1945 e seu desfecho

Segundo dados colhidos junto ao TER-PI³³, esta instituição foi instalada neste estado no dia 7 de junho de 1945, ou seja pouco menos de seis meses para as eleições. Coube a este órgão estabelecer o alistamento de todo o eleitorado piauiense apto a ir às urnas no dia 2 de dezembro de 1945. Vale ressaltar que este órgão foi o responsável pelos alistamentos ex-officio. O documento ainda nos diz que, dos 47 municípios piauienses, 37 eram sede de comarcas e 10 eram distritos jurisdicionado por elas. Existiam comarcas em quase todos os municípios. Deste modo, o TER-PI dividiu o estado em 39 Zonas Eleitorais, sendo 2 em Teresina, 2 em Parnaíba e às 35 restantes nas demais Comarcas. 39 juízes eleitorais foram nomeados para as 39 zonas eleitorais.

Tanto neste documento ao qual citamos, como nos dados colhidos junto ao IBGE (ver em anexo A e B), o número de eleitores é citado. De acordo com o TER-PI, o número de eleitores alistados em 1945, foi de 132 mil, correspondendo a 15% da população apta a votar naquele ano. As prerrogativas para se estar apto ao voto continuavam sendo as mesmas da Constituição de 1934, onde o voto só era direito dos maiores de 18 anos. Continuaram as exclusões de praxe: analfabetos, mendigos e militares. O alistamento continuava sendo feito mediante a qualificação e inscrição, sendo ambas ex-officio ou a requerimento do interessado. O alistamento eleitoral ex-officio já foi mencionado, mas vale lembrar que segundo Virgílio de Mello Franco:

O alistamento *ex-officio*[...] foi calculadamente estendido às massas menos esclarecidas, enquadradas pelas organizações fascistas e que tinham sido reduzidos, pelo Estado Novo, os sindicatos, possibilitando assim a inclusão dos analfabetos e dos estrangeiros[...] (FRANCO *Apud* SOUZA, 1976. P. 121.).

³³ Fonte: <http://www.justicaeleitoral.jus.br/arquivos/tre-pi-espaco-memoria-destaques-da-2-fase-1945-a-1999>. Acesso em: 16/06/2016.

De qualquer forma, o que nos interessa mais neste ponto, são os números oficiais. Então voltamos a reiterar: segundo o TER-PI foram alistados 132 mil pessoas entre ambos os sexos, para votarem nas eleições presidenciais de 1945.

Já os dados colhidos junto ao IBGE apontam outro número. O IBGE diz que foram alistados 132.455, eleitores distribuídos em todos os municípios e zonas eleitorais do estado do Piauí. Aqui já percebemos uma diferença de 455 eleitores. Pode não parecer muito, mas em qualquer condição de disputa através de voto, 1 voto já é o bastante para decidir uma eleição. Deste modo, não podemos deixar de nos atentar a esta divergência de números relativos a um processo eleitoral, dentro de duas instituições do governo. No entanto, analisemos mais alguns números.

Em 1945, a secretaria do TER-PI contava com apenas 8 funcionários requisitados de outros órgãos públicos, dentre eles: 2 da 26ª Circunscrição do Serviço Militar; 1 da Recebedoria da Fazenda do Estado; 1 professora do Departamento de Ensino e, 4 servidores do Tribunal de Justiça do Estado. No início deste trabalho, apontamos os números de votantes que o TRE-PI nos forneceu, mas traremos eles de volta a discussão. Porém, antes disso, é importante ressaltar que: em 1945, as eleições presidenciais ocorreram junto com às eleições para Deputados Federais e Senadores, o que significa que um indivíduo poderia optar por não votar em algum dos candidatos, ou até mesmo todos.

No entanto, como nos mostrou Souza (1976), devido a modificações na lei eleitoral, um candidato poderia concorrer a mais de um cargo, por mais de um partido – que seriam as coligações – e em mais de um estado. Todavia, ao invés desta prerrogativa enfraquecer mais o candidato à presidência, ela acabava enfraquecendo os candidatos ao congresso. “Os dispositivos aqui mencionados dizem respeito à operacionalidade dos princípios eleitorais básicos, isto é, da combinação dos princípios majoritário e proporcional” (SOUZA, 1976. P. 119). Mas, de qualquer forma, visto a polarização entre PSD/PTB e UDN, evidentemente os candidatos à presidência manteriam a fidelidade ao seu partido e, se lançariam candidatos em todos os estados, como de fato ocorreu, e nos dá condições de a partir do número de votos à presidente, estabelecermos comparativos com o total geral de alistamento de eleitores.

Somando a quantidade de votos dispostos aos candidatos a presidente, chegamos aos seguintes números: Eduardo Gomes (UDN) 58.739; Eurico Gaspar Dutra (PSD/PTB) 51.229; Yedo Fiúza (PCB) 548; Rolin Telles (PAN) 1. Os votos em branco somaram a quantia de: 2.256, e os nulos 1.058. Somando todos estes votos obtemos o número de: 113.831 votos destinados a presidente da República, no estado do Piauí (Ver em anexo A). Ou seja, de

maneira preliminar, e com base nos dados do TER-PI, temos um número de 18.169 eleitores que não compareceram às urnas.

Já o IBGE diz que estes números foram outros (Ver em anexo J). Para presidente, no Piauí a votação foi a seguinte: Eduardo Gomes (UDN) 56.800; Eurico Gaspar Dutra (PSD/PTB) 48.993; Yedo Fiúza (PCB) 548; Rolin Telles (PAN) 1. O IBGE não informou o número de votos brancos e nulos. Se somarmos a quantidade de votos dos candidatos a presidente no estado do Piauí, apontados pelo IBGE, chegamos ao seguinte número: 106.342. Porém, o IBGE dá o número total de comparecimento às eleições (Ver em anexo L), que é: 113.831 votantes. Se partirmos do número de eleitores cadastrados para a eleição de 1945 apontados pelo IBGE, constatamos que houveram 26.113 pessoas que não compareceram às urnas. O fato do IBGE não fornecer o número de votos brancos e nulos é intrigante, uma vez que os votos em branco, naquele período, eram computados ao candidato vencedor.

Porém, o número total de votantes é igual, mas, o número de pessoas aptos a votar difere, assim como o número dos que não compareceram às urnas. Para o TER-PI não teriam comparecido às eleições 18.169; para o IBGE 26.113. Ou seja, uma diferença de 7.944 votos. Se somarmos só os votos brancos e nulos apontados pelo TRE-PI, chegaremos ao número de 3.314 votos. Este número ainda é distante se observarmos a diferença entre os não comparecimentos.

Ou seja, se com base nos dados do IBGE, tentássemos imaginar que os brancos e nulos estariam inclusos entre os que não compareceram, ainda assim a diferença entre os números apresentaria divergência de 4.630 votos. Quantia expressiva. Voltamos a ressaltar, em um processo eleitoral democrático, 1 voto faz diferença, pois pode significar a vitória, ou a derrota.

Mas há outro detalhe importante. Reparem que o número de votos entre os candidatos da UDN e PSD/PTB diferem nos dados dos dois órgãos, enquanto o número de votos dos candidatos dos outros dois partidos permanece o mesmo. Entre os dados do TER-PI e IBGE, para Eduardo Gomes há uma diferença de 1.939 votos; para Dutra a diferença é de 2.236 votos. Quantias que também fazem diferença no resultado final. Não satisfeitos com estes resultados gerais, resolvemos nos aprofundar e analisar os resultados da votação por município, observando a votação de cada um dos 47 municípios.

Somando o resultado das votações em cada município do estado do Piauí (Ver em anexo B), chegamos aos seguintes números: Eduardo Gomes (UDN) 53.832 votos; Eurico Gaspar Dutra (PSD/PTB) 51.229. Estes números foram adquiridos a partir de fontes do TRE-PI. Não obtivemos acesso aos números da votação, por município, junto ao IBGE. No entanto,

em valores gerais, estes números diferem dos que são apresentados como valores gerais pelas duas instituições, salvo o número da votação para Eurico Gaspar Dutra, que nos dados do TRE-PI, conferem.

Analisemos: Para o TER-PI, em um resultado geral, Eduardo Gomes Venceu com 58.739 votos. Para o IBGE, Gomes venceu com 56.800 votos. Para este mesmo TRE-PI, que já citamos, contabilizando os votos de cada município, Gomes vence com 53.832. Se anexarmos os votos em branco a este último número, o valor vai ser de: 56.088 votos, o que ainda difere do resultado geral.

Para o TRE-PI, em um resultado geral, Eurico Gaspar Dutra obteve 51.229 votos. Para o IBGE, Dutra obteve 48.993 votos. Para este mesmo TRE-PI, que já citamos, contabilizando o número de votos por Estado, Dutra obteve 51.229 votos. Portanto, pelo menos para Dutra, o resultado do TER-PI está correto, Nesta instituição não notamos divergências na votação de Dutra. Agora, entre TER-PI e IBGE, a votação de Dutra tem uma queda de 2.236 votos.

Se analisarmos a situação de Eduardo Gomes, chegaremos as seguintes conclusões: entre o resultado geral apontado pelo IBGE, em relação ao do TER-PI, Gomes perde 1.939 votos. No resultado por municípios, dentro dos dados do TER-PI, Gomes perde 4.907 votos. Entre os resultados dos municípios e o IBGE, Gomes perde 4.839 votos. É verdade que entre estas análises ambos os candidatos perdem votos, porém, Eduardo Gomes é o que mais perde votos.

Mas, analisemos um outro ponto importante. O número de eleitores. Já que para estar apto a votação na eleição de 1945, a condição de ser alfabetizado era uma prerrogativa, pelo menos em tese, para confirmarmos o número de pessoas alfabetizadas no estado do Piauí naquele momento, era necessário que obtivéssemos os dados. Não conseguimos ter acesso a nem um percentual estimativo no número de pessoas alfabetizadas no estado do Piauí, no ano de 1945. Aliás, não encontramos este dado referente a nem um estado. Encontramos dados de matrículas, mas que não especificavam a idade dos indivíduos matriculados, o que não nos torna possível fazer um mapeamento de quantos indivíduos com dezoito anos estavam matriculados. Ora, uma pessoa com dezoito anos ainda poderia estar cursando o ensino primário naquele período, que em tese, era o ensino infantil. Então, deste modo, recorreremos aos dados de 1940.

No segundo capítulo deste trabalho já apresentamos dados referente a população, mas vamos trazê-los de volta para tentar entender melhor a forma de alistamento dos eleitores. Em 1945 a população do estado do Piauí havia aumentado em 100.899 pessoas, e o número total

que era de 817.601 habitantes em 1940, passava a ser de 918.500 em 1945. Entre estas 100.899 pessoas, estavam menores de dezoito anos e estrangeiros.

Contudo, em 1940, o número de pessoas com dezoito anos ou mais que eram alfabetizadas, dado recolhido junto ao IBGE e já referenciado, era de 88.121 pessoas. Esta estimativa foi feita entre a década de 1920 e 1940, apontando um crescimento de 4,3% em 20 anos. Não há registros de que tenha havido um vertiginoso crescimento no sistema de ensino no Piauí, alfabetizando 43.879 pessoas em apenas cinco anos, pois só assim chegaríamos ao número de alistados para às eleições em 1945, que é de 132 mil pessoas. Não temos os dados da população alfabetizada em 1945, mas com base nesta estimativa podemos concluir que a probabilidade de isso ter ocorrido, é quase nula. Este número pode ter aumentado, mas pode ter diminuído por diversos motivos, entre eles migração, óbito, enfim. Para além disso, mencionamos o número de trabalhadores que desempenhavam funções que não eram: Agricultura, pecuária ou serviços domésticos. Os dados apontam que estas pessoas trabalhavam nas cidades, e o número é: 63.193.

Entretanto, não podemos analisar este número de trabalhadores sem imaginar que, no mínimo, uma parte deles também está incluso no número de pessoas alfabetizadas, senão todas. Porém, se todos fossem alfabetizados, o número seria superior ao número de pessoas alistadas para votar, esta soma traria o número de: 151.314 pessoas. Também não podemos afirmar que este número de trabalhadores permaneceu o mesmo entre 1940 e 1945.

Mas, em um derradeiro esforço, poderíamos levar em conta o número de pessoas que haviam adquirido a carteira de trabalho junto ao ministério. Este número contabilizado durante todo o período do governo de Getúlio, e portanto, antes e durante o Estado Novo, é de: 16.139 pessoas, mas que também podem estar inseridas nos dois grupos, tanto de trabalhadores urbanos, como de pessoas alfabetizadas. Se somarmos este número com o número de pessoas alfabetizadas, chegaremos a seguinte soma: 104.206. Este número se aproxima da estimativa de votantes dado pelo IBGE, mas ainda fica distante do número de eleitores cadastrados. Então, como se explica o número de eleitores cadastrados para às eleições de 1945 no Piauí?

A hipótese mais plausível é o alistamento *ex-officio*. Mas este tipo de alistamento, como já ressaltamos, burlaria a própria prerrogativa da lei eleitoral de 1945, que exigia que o indivíduo fosse alfabetizado, e aí não podemos nos esquecer que nesta soma, o eleitorado rural também entra. Mesmo que tenham ensinado 43.879 pessoas a assinar pelo menos o seu nome e, reconhecer o nome do candidato na cédula de votação, isso ainda burla a lei eleitoral de 1945, pois para constatar que alguém era alfabetizado, mesmo para aquele contexto, não se

pode levar em conta apenas a capacidade de assinar o seu nome. Desta forma, o alistamento eleitoral teria sido fraudulento. Como isso pode ser explicado?

Podemos levantar a seguinte hipótese: a lei constitucional de n.º 9, que mantinha em vigência a Lei n.º 2 de 1938, no qual não permitia a aposentadoria de servidores públicos civis e militares, manteve-se em vigor até a constituição de 1946, portanto, depois das eleições presidenciais. Mesmo que com a saída de Leônidas de Castro Melo tenham havido demissões no quadro de funcionários públicos no Piauí, alguns devem ter sido mantidos. Podemos ir até ainda mais longe, e indagar que isso ocorreu em todos os estados, sobretudo entre funcionários do alto escalão e que de alguma forma, poderiam ser agentes políticos dentro das instituições, travestidos de simples funcionários. Se nossa hipótese estiver correta, a possibilidade de fraude eleitoral não se restringe apenas ao estado do Piauí, e abre caminho para que outros pesquisadores possam revisar os dados eleitorais dos outros estados.

No estado do Piauí podemos afirmar, com base nestes dados e na análise feita sobre eles, que houve fraude no pleito eleitoral neste estado. Se nos outros estados esta prática também tiver ocorrido, aí podemos dizer que houve fraude geral nas eleições de 1945, a partir das próprias instituições governamentais. Ou seja, a fraude eleitoral não ocorre apenas no campo onde estão inseridos os eleitores apoiadores, junto com os coronéis, através da compra de votos e troca de favores. Ela se inicia de dentro para fora das instituições, atingindo a parte do campo onde estão as massas, e acaba sendo efetuada pela própria equipe que preparava a “redemocratização” do Estado brasileiro, em conjunto com as massas.

Ora, desta forma o fim do Estado Novo, de uma ditadura, existiu para a sociedade. Mas, pelo menos no Plano político institucional, o seu espectro permaneceu, e de certo modo continuou operando, visto as constantes insatisfações da UDN, como já foi citado. Souza (1976) nos diz que muitos dos aspectos da Constituição de 1937 foram aproveitados para a de 1946, já com Dutra como presidente. A Lei eleitoral executada nas eleições de 1945, que instituindo os princípios: majoritário e proporcional, também continuou operando. Na relação político institucional com o eleitorado, o programa estado novista permanece, principalmente no que se refere ao trato com os trabalhadores. A partir de 1945, nem um partido ousou tentar ascender ao poder, sem que, mesmo demagógicamente, incorporasse ao seu discurso o trabalho, a defesa do trabalhador. Isso nos leva a confirmar que existe uma mudança nas estruturas políticas e no trato com os, agora, “eleitores cristãos novos”, no campo político. As práticas de disputa de poder continuam as mesmas, elas apenas foram remodeladas, e pior, estendidas agora a um grupo maior de pessoas.

5 CONCLUSÃO

Ao longo deste trabalho buscamos estabelecer uma discursão em torno da política brasileira, sobretudo no período proposto inicialmente na escrita deste trabalho, que é de 1940 à 1945. No entanto, as reflexões propostas não se restringe apenas a este recorte temporal. Sempre que necessário buscamos em outros recortes temporais, elementos que pudéssemos enriquecer este diálogo. Não ambicionamos dar um ponto final a esta discursão. Ao contrário, reiteramos, este trabalho não busca por um ponto final a este tipo de discursão, pois tivemos algumas limitações em relação a interpretação das fontes, como já foi alertado, e porque este tema é muito mais complexo do que se pode imaginar.

Procuramos alimentar uma discursão, e uma reflexão que deve ser estabelecida em torno da política brasileira, e de como os agentes que nela estão envolvidos a entendem e tratam-na. “O historiador é necessariamente um selecionador, portanto deve estar atento às afirmações. Pois elas são respostas a perguntas que nos propomos ao iniciarmos uma pesquisa” (ASSUNÇÃO, 2000. P. 62.).

Deste modo, devemos deixar claro o que nos levou a acreditar que o episódio que envolvia os incêndios às casas cobertas de palha, em Teresina. Além das indagações feitas durante o texto, a análise do resultado das eleições foi fundamental. Teresina é a capital do estado do Piauí, portanto sede do governo estadual. Com base na nossa percepção, torna-se incoerente que: o interventor do estado do Piauí, Leônidas de Castro Melo, e seus apoiadores, possibilitassem a sua auto difamação, enquanto agentes políticos no estado frente ao eleitorado. Se a política varguista, pelo menos em discurso, foi de inclusão e beneficiamento dos trabalhadores em relação a sua percepção e entendimento da sua importância em um sistema político, atacar agentes que poderiam decidir uma disputa eleitoral democrática, é algo de profunda incoerência.

Se Leônidas de Castro Melo, na condição de interventor, era um representante de Getúlio Vargas e seu modelo de política, agir de forma contraria seria incoerente, ou seja, como o próprio título deste trabalho propõe, seria dar um tiro no Pé. Por isso acreditamos que a culpa dos incêndios possa ser atribuída aos opositores do governo, tanto de Getúlio Vargas, como de Leônidas de Castro Melo, a UDN. Se a disputa política no Piauí e os ressentimentos políticos giravam em torno da disputa de poder, e sobretudo da aquisição de alguma vantagem proporcionada por ele, criar um clima de negatividade em relação ao grupo que está no poder, é uma estratégia.

Se a política e às relações entre os indivíduos foi enfraquecida pela confusão entre público e privado, não podemos deixar de questionar que: as subjetividades e os interesses próprios poderiam influir nas decisões de um indivíduo ou grupo. Discutimos essa possibilidade ao longo deste trabalho. Então desta forma, afirmamos que há uma consciência na tomada de posicionamento, de qualquer indivíduo, frente a um quadro de relações que é estabelecida em um campo. A ideia de campo que temos, como foi ressaltado ao longo deste trabalho, é apoiada na concepção que Bourdieu (2005), tem dos espaços de relação de poder, sobretudo simbólico.

Nesta perspectiva, o leitor poderá visitar o (anexo B), e ver que o resultado das eleições na cidade de Teresina foi favorável a UDN e seus apoiadores, sendo notada uma diferença na quantidade de votos que vai muito mais além do dobro. Ou seja, em Teresina a UDN obteve 9.215 votos, enquanto o PSD representado por Leônidas de Castro Melo obteve apenas 3.050 votos. O resultado geral das eleições no Estado do Piauí, também foi favorável a UDN. Nossas fontes comprovam isso.

É questionável que muitos dos votos dados à UDN possam ter sido resultado de uma “consciência” do povo, pois o voto por “cabresto” não deixa de existir, como foi discutido ao longo deste trabalho. No entanto, a consciência que falamos desde o título do trabalho até aqui, reside na capacidade que os indivíduos tem de negociar entre si. É a partir da ideia de “homem cordial” que Sergio Buarque de Holanda (1995) discute, que também nos apoiamos para fazer esta afirmativa.

O povo estando inserido em um campo onde eles se sentem parte integrante de um sistema e, podendo assim opinar, ou optar, através do voto ou chancela, que as subjetividades irão influir nos posicionamentos político-partidários. Porém, nossa percepção vai além do debate político-partidário. Incitamos o leitor a fazer uma reflexão a respeito das relações interpessoais em qualquer campo, uma vez que entendemos que a política não se limita apenas ao campo político institucionalizado. Um tiro no Pé ou consciência?. Consideramos que certamente a inserção dos trabalhadores ao campo político, e com base nos argumentos tecidos ao longo deste trabalho, o resultado das eleições foi fruto de uma consciência. No entanto, esta consciência não necessariamente é uma consciência crítica, mas sim uma consciência que busca estabelecer a prática do “homem cordial”, da política comercial de barganha.

Esta percepção também é reforçada se observarmos o resultado das eleições presidências de 1945 em Parnaíba. Como a historiadora Rosângela Assunção (2005) nos mostra, Parnaíba foi o município do Piauí onde se concentraram o maior número de sindicatos

de trabalhadores, neste estado. Se levarmos em consideração as limitações que foram atribuídas aos sindicatos durante o Estado Novo, e o apoio dado por Getúlio Vargas à Eurico Gaspar Dutra, nas eleições, pelo menos em tese, estes dois indivíduos estariam aliados.

Esta aliança é reforçada ainda mais com a exigência de Vargas à Dutra, de “pegar” o Ministério do Trabalho para si, e para o PTB. Em Parnaíba a diferença na votação também vai além do dobro. O PSD de Dutra obteve 4.286 votos, enquanto a UDN de Eduardo Gomes obteve 2.064 votos.

Deve ser feito uma reflexão em relação a estes números. Tivemos limitações, mas não quer dizer que outros historiadores ou cientistas políticos não possam reanalisar a conjuntura ao qual nos propomos a discutir. Este trabalho não ambiciona dar um ponto final a esta discussão, ao contrário, como já afirmamos este trabalho busca alimentar uma discussão em torno da política, democracia e República.

Até que ponto somos democráticos?; até que ponto a República brasileira, que se afirma enquanto democrática, consegue executar o que o discurso político propõe?; de que forma o povo e os políticos entendem e tratam a política brasileira?. Estas são perguntas que devem ser feitas, e devem ser debatidas, pois nem a História nem as relações interpessoais mantem uma linha imutável. Enfim, acreditamos que este trabalho contribui para repensarmos as formas de relação política estabelecida entre o povo, políticos institucionalizados e seus apoiadores. Esta reflexão deve ser feita, sobretudo porque dentro do sistema republicano-democrático ao qual estamos inseridos, a política acaba interferindo no cotidiano dos indivíduos, reforçando a confusão, ou talvez anulando, a percepção entre público e privado.

Enfim, consideramos que 1945 é um momento na história do Brasil que marca a inserção das massas ao campo político, possibilitando o acesso das mesmas através do voto. Poder votar, é poder decidir por si e pelas demais pessoas que participam de um processo democrático. Por isso o voto não deve ser banalizado, e a política tratada enquanto meio de aquisição de vantagens pessoais. Getúlio Vargas inaugurou uma forma de se fazer política no Brasil, sobretudo através da representatividade. Nem um outro partido ou candidato a presidência da república, depois do primeiro governo de Getúlio Vargas, deixou de incorporar ao seu discurso a importância da família, do trabalho e do trabalhador. Porém, na confusão do público com o privado, é perceptível que uma política comercial de barganha se institui com maior amplitude. O trabalhador também passa a poder barganhar. Isso abre precedentes para “esquemas” de corrupção, que também afetam toda a população. Portanto, estes indivíduos não devem reproduzir as mesmas práticas dos políticos institucionalizados que partilham desta falha. Deste modo, até que ponto realmente houve uma redemocratização em 1945?.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Maria Mafalda B. O Piauí e a política de intervenção. In: ARAÚJO, Maria Mafalda B. **O poder da seca no Piauí (1877-1879)**. Teresina: EDUFPI, 1991, p. 67-93.

_____. **A política trabalhista na Era Vargas e a construção da memória dos portuários de Teresina (1930 – 1954)**. / Rosângela Assunção, Teresina: UFPI, 2005. Dissertação (mestrado) UFPI.

ASSUNÇÃO, Rosângela. **Política no Piauí: relações entre os poderes constituídos 1947-1951**. / Rosângela Assunção, Teresina: UFPI, 2000. Trabalho de Conclusão de Curso UFPI.

BERSTEIN, Serge. Os Partidos. In: **Por uma história política I**. Direção de René Rémond; tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. Cap 3, p. 57-98 .

_____. A Cultura Política. In: **Para uma história cultural**. Direção de Jean-Pierre Rioux e Jean-François Sirinele. Lisboa: Editorial Estampa, 1998. Cap 20, p. 349-359.

BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. 8ª ed. Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2005. 322p.

CAPELATO, Maria Helena Rolim. O Estado Novo: o que trouxe de novo?. In: **O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo-do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2º ed. Rio de Janeiro: Civilização das Letras, 2007. p. 109-143.

CARVALHO, José Murilo de. **A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, José Murilo de. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo. Companhia das Letras, 1999.

_____. **Cidadania no Brasil. O longo Caminho**. 3ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002. 219p.

CERTEAU, Michel. **A invenção do cotidiano**. 3. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 1998.

CHARTIER, Roger. **A História Cultural Entre Práticas e Representações**. 2ª ed. Difel, 2002. 122p.

D´ARAÚJO, Maria Celia. **O Estado Novo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

FERREIRA, J., **A cultura Política dos Trabalhadores no Primeiro Governo Vargas**, 1998. Disponível em: <<http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/viewFile/2302/1441>>, Acesso em: 08 fev. 2016.

FERREIRA, Jorge. “Quando os trabalhadores ‘querem’: política e cidadania na transição democrática de 1945”. In: FERREIRA, Jorge. **O Imaginário Trabalhista, Getulismo, PTB e Cultura política popular (1945-1964)**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005. Cap. 1, p. 19-89.

FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. **O tempo do Nacional-estatismo: do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo**. 2ª. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GOMES, Ângela Maria de Castro. **A Invenção do Trabalhismo**. 3º ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005. 329 p.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **Raízes do Brasil**. 26º ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LEAL, Victor Nunes. **Coronelismo, Enxada e Voto: O município e o regime representativo no Brasil**. 7ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MELO, Leônidas de Castro. **Trechos do meu caminho**. COMEPI, 1976.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Em Guarda Contra o Perigo Vermelho: O anticomunismo no Brasil (1917-1964)**. São Paulo: USP, 2000. Tese (Doutorado em História Econômica) – Universidade de São Paulo, 2000.

NASCIMENTO, Francisco Alcides do. **A cidade sob o fogo: modernização e violência policial em Teresina (1937-1945)**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 2002.

_____. **A Revolução de 1930 no Piauí: 1928-1934**. Teresina: Fundação Cultural Monsenhor Chaves, 1994.

NIETZSCHE, Friedrich. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. Tradução, notas e posfácio de Paulo Cesar de Souza. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

NIETZSCHE, Friedrich. **O Anticristo**. São Paulo: Martin Claret, 2012. (Coleção a obra-prima de cada autor; 50).

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **A cruzada antivermelha – democracia, Deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960**. / Marylu Alves de Oliveira. -- Teresina, 2008. 274f.: il. Dissertação (Mestrado em História do Brasil) – Universidade Federal do Piauí, 2008.

QUEIROZ, Teresinha de. **Economia Piauiense: da pecuária ao extrativismo**. 3º ed. Teresina: EDUFPI, 2006.

RÉMOND, René (dir.). **Por uma história política I**. Direção de René Rémond; tradução Dora Rocha. - 2. ed. - Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003. 462 p.

RIBEIRO, Getúlio; TURINI, Leide Divina Alvarenga; SILVA, Elmiro Lopes da. O início da Era Vargas e a Constituição de 1934 – UCA (2011). In: **Portal do Professor**. Visualizar aula. Disponível em: <<http://portaldoprofessor.mec.gov.br/fichaTecnicaAula.html?aula=31030>> Acesso em: 27 out. 2016. 1 foto color.

SARTRE, Jean-Paul, *O existencialismo é um humanismo*. 3ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1987.

SOUZA, Maria do Carmo Campello. **“Do Estado Novo ao regime de 1946”**. Estado e Partidos Políticos no Brasil (1930 a 1964). São Paulo: Alfa-Ômega. Cap 5: págs. 104-136.

ANEXOS

ANEXO A – Eleições 1945 – Resultado geral por cargo

Tribunal Regional Eleitoral do Piauí - TRE
 Secretaria de Tecnologia da Informação-STI
 Coordenadoria de Eleições e Voto Informatizado- COELVI
 Seção de Planejamento, Documentação e Informações de Eleições e do Cadastro Eleitoral-SEPDIN

Eleições 1945 - Resultado Geral por Cargo

Cargo	Candidato	Partido	Votação	Situação
Deputado Federal				
	JOSÉ CÂNDIDO FERRAZ	UDN	27.443	Eleito
	MAURO RENAULT LEITE	PSD	9.262	Eleito
	RAIMUNDO DE ARÉA LEÃO	PSD	8.964	Eleito
	SIGEFREDO PACHECO	PSD	8.600	Eleito
	HELVÉCIO COELHO RODRIGUES	UDN	8.345	Eleito
	TEODORO FERREIRA SOBRAL	PSD	7.271	Suplente
	MIROCLES DE CAMPOS VERAS	PSD	6.129	Suplente
	LINDOLFO DO REGO MONTEIRO	PSD	5.328	Suplente
	ANTÔNIO MARIA DE RESENDE CORRÊA	UDN	5.144	Eleito
	FRANCISCO LUÍS DE ALMEIDA	PSD	4.993	Suplente
	ADELMAR SOARES DA ROCHA	UDN	4.046	Eleito
	OSIAS DE MORAIS CORREIA	UDN	3.711	Suplente
	FRANCISCO ALVES CAVALCANTI	PL	3.660	Não Eleito
	DÁRIO FORTES DO REGO	UDN	3.034	Suplente
	DEMERVAL DE LOBÃO VERAS	UDN	2.523	Suplente
	JOSÉ AUTO DE ABREU	PPS	1.083	Não Eleito
	ALDI MENTOR COUTO DE MELO	PCB	283	Não Eleito
	LUÍS CARLOS PRESTES	PCB	204	Não Eleito
	CARLOS MAIA E SILVA	PL	110	Não Eleito
	ODETE VIEIRA DA ROCHA	PCB	44	Não Eleito
	CORRENTINO PARANAGUÁ	PL	31	Não Eleito
	AMADOR VIEIRA DE CARVALHO	PCB	19	Não Eleito
	JOSÉ HENRIQUE CALL GONÇALEZ	PCB	16	Não Eleito
	BRENO PINHEIRO	PL	2	Não Eleito
	AMADEU HIGINO DE SOUSA	PCB	1	Não Eleito
	ODORICO PIAUIENSE DA COSTA	PL	0	Não Eleito
	JOSÉ ALVES DA SILVA	PL	0	Não Eleito
	FRANCISCO BATISTA VIEIRA	PCB	0	Não Eleito
Presidente				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	58.739	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	51.229	Eleito
	VOTOS BRANCOS	-	2.256	-
	VOTOS NULOS	-	1.058	-
	YEDO FIÚZA	PCB	548	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	1	Não Eleito
Senador				

Cargo	Candidato	Partido	Votação	Situação
Senador				
	ESMARAGDO DE FREITAS E SOUSA	UDN	55.849	Eleito
	MATIAS OLÍMPIO DE MELO	UDN	55.724	Eleito
	FRANCISCO PIRES DE GAIOSO E ALMEND	PSD	49.944	Não Eleito
	LEÔNIDAS DE CASTRO MELO	PSD	49.772	Não Eleito
	JOAQUIM VAZ DA COSTA	PL	3.185	Não Eleito
	CÍCERO PORTELA NUNES	PL	3.098	Não Eleito

ANEXO B – Eleições 1945 – Resultado por município, para cargo de Presidente da República

Tribunal Regional Eleitoral do Piauí - TRE
 Secretaria de Tecnologia da Informação-STI
 Coordenadoria de Eleições eVoto Informatizado- COELVI
 Seção de Planejamento, Documentação e Informações de Eleições e do Cadastro Eleitoral-SEPDIN

Eleições 1945 - Resultado, por município, para o cargo de Presidente da República

Município	Candidato	Partido	Votação	Situação
ALTO LONGÁ				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	416	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	351	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
ALTOS				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	1.165	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	893	Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
AMARANTE				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	1.441	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	1.414	Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	16	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
BARRAS				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	1.330	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	1.204	Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
BATALHA				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	857	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	288	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
BENEDITINOS				

Município	Candidato	Partido	Votação	Situação
BENEDITINOS				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	455	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	421	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
BERLENGAS				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	2.842	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	2.452	Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
BERTOLÍNIA				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	281	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	148	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
BOM JESUS				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	857	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	390	Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
BURITI DOS LOPES				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	1.496	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	948	Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	1	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
CAMPO MAIOR				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	2.357	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	1.892	Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	24	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito

Município	Candidato	Partido	Votação	Situação
<i>CANTO DO BURITI</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	1.186	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	283	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
<i>CORRENTE</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	666	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	2	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
<i>ESPERANTINA</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	898	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	698	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
<i>FLORIANO</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	1.994	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	1.709	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	21	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
<i>FRONTEIRAS</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	753	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	260	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
<i>GILBUÉS</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	374	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	242	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito

Município	Candidato	Partido	Votação	Situação
<i>GUADALUPE</i>				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	391	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	74	Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
<i>JAICÓS</i>				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	1.904	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	1.377	Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
<i>JEROMENHA</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	530	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	526	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
<i>JOSÉ DE FREITAS</i>				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	1.243	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	259	Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
<i>LUÍS CORREIA</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	806	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	115	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
<i>LUZILÂNDIA</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	1.101	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	412	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito

Município	Candidato	Partido	Votação	Situação
<i>MARVÃO</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	1.167	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	662	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
<i>MIGUEL ALVES</i>				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	1.277	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	452	Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
<i>OEIRAS</i>				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	3.680	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	1.484	Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	8	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
<i>PALMEIRAIS</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	407	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	279	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	6	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
<i>PARNAGUÁ</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	547	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	418	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
<i>PARNAÍBA</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	4.286	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	2.064	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	149	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito

Município	Candidato	Partido	Votação	Situação
<i>PAULISTANA</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	1.480	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	914	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
<i>PEDRO II</i>				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	1.967	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	1.614	Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
<i>PICOS</i>				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	4.907	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	4.223	Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
<i>PIO IX</i>				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	938	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	750	Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
<i>PIRACURUCA</i>				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	2.098	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	570	Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	8	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
<i>PIRIPIRI</i>				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	1.667	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	1.035	Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	28	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito

Município	Candidato	Partido	Votação	Situação
<i>PORTO</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	403	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	342	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	1	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
<i>REGENERAÇÃO</i>				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	822	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	665	Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	2	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
<i>RIBEIRO GONÇALVES</i>				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	138	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	97	Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
<i>SANTA FILOMENA</i>				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	205	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	65	Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	7	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
<i>SÃO JOÃO DO PIAUÍ</i>				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	1.200	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	1.122	Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
<i>SÃO MIGUEL DO TAPUIO</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	685	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	654	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito

Município	Candidato	Partido	Votação	Situação
<i>SÃO PEDRO DO PIAUÍ</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	1.783	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	1.093	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	26	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
<i>SÃO RAIMUNDO NONATO</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	1.518	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	1.391	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
<i>SIMPLÍCIO MENDES</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	705	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	617	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito
<i>TERESINA</i>				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	9.215	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	3.050	Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	250	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	1	Não Eleito
<i>UNIÃO</i>				
	EDUARDO GOMES	Não Informado	1.363	Não Eleito
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	1.362	Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	1	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
<i>URUÇUI</i>				
	EURICO GASPAR DUTRA	PSD	539	Eleito
	EDUARDO GOMES	Não Informado	347	Não Eleito
	MÁRIO ROLIM TELES	PAN	0	Não Eleito
	YEDO FIÚZA	PCB	0	Não Eleito

Anexo C- Quantidade da população no estado do Piauí e seus municípios em 1940, e estimativa da população em 1945.

52

ANUARIO ESTATISTICO DO BRASIL

ESTADO DA POPULAÇÃO
II — POPULAÇÃO DO BRASIL, NA DATA DO RECENSEAMENTO GERAL DE 1940
3. DISTRIBUIÇÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIOS	Superfície (km ²)	POPULAÇÃO DE FATO				Por km ²
		Total	Segundo a localização			
			Cidade	Vilas	Zona rural	
PARÁ (conclusão)						
Salinas (Salinópolis)	828	13 017	1 833	542	10 642	15,72
Santa Isabel (João Coelho)	828	11 764	2 194	944	8 626	14,21
Santarém	22 345	47 559	7 527	1 170	38 862	2,13
São Caetano de Odivelas	527	8 180	1 012	899	6 269	15,52
São Domingos do Capim (Capim)	33 104	18 836	236	596	18 004	0,57
São Miguel do Guamá (Guamá)	3 085	16 146	684	—	15 462	5,23
Soure	3 686	15 128	4 452	2 444	8 232	4,10
Vigia	1 204	23 959	6 041	2 086	15 832	19,90
Visou	13 768	17 434	1 171	1 648	14 615	1,27
MARANHÃO	346 217	1 235 189	172 904	12 648	1 049 617	3,57
Alcântara	1 289	11 079	1 358	484	9 237	8,60
Anajatuba	760	12 960	1 137	—	11 823	17,66
Araioses	1 382	23 528	3 001	—	20 527	17,02
Arari	714	10-959	4 019	—	6 940	15,35
Axixá	1 151	6 738	1 102	—	5 546	5,85
Bacabal	4 100	40 415	4 162	—	36 253	9,86
Baixo Mearim	6 034	19 881	1 245	—	18 636	3,29
Barão de Grajaú	3 063	7 876	791	—	7 085	2,57
Barra do Corda	21 537	35 496	2 070	918	32 499	1,65
Barreirinhas	2 764	13 258	1 290	—	11 968	4,80
Beneito Leite	4 146	6 752	342	—	6 410	1,63
Bequimão	896	11 574	627	—	10 947	14,36
Brejo	3 247	19 855	2 911	—	16 944	6,11
Buriti	1 129	13 353	1 396	—	11 957	11,83
Buriti Bravo	1 060	9 254	1 026	—	8 228	8,73
Cajapió	1 497	7 372	896	—	6 476	4,92
Carolina	6 841	19 677	3 359	—	16 318	2,88
Carutapera	22 988	8 794	1 133	692	6 969	0,38
Caxias	9 905	77 874	7 042	—	70 832	7,86
Chapadinha	2 994	18 586	964	—	17 622	6,21
Codó	7 671	38 164	3 405	—	34 759	4,98
Coelho Neto	3 110	13 672	641	—	13 031	4,40
Coroatá	5 160	29 524	3 452	—	26 072	5,72
Cururupu	3 087	28 956	2 967	—	25 989	9,38
Flores (Timon)	2 850	17 188	1 937	—	15 251	6,02
Grajaú	24 831	27 335	2 463	—	24 872	1,10
Guimarães	2 280	22 824	1 266	—	21 558	10,01
Humberto de Campos	3 778	15 936	824	1 155	13 957	4,22
Icatu	1 842	8 478	359	439	7 680	4,60
Imperatriz	16 285	9 331	1 178	—	8 153	0,57
Itaipuru Mirim	2 142	27 475	1 825	—	25 650	12,33
Loreto	12 554	20 477	609	1 654	18 214	1,63
Macapá (Peri Mirim)	644	9 178	1 590	—	7 588	14,25
Mirador	7 993	18 579	816	—	17 763	2,32
Monção	22 527	3 064	888	—	2 166	0,14
Monte Alegre (Timbiras)	875	7 996	727	—	7 269	9,14
Morros	1 774	7 591	1 498	—	6 093	4,28
Nova Lorque	1 474	5 544	1 103	—	4 441	3,76
Passagem Franca	2 671	16 080	719	—	15 341	6,01
Pastos Bons	2 648	17 113	1 700	—	15 413	6,46
Pedreiras	1 289	43 129	4 760	—	38 369	33,46
Penalva	5 874	12 621	2 228	—	10 393	2,15
Picos (Colinas)	3 639	27 674	2 666	—	25 008	7,60
Pinheiro	3 984	29 638	3 756	—	25 882	7,44
Pôrto Franco	5 229	8 926	774	—	8 152	1,71
Riachão	8 039	14 517	1 204	—	13 313	1,81
Rosário	1 980	20 113	4 080	—	16 033	10,16
Santa Helena	2 788	6 135	191	—	5 944	2,20
Santa Quitéria (Bacuri)	1 751	8 507	1 067	—	7 440	4,86
Santo Antônio de Balsas (Balsas)	19 072	12 900	2 165	—	10 735	0,88
São Bento	1 289	21 896	4 654	—	17 152	16,92
São Bernardo	2 811	15 800	749	1 074	13 977	5,62
São Francisco (Igaratinga)	2 764	10 055	569	—	9 486	3,64
São João dos Patos	1 728	11 123	1 352	—	9 771	6,44
São José dos Matões (Parnarama)	2 788	26 294	1 507	—	24 787	9,43
São Luís	898	85 583	58 735	2 231	24 617	95,30
São Luís Gonzaga (Ipixuna)	2 120	20 478	732	—	19 746	9,66
São Pedro (Pindaré Mirim)	15 295	9 964	1 125	—	8 839	0,65
São Vicente Ferrer	1 451	23 009	1 040	—	22 569	16,27
Turialva	11 908	20 263	1 011	1 873	17 379	1,70
Tutóia	2 694	17 314	2 518	—	14 796	6,43
Urbano Santos	2 648	7 822	833	—	6 989	2,95
Vargem Grande	2 741	21 946	759	538	20 649	8,01
Viana	1 865	29 061	3 660	1 590	23 811	15,58
Vitória do Alto Parnaíba (Alto Parnaíba)	15 963	10 116	822	—	9 294	0,63
PIAUI	245 582	817 601	124 197	—	693 404	3,33
Alto Longá	2 615	8 203	378	—	7 825	3,14
Altos	1 759	15 015	2 437	—	12 578	8,54
Amarante	3 037	16 399	1 748	—	14 651	5,40
Aparecida (Bertolinia)	6 261	7 426	359	—	7 067	1,19
Barra	2 349	24 102	2 326	—	21 776	10,26

ESTADO DA POPULAÇÃO
II — POPULAÇÃO DO BRASIL, NA DATA DO RECENSEAMENTO GERAL DE 1940
3 DISTRIBUIÇÃO, SEGUNDO OS MUNICÍPIOS

UNIDADES DA FEDERAÇÃO E MUNICÍPIOS	Superfície (km ²)	POPULAÇÃO DE FATO				Por km ²
		Total	Segundo a localização			
			Cidade	Vilas	Zona rural	
PIAUI (conclusão)						
Batalha..	1 799	10 746	1 080	—	9 666	5,97
Belém (Palmeiras)	1 484	8 189	378	—	7 811	5,52
Boa Esperança (Esperantina)	855	13 832	1 683	—	12 149	16,18
Bom Jesus.	16 856	14 792	1 068	—	13 724	0,88
Buriti dos Lopes	2 575	18 836	1 075	—	17 761	7,31
Campo Maior.	3 961	30 195	3 689	—	26 506	7,62
Canto do Buriti.	9 554	10 844	697	—	10 147	1,14
Castelo (Marvão)	6 458	11 964	508	—	11 456	1,85
Corrente.	5 779	8 006	1 080	—	6 926	1,39
Floriano	7 293	25 705	7 084	—	18 621	3,52
Gilbués	12 375	8 798	431	—	8 367	0,71
Jaicós	4 718	21 073	1 103	—	19 970	4,47
Jerumenha ...	6 349	6 511	459	—	6 052	1,03
João Pessoa (Pôrto)	1 101	8 269	606	—	7 663	7,51
José de Freitas	1 297	12 645	1 576	—	11 069	9,75
Luis Correia	1 278	14 586	916	—	13 670	11,41
Miguel Alves	1 720	15 233	1 857	—	13 376	8,86
Oeiras	8 679	38 400	3 038	—	35 362	4,42
Parnaguá	12 866	8 480	315	—	8 165	0,66
Parnaíba	1 828	42 062	22 176	—	19 886	23,01
Patrocínio (Pio Nono)	2 162	5 765	610	—	5 155	2,67
Paulista (Paulistana)	9 750	15 256	735	—	14 521	1,56
Pedro Segundo	3 214	21 230	2 039	—	19 194	6,61
Picos	5 180	40 414	2 943	—	37 471	7,80
Piracuruca	4 492	16 247	2 476	—	13 771	3,62
Piripiri..	1 720	18 719	4 520	—	14 199	10,88
Pôrto Alegre (Luzilândia)	1 799	22 280	1 617	—	20 663	12,38
Pôrto Seguro (Guadalupe)	3 342	8 970	536	—	8 434	2,68
Regeneração	2 128	12 694	1 616	—	11 078	5,98
Ribeiro Gonçalves	15 215	6 985	815	—	6 170	0,46
Santa Filomena	9 632	4 103	650	—	3 453	0,43
São Benedito (Beneditinos)	1 533	8 888	639	—	8 249	5,80
São João do Piauí	9 072	16 317	1 252	—	15 065	1,80
São Miguel do Tapio	4 187	10 392	430	—	9 962	2,48
São Pedro (São Pedro do Piauí)	2 172	17 972	1 179	—	16 793	8,27
São Raimundo Nonato	17 328	29 041	1 809	—	27 232	1,68
Simplicio Mendes	4 561	10 826	916	—	9 910	2,37
Socorro (Fronteras)	1 297	9 733	502	—	9 231	7,50
Teresina	2 683	67 641	34 695	—	32 946	25,21
União.	1 985	23 928	3 246	—	20 682	12,05
Uruguí	5 760	9 241	1 524	—	7 717	1,60
Valença (Brelengas)	11 639	40 648	1 264	—	39 384	3,52
CEARÁ	148 691	2 091 032	356 022	119 006	1 616 004	14,07
Acarau ..	2 409	39 134	2 421	2 340	34 373	16,24
Afonso Pena (Acopiara)	1 784	27 540	2 259	354	24 927	15,44
Aquiraz ..	519	20 429	996	968	18 465	39,36
Aracati.	2 368	29 045	6 731	1 929	20 388	12,27
Aracoiaba	1 239	18 706	2 293	1 670	14 743	15,10
Araripe	968	10 701	876	1 210	8 615	11,05
Assaré	1 832	19 444	1 451	733	17 260	10,61
Aurora	975	20 084	1 946	964	17 184	20,90
Baixio.	557	13 414	631	1 545	11 238	24,03
Barbalha	658	22 138	3 396	1 023	18 639	33,64
Baturité	1 196	29 981	5 247	1 873	22 861	25,07
Boa Viagem	3 324	22 469	719	401	21 349	6,76
Brejo Santo.	773	22 785	1 754	872	20 159	29,48
Cachoeira (Solonópole)	2 166	14 987	349	705	13 933	6,92
Camocim.	2 238	27 641	7 645	2 257	17 739	12,35
Campo Grande (Inhussu)	1 227	15 693	1 247	360	14 086	12,79
Campos Sales	3 125	15 000	1 346	1 234	12 420	4,80
Canindé	4 614	34 754	2 461	924	31 369	7,53
Cariré ...	848	14 405	891	409	13 105	18,99
Cascavel	2 077	47 475	2 501	3 482	41 492	22,86
Cedro.	742	15 364	3 625	229	11 510	20,71
Cratús	3 619	28 636	4 869	741	23 026	7,91
Crato	3 848	40 282	11 233	1 334	27 715	47,50
Fortaleza	360	180 185	140 901	5 043	34 241	500,51
Frade	2 344	11 907	404	230	11 264	5,08
Granja	3 619	33 603	3 275	3 114	27 214	9,29
Guarani (Pacajus)	684	15 543	1 194	779	13 570	22,72
Ibiapina	651	14 952	1 122	791	13 039	22,97
Itó	2 671	29 042	3 044	3 479	22 519	10,87
Iguatu	1 777	34 639	7 249	2 810	24 640	19,53
Independência	5 896	27 235	4 608	1 132	25 495	4,62
Ipu	1 266	30 014	4 874	806	24 334	23,71
Ipueiras	2 591	23 531	1 399	2 150	20 032	9,10
Itapipoca	3 461	49 328	2 627	1 866	44 835	14,25
Jaguaribe	1 878	13 331	1 404	1 107	10 820	7,10
Jardim.	1 016	18 391	2 218	364	15 809	18,10
Juazeiro (Juazeiro do Norte)	173	38 145	23 490	665	13 990	220,49
Lavras (Lavras da Mangabeira)	1 088	23 778	1 913	1 744	20 121	21,85
Limoeiro (Limoeiro do Norte)	3 144	28 140	2 954	1 462	23 724	8,95

ESTADO DA POPULAÇÃO
IV — POPULAÇÃO ESTIMADA, DO BRASIL E DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO — 1940/45

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	MILHARES DE HABITANTES EM 31-XII						
	1940	1941	1942	1943	1944	1945	
Norte							
Guaporé	—	—	—	—	23,5	23,9	
Acre	81,6	83,4	85,1	86,9	88,6	90,4	
Amazonas	454,7	464,5	474,3	484,1	469,6	478,9	
Rio Branco	—	—	—	—	13,5	13,7	
Pará	960,0	980,7	1 001,4	1 022,1	1 019,4	1 039,7	
Amapá	—	—	—	—	23,4	23,9	
Nordeste							
Maranhão	1 246,7	1 273,7	1 300,6	1 327,5	1 354,4	1 381,3	
Piauí	829,0	846,9	864,8	882,7	900,6	918,5	
Ceará	2 108,1	2 153,6	2 199,1	2 244,6	2 290,1	2 335,6	
Rio Grande do Norte	777,0	793,7	810,5	827,3	844,0	860,8	
Paraíba	1 437,3	1 468,3	1 499,3	1 530,3	1 561,3	1 592,4	
Pernambuco	2 703,4	2 761,7	2 820,1	2 878,5	2 935,6	2 993,9	
Alagoas	960,7	981,5	1 002,2	1 022,9	1 043,7	1 064,4	
Fernando de Noronha	—	—	—	—	1,2	1,2	
Leste							
Sergipe	547,7	559,6	571,4	583,2	595,0	606,9	
Bahia	3 951,7	4 037,0	4 122,3	4 207,5	4 292,8	4 378,1	
Minas Gerais (1)	6 820,7	6 967,9	7 115,1	7 262,3	7 409,6	7 556,8	
Espírito Santo (1)	761,0	777,4	793,9	810,3	826,7	843,1	
Rio de Janeiro	1 868,9	1 909,3	1 949,6	1 990,0	2 030,3	2 070,6	
Distrito Federal	1 787,4	1 825,9	1 864,5	1 903,1	1 941,7	1 980,2	
Sul							
São Paulo	7 263,2	7 420,0	7 576,7	7 733,5	7 890,2	8 047,0	
Paraná	1 252,6	1 279,6	1 306,7	1 333,7	1 360,9	1 388,8	
Iguaçu	—	—	—	—	106,4	108,5	
Santa Catarina	1 188,7	1 214,3	1 240,0	1 265,6	1 242,7	1 267,4	
Rio Grande do Sul	3 361,0	3 433,5	3 506,1	3 578,6	3 651,2	3 723,7	
Centro-Oeste							
Ponta Porã	—	—	—	—	99,6	101,5	
Mato Grosso	435,7	445,1	454,5	463,9	361,2	368,4	
Goiás	835,6	853,6	871,6	889,7	907,7	925,8	
RESUMO	Norte	1 496,3	1 528,6	1 560,8	1 593,1	1 638,0	1 670,5
	Nordeste	10 062,2	10 279,4	10 496,6	10 713,8	10 930,9	11 148,1
	Leste (2)	15 804,7	16 145,9	16 487,0	16 828,1	17 169,2	17 510,3
	Sul	13 065,5	13 347,4	13 629,5	13 911,4	14 193,4	14 475,4
	Centro-Oeste	1 271,3	1 298,7	1 326,1	1 353,6	1 368,5	1 395,7
	BRASIL	41 700,0	42 600,0	43 500,0	44 400,0	45 300,0	46 200,0

FONTE — Estudos do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento

(1) Excluída a população da Região da Serra dos Aimorés, território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. — (2) Incluída a população da Região da Serra dos Aimorés.

Anexo D- População presente no Brasil e nas unidades da federação, segundo vários aspectos: Ramos de atividades da população de 18 anos em 1940.

30

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL

ESTADO DA POPULAÇÃO
IV — POPULAÇÃO PRESENTE DO BRASIL E DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO,
SEGUNDO VÁRIOS ASPECTOS — 1.º IX/1940

6. RAMOS DE ATIVIDADE DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS E MAIS

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO TOTAL DE 18 ANOS E MAIS	PESSOAS DE 18 ANOS E MAIS NOS DIVERSOS RAMOS DE ATIVIDADES											
		Agricultura, pecuária, etc. (1)	Indústrias extrativas	Indústrias de transformação	Comércio de mercadorias	Comércio de valores, etc. (2)	Transportes e comunicações	Administração pública, justiça, ensino público	Defesa nacional, segurança pública	Profissões liberais, ensino particular, etc. (3)	Serviços sociais	Atividades domésticas e atividades escolares	Inativos, etc (4)
Norte													
Acre	40 138	5 965	13 675	507	1 185	10	670	544	435	92	924	14 463	1 606
Amazonas	216 736	50 558	39 050	5 160	6 868	158	5 200	2 829	1 583	956	8 036	80 260	10 087
Pará	493 666	155 362	51 369	17 037	16 830	475	10 695	7 524	3 129	2 031	19 859	137 985	20 420
Nordeste													
Maranhão	632 839	258 901	30 481	18 137	11 079	189	6 525	4 313	1 268	1 048	17 139	257 715	26 034
Piauí	338 753	163 349	4 919	13 897	6 503	124	2 149	2 923	1 101	740	13 543	162 211	17 294
Ceará	993 665	404 370	6 320	35 396	25 227	782	8 361	9 007	1 901	2 814	35 028	407 892	50 577
Rio G. do Norte	387 211	163 329	6 957	9 637	7 843	173	4 562	3 270	1 793	857	15 244	151 610	21 907
Paraíba	699 056	312 020	2 153	18 499	13 055	369	3 811	5 959	2 181	1 531	17 778	288 532	33 150
Pernambuco	1 368 936	537 538	7 135	71 662	41 328	2 366	20 434	13 503	4 352	5 151	50 031	520 101	94 985
Alagoas	474 905	199 818	5 036	21 176	9 395	311	6 412	3 511	1 541	1 113	14 472	179 887	32 133
Leste													
Sergipe	278 570	106 934	3 094	17 814	6 176	178	4 054	3 153	1 430	660	10 664	109 246	15 162
Bahia	1 095 065	835 307	32 130	77 874	46 441	1 377	25 116	15 967	5 300	5 609	70 627	302 188	68 929
Minas Gerais	3 314 456	1 328 732	40 802	115 082	67 164	5 024	48 940	35 591	15 974	15 040	86 091	1 406 022	150 004
Espírito Santo	360 409	159 230	2 826	8 933	7 877	304	6 074	5 404	1 419	1 262	9 584	144 918	12 584
Rio de Janeiro	920 681	272 199	11 516	74 898	31 869	2 086	32 110	18 336	8 646	5 312	37 126	353 342	52 191
Distrito Federal	1 123 764	17 471	4 361	142 338	99 136	11 561	62 293	55 083	45 410	19 468	107 672	453 423	105 468
Sul													
São Paulo	3 803 783	1 157 329	20 318	352 013	164 081	17 411	122 943	68 957	23 936	31 019	149 726	1 526 103	169 942
Paraná	612 671	236 210	4 912	30 482	14 872	961	14 820	9 030	8 004	3 075	12 606	256 309	20 790
Santa Catarina	555 347	212 729	9 039	33 009	12 230	547	12 401	6 274	3 769	2 392	11 639	231 741	19 536
Rio G. do Sul	1 668 583	568 838	10 753	89 213	56 211	4 727	39 088	24 876	27 301	11 135	57 220	684 333	94 748
Centro-Oeste													
Mato Grosso	221 554	72 890	17 912	6 207	5 660	304	4 901	2 494	6 325	1 124	7 537	86 990	7 210
Goiás	400 847	172 027	4 437	14 941	5 866	149	2 611	2 992	1 326	1 376	9 574	166 091	18 557
RESUMO													
Norte	760 540	217 835	104 094	23 664	24 883	643	16 565	10 868	5 147	3 129	28 819	282 710	32 113
Nordeste	4 945 385	2 039 634	63 061	188 424	114 430	4 314	92 304	42 495	14 137	13 254	163 236	1 967 938	282 139
Leste	8 002 775	2 719 853	94 728	436 939	258 863	20 530	178 587	133 689	78 179	47 371	330 764	3 299 134	404 338
Sul	6 639 784	2 175 156	46 022	504 717	247 444	23 648	189 252	109 137	63 100	47 621	231 182	2 698 491	305 016
Centro-Oeste	622 401	245 617	22 349	23 148	11 526	483	7 512	5 486	7 651	2 500	17 111	253 081	25 767
BRASIL	20 980 865	7 399 445	329 254	1 176 892	658 946	48 588	444 220	301 895	168 214	113 675	771 111	3 501 354	1 049 373

FONTE — Estudos do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento

(1) Agricultura, pecuária, silvicultura. — (2) Comércio de imóveis e valores mobiliários, crédito, seguros e capitulação. — (3) Profissões liberais, culto, ensino particular, administração privada. — (4) Condições inativas, atividades não compreendidas nos demais ramos, condições ou atividades mal definidas ou não declaradas

Anexo E- População no estado do Piauí dividida a partir da divisão entre homens e mulheres.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

25

ESTADO DA POPULAÇÃO
IV — POPULAÇÃO PRESENTE DO BRASIL E DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO,
SEGUNDO VÁRIOS ASPECTOS — 1.º/IX/1940
2 SEXO

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO PRESENTE			PROPORÇÃO POR 1 000 HABITANTES	
	Total	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
Norte					
Acre	79 768	44 079	35 689	553	447
Amazonas	438 008	225 727	212 281	515	485
Pará	944 644	473 459	471 185	501	499
Nordeste					
Maranhão	1 235 169	613 938	621 231	497	503
Piauí	817 601	404 989	412 612	495	505
Ceará	2 091 032	1 028 284	1 062 748	492	508
Rio Grande do Norte	768 018	379 945	388 073	495	505
Paraíba	1 422 282	697 800	724 482	491	509
Pernambuco	2 688 240	1 307 240	1 381 000	486	514
Alagoas	951 300	461 710	489 590	485	515
Leste					
Sergipe	542 326	258 747	283 579	477	523
Bahia	3 918 112	1 913 868	2 004 244	488	512
Minas Gerais	6 736 416	3 363 958	3 372 458	499	501
Região da Serra dos Aimorés (1)	66 994	34 724	32 270	518	482
Espírito Santo	750 107	380 534	369 573	507	493
Rio de Janeiro	1 847 857	933 439	914 418	505	495
Distrito Federal	1 764 141	878 299	885 842	498	502
Sul					
São Paulo	7 180 316	3 670 605	3 509 711	511	489
Paraná	1 236 276	633 431	602 845	512	488
Santa Catarina	1 178 340	596 142	582 198	506	494
Rio Grande do Sul	3 320 689	1 664 058	1 656 631	501	499
Centro-Oeste					
Mato Grosso	432 265	230 405	201 860	533	467
Goiás	826 414	418 707	407 707	507	493
RESUMO { Norte	1 462 420	743 265	719 155	508	492
{ Nordeste	9 973 642	4 893 906	5 079 736	491	509
{ Leste	15 625 953	7 763 569	7 862 384	497	503
{ Sul	12 915 621	6 564 236	6 351 385	508	492
{ Centro-Oeste	1 258 679	649 112	609 567	516	484
BRASIL	41 236 315	20 614 088	20 622 227	500	500

FONTES — Serviço Nacional de Recenseamento.

(1) Território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo.

Anexo F- Número de pessoas alfabetizadas no Piauí entre 1920 e 1940.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

29

ESTADO DA POPULAÇÃO
IV — POPULAÇÃO PRESENTE DO BRASIL E DAS UNIDADES DA FEDERAÇÃO,
SEGUNDO VÁRIOS ASPECTOS — 1.º/IX/1940
5. ALFABETIZAÇÃO DA POPULAÇÃO DE 18 ANOS E MAIS

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	POPULAÇÃO DE 18 ANOS E MAIS (1940)		PERCENTAGEM DE ALFABETIZADOS		
	Total	Alfabetizados	1920	1940	Diferença
Norte					
Acre.....	40 138	16 742	39,7	41,7	2,0
Amazonas	216 736	93 196	38,2	43,0	4,8
Pará	493 666	229 831	41,5	46,6	5,1
Nordeste					
Maranhão	632 839	149 830	22,5	23,7	1,2
Piauí	388 753	88 121	18,4	22,7	4,3
Ceará	993 665	306 130	26,9	30,8	3,9
Rio Grande do Norte	387 211	118 834	26,1	30,7	4,6
Paraíba	699 056	170 803	19,5	24,4	4,9
Pernambuco	1 368 936	400 223	25,0	29,2	4,2
Alagoas	474 905	105 836	20,9	22,3	1,4
Leste					
Sergipe ..	278 570	79 931	22,5	28,7	6,2
Bahia	1 995 955	570 073	26,7	28,6	1,9
Minas Gerais	3 314 456	1 285 679	30,9	38,8	7,9
Espírito Santo	360 409	164 510	35,1	45,7	10,6
Rio de Janeiro	929 681	451 798	35,2	48,6	13,4
Distrito Federal	1 123 704	907 037	73,9	80,7	6,8
Sul					
São Paulo	3 803 783	2 160 898	41,2	56,8	15,6
Paraná ..	612 071	298 643	39,7	48,8	9,1
Santa Catarina	555 347	294 345	41,3	53,0	11,7
Rio Grande do Sul	1 668 583	1 032 789	55,2	61,9	6,7
Centro-Oeste					
Mato Grosso.	221 554	102 856	41,2	46,4	5,2
Goiás	400 847	115 458	22,7	28,8	6,1
RESUMO					
Norte	750 540	339 769	40,6	45,3	4,7
Nordeste	4 945 365	1 333 777	23,4	27,1	3,7
Leste	8 002 775	3 459 028	34,7	43,2	8,5
Sul . .	6 639 784	3 786 675	44,8	57,0	12,2
Centro-Oeste	622 401	218 314	28,9	35,1	6,2
BRASIL	20 960 865	9 143 563	34,8	43,6	8,8

FONTE — Estudos do Gabinete Técnico do Serviço Nacional de Recenseamento.

Anexo G- Número de sindicatos no Piauí entre 1942 e 1945.

SITUAÇÃO SOCIAL

415

TRABALHO
III — ORGANIZAÇÃO SINDICAL — 1942/45
NÚMERO DE SINDICATOS, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE SINDICATOS EXISTENTES															
	Total				De empregados				De empregadores				De profissões liberais			
	1942	1943	1944	1945	1942	1943	1944	1945	1942	1943	1944	1945	1942	1943	1944	1945
Norte																
Amazonas . .	19	19	21	23	14	14	16	17	3	3	3	4	2	2	2	2
Pará	35	35	38	38	27	27	30	30	7	7	7	7	1	1	1	1
Nordeste																
Maranhão.	25	31	34	36	17	22	24	26	8	9	10	10	—	—	—	—
Piauí	2	6	11	18	2	6	9	13	—	—	2	3	—	—	—	2
Ceará	37	46	56	61	24	26	27	29	10	16	24	27	3	4	5	5
Río G. do Norte	9	12	14	15	9	12	13	14	—	—	1	1	—	—	—	—
Paraíba . .	21	22	26	28	17	18	19	21	4	4	7	7	—	—	—	—
Pernambuco	74	82	87	90	38	41	44	47	33	37	39	39	3	4	4	4
Alagoas . . .	3	21	30	34	2	16	21	24	—	3	7	8	1	2	2	2
Leste																
Sergipe	31	36	37	39	24	24	25	26	7	12	12	13	—	—	—	—
Bahia	54	64	71	78	45	50	53	59	7	10	14	15	2	4	4	4
Minas Gerais	92	105	111	123	48	57	60	67	38	41	42	47	6	7	9	9
Espírito Santo .	12	13	15	16	9	9	10	11	2	3	4	4	1	1	1	1
Rio de Janeiro	56	71	78	86	36	53	57	61	12	16	18	22	2	2	3	3
Distrito Federal	148	158	162	170	61	67	67	70	80	84	88	93	7	7	7	7
Sul																
São Paulo. . .	266	289	305	323	124	135	140	147	129	140	151	162	12	14	14	14
Paraná	33	37	42	45	18	19	22	24	12	15	17	18	3	3	3	3
Santa Catarina	30	35	37	39	27	31	33	35	3	4	4	4	—	—	—	—
Rio Grande do Sul	140	175	195	212	93	120	132	138	40	47	55	66	7	8	8	8
Centro-Oeste																
Mato Grosso . .	10	13	13	13	8	11	11	11	—	—	—	—	2	2	2	2
Goiás	1	1	3	3	1	1	3	3	—	—	—	—	—	—	—	—
BRASIL . . .	1 092	1 271	1 386	1 490	644	759	816	873	395	451	505	550	53	61	65	67

FONTE — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

Anexo H- Número de carteiras de trabalho expedidas entre 1933, e 1945.

474

ANUARIO ESTATISTICO DO BRASIL

TRABALHO

I — SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

1. PRINCIPAIS ASPECTOS DO MOVIMENTO GERAL — 1933/1937

a) Carteiras profissionais expedidas

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	NÚMERO DE CARTEIRAS EXPEDIDAS					
	1933	1934	1935	1936	1937	Total
Norte						
Acre.....	—	—	—	—	—	—
Amazonas.....	326	1 319	1 927	1 236	1 817	6 625
Pará.....	1 424	742	4 311	5 343	4 431	16 251
Maranhão.....	—	1 110	2 402	2 642	4 245	10 399
Piauí.....	—	280	1 308	235	1 400	3 223
Total.....	1 750	3 451	9 948	9 466	11 893	36 498
Nordeste						
Ceará.....	635	1 796	5 042	3 472	3 098	14 043
Rio Grande do Norte.....	—	223	1 347	1 616	1 438	4 624
Paraíba.....	1	661	3 604	291	1 511	6 068
Pernambuco.....	5 007	17 313	16 301	10 270	8 130	57 021
Alagoas.....	—	7 248	3 950	4 187	3 130	18 515
Total.....	5 643	27 241	30 244	19 836	17 307	100 271
Este						
Sergipe.....	—	1 278	4 882	1 593	2 231	9 934
Baía.....	4 236	6 689	11 863	6 655	5 970	35 413
Espírito Santo.....	652	477	3 829	1 950	1 895	8 803
Total.....	4 888	8 444	20 524	10 198	10 096	54 150
Sul						
Rio de Janeiro.....	13 551	17 699	16 969	16 641	18 886	83 746
Distrito Federal.....	139 689	61 565	82 553	59 700	58 136	401 643
São Paulo.....	45 030	37 000	43 616	58 662	51 409	235 717
Paraná.....	3 228	4 125	8 472	4 448	6 150	26 423
Santa Catarina.....	1 960	3 549	6 719	4 381	4 151	20 760
Rio Grande do Sul.....	18 190	15 360	20 791	11 390	14 494	80 225
Total.....	221 648	139 298	179 120	155 222	153 226	848 514
Centro						
Mato Grosso.....	145	1 246	502	1 620	2 353	5 866
Goiaz.....	8	62	153	214	364	799
Minas Gerais.....	4 988	18 531	20 216	24 138	15 716	83 589
Total.....	5 139	19 839	20 871	25 972	18 433	90 254
BRASIL.....	239 088	198 273	260 707	220 684	210 955	1 129 687

b) Número de livros registrados

REGIÕES E UNIDADES FEDERADAS	NÚMERO DE LIVROS REGISTRADOS					
	1933	1934	1935	1936	1937	Total
Norte						
Acre.....	—	—	—	—	—	—
Amazonas.....	—	79	36	59	39	213
Pará.....	—	—	346	465	429	1 240
Maranhão.....	213	22	—	—	124	359
Piauí.....	—	21	105	23	124	273
Total.....	213	122	487	547	716	2 085
Nordeste						
Ceará.....	5	475	292	411	409	1 592
Rio Grande do Norte.....	138	36	17	59	54	304
Paraíba.....	272	197	59	34	9	571
Pernambuco.....	—	182	440	374	230	1 226
Alagoas.....	—	92	66	17	25	200
Total.....	415	982	874	895	727	3 893
Este						
Sergipe.....	185	351	75	23	—	634
Baía.....	179	389	654	150	700	2 072
Espírito Santo.....	—	16	130	95	36	277
Total.....	364	756	859	268	736	2 983
Sul						
Rio de Janeiro.....	98	1 116	435	375	724	2 748
Distrito Federal.....	3 661	10 766	9 639	4 799	5 924	34 789
São Paulo.....	—	722	1 936	3 842	8 295	14 795
Paraná.....	1	661	317	258	236	1 473
Santa Catarina.....	286	36	81	621	129	1 153
Rio Grande do Sul.....	300	694	438	296	721	2 449
Total.....	4 346	13 995	12 846	10 191	16 029	57 407

698

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL

TRABALHO

I — SERVIÇO DE IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL DO MINISTÉRIO DO TRABALHO,
INDÚSTRIA E COMÉRCIO — 1938/1939

1. IDENTIFICAÇÕES PROCESSADAS E RECEITA ARRECADADA, SEGUNDO OS MESES

MESES	IDENTIFICAÇÕES PROCESSADAS							
	1. ^{as} Vias		2. ^{as} Vias		3. ^{as} Vias		Em geral	
	Número	Receita arrecadada	Número	Receita arrecadada	Número	Receita arrecadada	Número	Receita arrecadada
ANO DE 1938								
Janeiro	4 726	23:630\$	190	1:900\$	—	—	4.916	25:530\$
Fevereiro	5 388	26:940\$	139	1:390\$	1	50\$	5.528	28:380\$
Março	5.638	28:190\$	192	1:920\$	—	—	5.830	30:110\$
Abril	5 100	25:500\$	145	1:450\$	2	100\$	5.247	27:050\$
Maio	6.307	31:535\$	175	1:750\$	1	50\$	6.483	33:355\$
Junho	5.002	25:010\$	120	1:200\$	—	—	5.122	26:210\$
Julho	5.012	25:060\$	123	1:230\$	—	—	5.135	26:290\$
Agosto	5.325	26:625\$	130	1:300\$	—	—	5.455	27:925\$
Setembro	4.468	22:340\$	142	1:420\$	—	—	4.610	23:760\$
Outubro	6.090	30:450\$	172	1:720\$	—	—	6.262	32:170\$
Novembro	5.342	26:710\$	157	1:570\$	—	—	5.499	28:280\$
Dezembro	5 731	28:655\$	178	1:780\$	—	—	5.909	30:435\$
ANO	64 129	320:645\$	1 863	18:630\$	4	200\$	65.996	339:475\$
ANO DE 1939								
Janeiro	4 862	24:310\$	177	1:770\$	—	—	5.039	26:080\$
Fevereiro	3.439	17:195\$	129	1:290\$	—	—	3.568	18:485\$
Março	5 903	29:515\$	183	1:830\$	—	—	6.086	31:345\$
Abril	5.307	26:535\$	154	1:540\$	—	—	5.461	28:075\$
Maio	6.417	32:085\$	189	1:890\$	—	—	6.606	33:975\$
Junho	5 807	29:035\$	180	1:800\$	—	—	5.987	30:835\$
Julho	5.638	28:190\$	203	2:030\$	1	50\$	5.842	30:270\$
Agosto	5.352	26:760\$	203	2:030\$	—	—	5.555	28:790\$
Setembro	4.501	22:505\$	171	1:710\$	—	—	4.672	24:215\$
Outubro	4 679	23:395\$	163	1:630\$	—	—	4.842	25:025\$
Novembro	4.533	22:665\$	167	1:670\$	—	—	4.700	24:335\$
Dezembro	4 191	20:955\$	179	1:790\$	1	50\$	4.371	22:795\$
ANO	60 629	303:145\$	2 098	20:980\$	2	100\$	62 729	324:225\$

FONTE — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho

2. CARTEIRAS PROFISSIONAIS EXPEDIDAS, SEGUNDO AS UNIDADES FEDERADAS

a) Número de carteiras

UNIDADES FEDERADAS	NÚMERO DE CARTEIRAS EXPEDIDAS							
	1938				1939			
	Processadas	Reconstituídas	Emitidas por extravio	Total	Processadas	Reconstituídas	Emitidas por extravio	Total
Norte								
Acre	—	—	—	—	—	—	—	—
Amazonas	3.140	—	—	3.140	3.811	—	—	3.811
Pará	5.469	1	13	5.483	4.866	—	—	4.866
Maranhão	2.300	—	32	2.332	2.144	—	—	2.144
Piauí	814	1	1	816	2.016	1	14	2.031
Nordeste								
Ceará	5 050	—	—	5 050	5 500	—	—	5.500
Rio Grande do Norte	1.724	—	8	1.732	3.225	—	1	3.226
Paraíba	4.526	—	—	4.526	4.790	—	—	4.790
Pernambuco	1 963	12	5	1.980	16 546	1	3	16.550
Alagoas	2 250	1	1	2 252	5.404	3	7	5.414

TRABALHO

I — IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL

Carteiras profissionais expedidas pelo Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio — 1940/44

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE CARTEIRAS EXPEDIDAS				
	1940	1941	1942	1943	1944
Norte					
Acre	—	—	—	—	—
Amazonas	2 191	2 363	2 020	137	996
Pará	6 325	4 601	4 892	1 497	600
Nordeste					
Maranhão	2 722	1 235	1 529	549	1 886
Piauí	1 487	1 563	1 056	933	2 413
Ceará	4 500	4 100	3 150	150	3 976
Rio Grande do Norte	2 538	4 830	8 317	937	1 162
Paraíba	3 368	3 198	2 570	2 239	5 297
Pernambuco	19 765	16 811	16 400	236	16 529
Alagoas	3 960	1 958	2 300	1 365	5 012
Leste					
Sergipe	4 565	4 083	3 056	1 401	4 604
Bahia	13 229	7 600	4 850	1 600	7 917
Minas Gerais	16 800	17 683	18 936	9 383	29 710
Espírito Santo	1 782	2 077	2 156	1 887	4 864
Rio de Janeiro	19 687	22 130	26 204	31 334	39 148
Distrito Federal	59 132	61 327	40 308	41 600	44 306
Sul					
São Paulo	82 867	62 923	59 203	55 951	187 199
Paraná	5 361	5 770	5 235	3 778	6 928
Santa Catarina	5 139	5 207	3 515	1 561	5 635
Rio Grande do Sul	20 375	16 850	15 801	5 929	26 167
Centro-Oeste					
Mato Grosso	1 989	2 011	1 407	447	2 261
Goiás	433	1 024	1 095	1 096	2 311
BRASIL	278 215	249 344	224 000	164 070	398 921

FONTE — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho

II — JUNTAS DE CONCILIAÇÃO E JULGAMENTO — 1944

1. MOVIMENTO GERAL

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE RECLAMAÇÕES		
	Recebidas	Solucionadas	Adiadas ou convertidas em diligência
Norte			
Amazonas	224	208	87
Pará	854	939	1 450
Nordeste			
Maranhão	302	316	67
Piauí	44	43	—
Ceará	514	499	504
Rio Grande do Norte	—	—	—
Paraíba	208	211	42
Pernambuco	2 209	1 839	1 127
Alagoas	—	—	—
Leste			
Sergipe	355	363	65
Bahia (1)	1 889	3 122	873
Minas Gerais (1)	3 019	2 448	1 913
Espírito Santo (2)	472	251	220
Rio de Janeiro	1 814	1 944	639
Distrito Federal	11 821	12 378	6 384

TRABALHO

I — IDENTIFICAÇÃO PROFISSIONAL — 1945/47

CARTEIRAS PROFISSIONAIS EXPEDIDAS PELO MINISTERIO DO TRABALHO, INDUSTRIA E COMERCIO

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	CARTEIRAS EXPEDIDAS		
	1945	1946	1947
Norte			
Amazonas e Acre	3 636	2 717	1 391
Pará	—	2 766	10 689
Nordeste			
Maranhão	1 776	2 571	1 656
Piauí	1 130	1 245	1 545
Ceará	8 307	11 189	5 098
Rio Grande do Norte	3 208	13 683	5 200
Paraíba	3 900	9 349	7 250
Pernambuco	22 268	27 967	18 633
Alagoas	4 441	6 766	8 900
Leste			
Sergipe	4 603	5 347	2 550
Bahia	12 491	20 521	14 896
Minas Gerais	32 391	30 044	24 645
Espírito Santo	7 201	4 396	5 426
Rio de Janeiro	21 245	26 771	25 985
Distrito Federal	54 983	53 866	55 609
Sul			
São Paulo	84 333	156 314	92 891
Paraná	9 069	6 646	5 502
Santa Catarina	9 158	6 019	6 414
Rio Grande do Sul	18 651	27 723	21 120
Centro-Oeste			
Mato Grosso	1 951	1 493	2 077
Goiás	2 134	2 571	1 452
BRASIL . . .	306 876	419 964	318 929

FONTE — Serviço de Estatística da Previdência e Trabalho.

NOTA — Os dados relativos aos novos Territórios estão incluídos nos dos Estados dos quais foram eles desmembrados.

Anexo I- Presença de estrangeiros no estado do Piauí em 1940.

SITUAÇÃO DEMOGRÁFICA

45

ESTADO DA POPULAÇÃO

II — POPULAÇÃO DE FATO, NA DATA DO RECENSEAMENTO GERAL DE 1940

5. DISTRIBUIÇÃO, SEGUNDO AS UNIDADES DA FEDERAÇÃO E OS PRINCIPAIS CARACTERES INDIVIDUAIS

e) Nacionalidade

β) Estrangeiros

REGIÕES E UNIDADES DA FEDERAÇÃO	ESTRANGEIROS (População de fato)									
	Total	Segundo as nacionalidades predominantes								
		Portu- guêses	Italianos (1)	Espanhóis (2)	Japoneses (3)	Alemães e austriacos (4)	Sírios e libaneses (5)	Poloneses	Uruguaios	Outras naciona- lidades
Norte										
Acre	1 120	135	19	18	6	22	224	1	1	694
Amazonas	6 796	2 863	342	322	297	64	424	24	3	2 457
Pará	10 373	5 657	566	1 065	458	186	821	42	4	1 574
Nordeste										
Maranhão	1 046	429	66	35	20	21	310	4	1	160
Piauí	203	27	16	9	—	20	84	2	1	44
Ceará	1 106	277	202	44	3	140	185	24	4	227
Rio Grande do Norte	365	70	36	8	—	35	69	23	1	123
Paraíba	527	79	85	6	20	115	38	6	1	177
Pernambuco	6 092	2 827	550	201	23	627	239	126	11	1 488
Alagoas	437	141	39	24	—	45	19	8	3	158
Leste										
Sergipe	191	29	16	11	5	47	25	4	—	54
Bahia	7 371	1 750	868	2 046	39	542	892	108	6	1 120
Minas Gerais (6)	34 993	6 967	13 741	2 422	803	2 000	5 715	439	69	2 837
Espírito Santo (6)	7 446	883	4 285	405	18	623	609	231	5	387
Rio de Janeiro	34 724	19 540	4 607	2 221	369	2 044	2 430	639	73	2 801
Distrito Federal	215 670	146 940	16 439	11 459	526	9 475	6 021	6 262	577	17 971
Sul										
São Paulo	761 991	155 220	213 091	121 145	128 957	33 397	22 372	9 553	825	77 431
Paraná	56 816	2 946	6 776	3 190	7 705	12 343	1 516	11 913	107	10 320
Santa Catarina	21 532	286	3 928	144	2	11 291	372	1 960	54	3 495
Rio Grande do Sul	90 710	6 127	18 685	2 675	199	15 279	1 748	9 380	19 739	16 878
Centro-Oeste										
Mato Grosso	22 264	910	516	319	1 105	426	1 012	100	253	17 623
Goiás	1 854	203	237	127	138	284	657	23	6	179
RESUMO										
Norte	18 289	8 655	927	1 405	761	272	1 469	67	8	4 725
Nordeste	9 776	3 850	994	327	66	1 003	944	193	22	2 377
Leste (7)	300 601	176 114	39 970	18 565	1 760	14 743	15 696	7 850	730	25 173
Sul	931 049	164 579	242 480	127 154	136 863	72 310	26 008	32 806	20 725	108 124
Centro-Oeste	24 118	1 113	753	446	1 243	710	1 669	123	259	17 802
BRASIL	1 283 833	354 311	285 124	147 897	140 693	89 038	45 786	41 039	21 744	158 201

FONTE — Serviço Nacional de Recenseamento.

(1) Inclusive os nacionais do Vaticano e San Marino — (2) Inclusive os nacionais de Andorra. — (3) Inclusive os nacionais da Coreia. — (4) Inclusive os naturais de Dantzig. — (5) Inclusive os nacionais da Palestina, Iraque e Arábia. — (6) Excluída a população da região da Serra dos Aimorés, território em litígio entre os Estados de Minas Gerais e Espírito Santo. — (7) Inclusive a população da região da Serra dos Aimorés.

Anexo J- Número de votos nas eleições presidenciais de 1945.

SITUAÇÃO ADMINISTRATIVA E POLITICA

521

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA

I — ELEITORADO INSCRITO POR OCASIÃO DAS ELEIÇÕES DE 1933, 1934 e 1945

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE ELEITORES INSCRITOS NAS ELEIÇÕES			
	Para a Assembleia Nacional Constituinte (3/V/1933)	Para o Poder Legislativo (14/X/1934)	Para os Poderes Executivo e Legislativo (2/XII/1945)	
	Números absolutos			% sobre a população
Sul				
São Paulo	299 074	534 487	1 688 598	21,40
Paraná	34 844	64 208	229 672	17,63
Iguaçu	—	—	16 733	15,73
Santa Catarina	36 187	88 839	248 086	19,96
Rio Grande do Sul	231 194	327 264	753 232	20,63
Centro-Oeste				
Ponta Porã	—	—	10 351	10,40
Mato Grosso	8 788	21 888	59 212	16,39
Goiás	16 114	33 691	93 442	10,29
BRASIL	1 466 700	2 659 171	7 474 542	16,50

FONTES — Secretaria do extinto Tribunal Superior de Justiça Eleitoral, "Anuário Estatístico"—Ano III e Secretaria do atual Tribunal Superior Eleitoral

II — RESULTADO DA ELEIÇÃO PARA A PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA — 2/XII/1945

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	NÚMERO DE VOTOS APURADOS				
	Total	Dos quais			
		Para Eurico Dutra	Para Eduardo Gomes	Para Yeddo Fiuza	Para Rolim Telles
Norte					
Guaporé	2 114	1 118	876	120	—
Acre	5 483	3 293	2 018	172	—
Amazonas	21 816	12 684	7 251	1 871	10
Rio Branco	504	71	124	72	237
Pará	109 406	61 591	43 537	4 272	6
Amapá	958	856	68	33	1
Nordeste					
Maranhão	69 918	43 065	26 210	637	6
Piauí	106 342	48 993	56 800	548	1
Ceará	285 595	108 363	164 682	12 543	7
Rio Grande do Norte	102 883	50 556	45 409	6 915	3
Paraíba	142 780	61 023	76 028	5 719	10
Pernambuco	263 043	126 804	93 158	43 073	8
Alagoas	63 414	33 485	24 875	5 050	4
Fernando de Noronha	106	77	3	26	—
Leste					
Sergipe	76 236	34 886	34 793	6 553	4
Bahia	335 992	176 658	138 114	21 158	62
Minas Gerais	834 979	478 503	339 463	16 699	314
Espírito Santo	103 932	72 763	26 671	4 442	56
Rio de Janeiro	320 727	178 073	99 706	42 538	410
Distrito Federal	489 461	165 835	183 827	134 418	5 381
Sul					
São Paulo	1 353 445	780 546	377 613	192 867	2 419
Paraná	195 182	137 060	50 661	6 811	650
Iguaçu	13 451	11 373	1 878	197	3
Santa Catarina	207 915	136 399	69 676	1 802	38
Rio Grande do Sul	607 733	446 785	110 407	50 200	341
Centro-Oeste					
Ponta Porã	7 796	4 028	3 077	688	3
Mato Grosso	43 426	20 705	19 571	3 149	1
Goiás	79 293	39 937	33 390	5 950	16
BRASIL	5 843 930	3 235 530	2 029 886	568 523	9 991

FONTE — Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.

NOTA — Os dados do quadro representam resultados, ainda não definitivos, elaborados de acordo com a verificação dos votos líquidos feita pela Comissão Apuradora e aprovada pelo Tribunal Superior Eleitoral.

Anexo L- Número de votantes que compareceram a eleição presidencial de 1945.

550

ANUÁRIO ESTATÍSTICO DO BRASIL

REPRESENTAÇÃO POLÍTICA
II — COMPARECIMENTO ÀS ELEIÇÕES FEDERAIS, ESTADUAIS
E MUNICIPAIS — 1945/50

UNIDADES DA FEDERAÇÃO	COMPARECIMENTO ÀS ELEIÇÕES							
	Números absolutos				% s/eleitorado inscrito			
	Federal (2-XII-1945)	Estadual (19-I-1947)	Municipal (1947/48) (1)	Federal, Estadual e Municipal (3-X-1950)	Federal (2-XII-1945)	Estadual (19-I-1947)	Municipal (1947/48)	Federal, Estadual e Municipal (3-X-1950)
Norte								
Guaporé	—	—	—	3 814	—	—	—	73,62
Acre	—	—	—	9 264	—	—	—	75,42
Amazonas	24 222	24 828	22 943	47 064	75,82	66,23	55,08	62,96
Rio Branco	—	—	—	2 684	—	—	—	76,55
Pará	123 474	123 790	121 671	194 987	77,46	69,70	61,77	70,22
Amapá	—	—	—	5 169	—	—	—	76,73
Nordeste								
Maranhão	75 497	81 444	79 771	158 690	69,20	62,47	53,08	58,15
Piauí	113 831	111 404	119 146	166 303	85,94	79,60	71,51	71,28
Ceará	291 739	280 527	301 668	475 464	78,94	72,78	66,00	69,08
Rio Grande do Norte	107 273	118 430	106 273	175 867	81,54	74,34	64,03	73,22
Paraíba	150 396	153 922	157 453	265 125	85,63	78,55	71,00	76,59
Pernambuco	269 955	245 962	233 152	404 189	83,91	72,17	65,21	70,04
Alagoas	67 959	57 640	58 809	99 927	84,36	66,13	61,00	68,36
Leste								
Sergipe	81 328	69 063	63 902	102 532	83,55	67,99	59,98	66,45
Bahia	357 621	328 230	381 064	609 696	81,16	68,73	64,94	70,30
Minas Gerais	1 005 364	876 224	1 125 363	1 330 626	81,40	68,65	71,58	68,62
Espírito Santo	107 161	94 558	101 342	130 565	87,64	74,70	72,41	72,29
Rio de Janeiro	324 717	280 384	324 030	449 644	84,76	69,32	70,36	71,16
Distrito Federal	496 771	(2) 441 086	(2) —	607 831	90,43	74,76	—	72,58
Sul								
São Paulo	1 395 670	1 149 049	1 193 469	1 502 841	89,66	71,76	70,87	73,60
Paraná	195 768	146 489	181 416	274 474	82,51	61,09	67,70	73,63
Santa Catarina	216 817	186 290	217 515	279 731	84,62	71,33	74,32	76,08
Rio Grande do Sul	625 840	558 747	568 858	719 336	83,09	70,85	67,52	72,86
Centro-Oeste								
Mato Grosso	45 839	44 305	46 782	87 194	77,53	59,54	58,01	66,04
Goiás	83 012	81 739	93 108	151 072	79,21	70,07	67,33	70,29
BRASIL	6 160 254	(3) 5 454 111	(3) 5 497 735	8 254 989	83,84	70,74	68,50	71,09

FONTE: Secretaria do Tribunal Superior Eleitoral.

NOTA: Com exceção dos elementos relativos a 1950, os dados deste quadro referem-se, também, ao número de eleitores que compareceram às eleições suplementares.

(1) Vêde as datas das eleições no quadro anterior. (2) No Distrito Federal somente são realizadas eleições para a Câmara dos Vereadores. (3) Vêde a chamada anterior.



TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA PUBLICAÇÃO DIGITAL NA BIBLIOTECA
"JOSÉ ALBANO DE MACEDO"

Identificação do Tipo de Documento

- () Tese
() Dissertação
(X) Monografia
() Artigo

Eu, Jackson Dantas de Macedo,
autorizo com base na Lei Federal nº 9.610 de 19 de Fevereiro de 1998 e na Lei nº 10.973 de
02 de dezembro de 2004, a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar,
gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação
UM TIRO NO PÉ OU CONSCIÊNCIA?: O Estado Novo no Piauí
e as eleições de 1945
de minha autoria, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, pela internet a título
de divulgação da produção científica gerada pela Universidade.

Picos-PI 06 de setembro de 2017.

Jackson Dantas de Macedo
Assinatura
[Assinatura]
Assinatura